ATILIO BERGAMINI JUNIOR

O NARRADOR ILUDIDO:
uma leitura das *Memórias póstumas de Brás Cubas*

PORTO ALEGRE
2008-2009

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA: ESTUDOS DE LITERATURA
ESPECIALIDADE: LITERATURA BRASILEIRA
LINHA DE PESQUISA: LITERATURA, IMAGINÁRIO E HISTÓRIA

O NARRADOR ILUDIDO:
uma leitura das *Memórias póstumas de Brás Cubas*

ATILIO BERGAMINI JUNIOR

ORIENTADOR: PROF. DR. ANTÔNIO MARCOS VIEIRA SANSEVERINO

Dissertação de Mestrado em Literatura Brasileira, apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PORTO ALEGRE

2008-2009

Este trabalho é dedicado à Ana, que com sua inteligência e generosidade, torna possível que eu ame e admire.

Ao Atilio e à Elena, meus pais. Cada um com seu jeito, eles vivem vidas em que conhecer alguém ou alguma coisa é uma atitude amorosa e concreta. Creio que dessa vez eles vão se orgulhar de ter um filho desempregado.

Ao Ale e à Gio, irmãos valentes.

E pra Luci, minha companheirinha.

AGRADECIMENTOS

A autoria desta dissertação e o título de mestre que ela pressupõe não devem esconder o trabalho, a cooperação e as idéias de diversas pessoas e instituições.

Assim, a parte de agradecimentos é longa, porque significa algo mais do que agradecer. Começa pela disciplina ministrada pelo professor Luís Augusto Fischer, há um ano e meio atrás. O professor leu um trabalho que escrevi e sugeriu que ali estava o inicinho de uma dissertação. Caso o professor não tivesse este desprendimento, atenção e gentileza, o assunto aqui seria os contos de Sergio Faraco e o cercamento dos pampas – ou algo nessa direção. O caminho apontado pelo professor, do qual eu nem sequer suspeitaria, me possibilitou uma série de aprendizados, aos quais, de outra maneira, eu não teria acesso.

Os professores Ana Maria Lisboa de Mello, Ana Lúcia Tettamanzy, Gínia Maria Gomes, Homero Viseu Araújo, Márcia Ivana de Lima e Silva e Regina Zilberman foram fundamentais para diversos aprendizados. Eles leram e comentaram artigos que escrevi, sugeriram caminhos, ofereceram amizade e cooperação em diversos momentos, muito além de suas funções institucionais. A professora Ana Mello ministrou disciplina enfocando Machado de Assis e marcou o presente trabalho no que ele, por ventura, possa ter de melhor. Ana Tettamanzy escreveu uma tese de doutorado sobre Machado de Assis que, no início das minhas pesquisas, apontou caminhos de investigação e modos de olhar. Gínia me incentivou, sendo para mim o que é para diversas pessoas, uma espécie de motorzinho de impulso, que nos ajuda a seguir em frente. Homero foi um interlocutor crítico e atento, e gentilmente me recebeu como ouvinte em parte de sua disciplina “Estudo de Autor: Machado de Assis, Cyro dos Anjos e Carlos Drummond de Andrade”. A professora Márcia Ivana, desde a graduação, me ajudou de diversas maneiras, com sua alegria solícita e o empenho muito nobre de fazer do conhecimento um modo de aproximação entre as pessoas. Regina Zilberman, da mesma forma, me acolheu numa disciplina a qual devo muito: “Cafres, mouros e judeus na

literatura”. Zilberman também sugeriu caminhos e com o exemplo de seu trabalho deixou no meu horizonte pistas do que é preciso fazer para seguir em frente com dignidade.

Na pós-graduação em economia da UFRGS, agradeço ao professor Pedro Cézar Dutra da Fonseca, que gentilmente me aceitou como ouvinte em duas disciplinas, “Economia brasileira” e “Intérpretes do Brasil”, ambas fundamentais para as discussões que seguem. Agradeço a gentileza do professor em responder minhas questões durante os intervalos e logo após as aulas, mesmo vivendo, na época, um período atarefado em sua função como vice-reitor.

Tive a felicidade de participar de um grupo de estudos em que lemos, em conjunto, textos de Theodor W. Adorno e Roberto Schwarz. As discussões nesse grupo me permitiram formular uma questão a respeito da obra de Machado e, semana após semana, ajudaram na construção e clarificação das minhas posições. Agradeço aos colegas Fabrício da Costa, Milton Colonetti e William Boenavides pelas discussões, perguntas e pela inteligência generosa de todos eles. Ao Fabrício, especialmente, devo o favor de me ouvir repetir e repetir o mesmo argumento a respeito da escravidão, em conversas e discussões que se iniciavam no início da tarde e avançavam noite adentro.

Fora do grupo de estudos, um sem número de colegas de disciplina me ajudou com perguntas, explicações, livros emprestados e comentários e críticas ao longo das aulas. Devo um agradecimento especial à Eliete Tiburski, da pós-graduação da História, que me colocou em contato com Sidney Chalhoub e possibilitou que, com ela e mais um colega, eu fizesse parte de uma, para mim fundamental, entrevista com o historiador.

A psicanalista Lucia Serrano Pereira me recebeu em seu gabinete para conversar sobre um artigo em que eu construía uma relação entre Machado e Freud. Pelos seus inteligentes estudos a respeito de Machado, pela atenção e pela serenidade generosa em responder as perguntas de um amador, agradeço a ela.

O professor Antonio Sanseverino deve vir em um parágrafo separado, não apenas porque foi orientador da dissertação – o que eu confesso ser trabalhoso, dadas as idas e vindas do meu esforço –, mas porque esteve sempre atento e cooperativo para as diversas tarefas que tive que cumprir ao longo da escrita da dissertação e do cumprimento do mestrado. Sua tese sobre realismo e alegoria em Machado de Assis me ajudou na leitura do escritor como um todo e abriu os olhos a respeito de como é fundamental reconstruir no nosso próprio pensamento, do modo mais complexo possível, os pensamentos que nos parecem estranhos,

falsos ou contraditórios. Sanseverino tem uma capacidade de leitura atenta e crítica, trouxe idéias e discutiu os pontos mais melindrosos da dissertação com respeito ao meu trabalho e alta exigência, expondo gentilmente suas discordâncias e procurando entender meu ponto de vista. Não seria, de modo algum, exagero a gente assinar este trabalho em co-autoria − ele nas partes mais ditosas e eu, naturalmente, nos pontos de teimosia e dureza. Tudo isso, o professor estabeleceu sem criar uma atmosfera de filiação a suas idéias, procurando que eu desenvolvesse o que ele mesmo não cansava de denominar "autonomia". Aprendi muito com essa atitude e espero que quando chegar minha hora de orientar alguém, quem sabe um dia, eu possa ter gestos parecidos. Bem antes disso, foi ele quem, no ano final da graduação, quando eu não estava conseguindo imaginar o que fazer da vida além de ficar desempregado ou sub-pago, sugeriu que eu tinha condições de disputar uma vaga no mestrado – conselho que seguramente mudou minha vida.

Agradeço aos estudantes do Curso Pré-Vestibular Comunitário Rubem Berta, para quem dei aulas, ao todo, por quase três anos. Alguns deles estão na universidade e, em breve, estarão escrevendo suas dissertações e teses, o que me enche de alegria e mesmo de orgulho. As aulas no pré-vestibular me ajudaram a conhecer de modo mais crítico e realista a cidade onde vivo e aplicar meus conhecimentos pagos pelo dinheiro público em benefício de quem mais demanda ser atendido por esses conhecimentos.

Não posso esquecer do pessoal das bibliotecas das ciências humanas, da economia, da psicologia e da educação, aqui da UFRGS, e também da FAPA e da PUCRS, pois sempre me atenderam prontamente, respondendo dúvidas, procurando livros, trazendo ensaios pelo COMUT e assim por diante.

Por fim, agradeço à CAPES e aos cidadãos brasileiros, pela bolsa fundamental para a compra de insulina, quando o mesmo governo federal que me pagava a bolsa decidia que os diabéticos não precisavam do medicamento naquele mês. E agradeço também ao Canísio, sempre solícito na secretaria da pós.

Tive acesso a um dos bens públicos mais escassos e mal distribuídos do país. Levarei isso sempre em conta, na tentativa de torná-lo menos escasso e mais bem distribuído.

Os professores citados possuem variadas direções de pensamento e de modo algum pretendo, com este agradecimento, me filiar ao que um ou outro pensa. Tenho bem presente que muito do que vai aqui escrito não concorda com pontos de vista de alguns deles; não obstante, algo desses pontos de vista constitui o cerne do meu trabalho. Ficarei satisfeito se

puder pensar, daqui por diante, que meus limites não foram maiores do que o trabalho, os ensinamentos e a generosidade de todos os citados.

Agradeço imensamente ao Alexandre Bergamini e Giovana Bergamini, meus irmãos, e aos meus pais, Atilio Bergamini Neto e Elena Bergamini por coisas que não é possível explicitar.

Além de agradecer, dedico este trabalho a Ana Flávia Souto de Oliveira, que entendeu quando eu precisava, alucinadamente, “ler cem páginas por dia! Esse é meu trabalho, eu recebo pra isso!”. E me acolheu com seu lindo sorriso quando, a cada coisa que eu via, lembrava de um causo da escravidão ou imitava o Brás Cubas. Mesmo que não houvesse todo o aprendizado que tive, aqueles sorrisos teriam feito a dissertação valer a pena.

Pronto, Ana, agora não vou mais ficar dizendo: “tenho que ler cem páginas por dia!”... com o treino que peguei, acho que posso exigir 120... mas, antes, aceita um cineminha e uma cerveja?

RESUMO

Este trabalho procura desenvolver a tese de Roberto Schwarz em *Ao vencedor as batatas* (1977) e *Um mestre na periferia do capitalismo* (1990) e tem o intuito de ser uma interpretação do romance *Memórias póstumas de Brás Cubas*, escrito por Machado de Assis e publicado em livro em 1881. Para Schwarz, a elite brasileira do século XIX era volúvel em seu tratamento com a política, com as idéias e com a alteridade – escravos e dependentes. Tal volubilidade teria sido imitada no romance, por meio de uma narrativa volúvel, não apenas no conteúdo, mas sobretudo na forma. A dissertação se ocupa de buscar uma gênese para as idéias de Schwarz e entender alguns de seus pressupostos, para então ler o romance a partir de uma conscientização desses pressupostos. Ficou evidenciada a necessidade de uma plataforma de leitura que incorpore o reconhecimento da alteridade social em relação à lógica apresentada no romance, que é, segundo Schwarz postula, o modo de ser da elite. Postula-se que o narrador das *Memórias* é um narrador iludido a respeito do próprio poder e que o romance ficcionaliza a decadência das relações de produção escravistas e não a hegemonia do escravismo, como a fortuna crítica tem consagrado. Uma vez estabelecida a ficcionalização da derrocada da classe hegemônica no escravismo, a dissertação reconsidera a identidade entre a volubilidade do narrador e a volubilidade da elite da época, evidenciando que o romance pode ser lido com uma lógica diversa da volúvel, embora, em termos formais, a volubilidade continue sendo excelente explicação do movimento narrativo. Com isso, reconhece-se que o romance trabalha a estrutura de classes de sua época, mas salienta-se que o faz para expor e ridicularizar um poder que ilude a si mesmo a respeito de suas possibilidades de ação e influência. Neste sentido, ao criticar o aparente silenciamento absoluto da alteridade, de que resulta o poder imaginário do narrador, constrói-se uma função mediadora para ler o romance por uma visada que possa ajudar na compreensão atual de aspectos da organização social e alguns de seus preconceitos.

Palavras-chave: Machado de Assis; escravismo; forma literária

ABSTRACT

This thesis aims at discussing Roberto Schwarz's ideas presented in *Ao vencedor as batatas* (1977) and *Um mestre na periferia do capitalismo* (1990). It also intends to be an interpretation of the novel *Memórias póstumas de Brás Cubas*, written by Machado de Assis and published in 1881. Schwarz claims that the Brazilian upper-classes of the XIX century had a fickle character that was reflected in the way they dealt with politics, ideas and alterity. According to Schwarz, this fickleness was mapped onto the novel content and form, represented by the way the first person narrator behaves. The thesis is concerned in finding the presuppositions of Roberto Schwarz's ideas, in order to evaluate the novel with an awareness of these presuppositions. It turned out to be necessary to apply a different theoretical background that could provide a recognition of the social alterity. Then, the objective is to provide an account to make it possible to map the boundaries of the narrator's point of view. We claim that the novel's narrator is deceived about his own power and that the novel fictionalizes the decay of the slavish relation of production, instead of the slavery system hegemony, as most of the scholars say. Then, this study reformulates the parallel between the narrator's fickleness and the upper-classes' fickleness, lightening that the novel could be interpreted in a different way, even that in formal aspects the fickleness is able to explain the novel accurately. Concluding, the novel fictionalizes the hierarchy of classes that was present in the XIX century, but at the same time it mocks a decadent power that deceives itself in relation to its action and influence possibilities. In this sense, the apparent silencing of the alterity, from which the narrator's imaginary power arises, has a mediator function essential to a critical understanding of the novel in a democratic and multidimensional fashion, which can help to comprehend the current social organization and prejudices.

Keywords: Machado de Assis; slavery; literary form

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....11

PARTE I

1 Ideologia patriarcal e análise literária.....19

2 O imaginário patriarcal e suas formas: **breve análise dos clássicos.....35**

3 Estudos recentes sobre o século XIX: a matriz prática.....49

As elites.....50

Os escravos e os dependentes.....57

As elites e o escravismo.....70

PARTE II

4 O narrador em *Memórias póstumas de Brás Cubas* – ilusão e volubilidade.....78

A ilusão de Brás Cubas.....84

A segmentação do livro.....97

A escravidão silenciada.....105

O fechamento subjetivo.....116

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....131

REFERÊNCIAS.....137

ANEXO 1.....144

ANEXO 2.....145

INTRODUÇÃO

Bons dias.

Este trabalho seria o desenvolvimento de um ensaio em que eu procurava investigar, nas *Memórias póstumas de Brás Cubas*, o entrelaçamento de discursos políticos, discursos literários e certo modo de ser dos homens da elite no século XIX. O professor Luís Augusto Fischer sugeriu que eu poderia levar adiante a proposta e transformá-la numa dissertação. Na opinião do professor havia material suficiente e um plano de estudos.

Quando comecei as pesquisas, a partir de uma dica do orientador deste trabalho, o professor Antonio Marcos Vieira Sanseverino, procurei estudar a escravidão no século XIX. Passei o verão de 2008 fazendo isso. A proposta inicial era entender as *Memórias póstumas de Brás Cubas* como um estudo literário que ficcionalizava as ligações entre a história e a psicologia das personagens – isto é, criava uma mediação ficcional entre certas estruturas sociais e certas subjetividades, ambas, por sua vez, mediadas por uma série de discursos e formas.

Preferi me ater, por limitação temporal e por planejamento, às questões históricas e, em outra oportunidade, se possível, eu me dedicaria a dar o outro passo do meu projeto de estudos, qual seja, o que estudaria as subjetividades.

Não errará o leitor que disser que em muitos aspectos Roberto Schwarz fez exatamente o que estou dizendo. E estará mais certo se perguntar: para que fazer algo que já foi feito?

Tentarei responder a isso ao longo da dissertação. À guisa de introdução convém iniciar a resposta com algumas perguntas, mais abrangentes do que a anterior, mas correlatas: por que Machado de Assis? Por que as *Memórias póstumas*? Já não se falou o suficiente dos dois? O que um mestrando teria de relevante a dizer a esse respeito que não repetisse o que já foi dito – e com o defeito de tirar do contexto a complexidade do já-dito?

Essas perguntas antecedem o trabalho não apenas de estudantes e aprendizes na área da pesquisa literária, como é o meu caso. Alfredo Bosi, por exemplo, as formula no início de seu *O enigma do olhar*.

A meu ver, essas perguntas encobrem um imediatismo e um individualismo que não dão conta do trabalho de pesquisa literária – e não estou falando de Bosi, evidentemente, que, afinal, escreveu mais um livro sobre Machado, trazendo implícita uma crítica de tais questões.

Quando observamos as pesquisas de Roberto Schwarz, por exemplo, podemos ter uma idéia mais apurada de que persistir em um caminho por alguns anos, aprofundando questões e problemas, pode contribuir nas pesquisas sobre determinada área. Assim, um mestrando sobre Machado de Assis não pode querer ser mais do que um mestrando sobre Machado de Assis, mas é bem possível que, se ele persistir no caminho, vá trazer um par de questionamentos lá adiante.

Não posso imaginar uma contribuição minha que não seja no sentido de permanecer, durante um bom tempo, em torno de um leque mais ou menos restrito de contradições e problemas, procurando ser um vetor de aprofundamento dessas contradições e problemas – que, insisto, nem começam nem terminam comigo.

Seguindo o argumento: depois de passar alguns meses entre livros a respeito da escravidão, pensei ver em *Um mestre na periferia do capitalismo*, publicado por Roberto Schwarz em 1990, uma consistência maior do que vi nos argumentos históricos que encontrei em *Ao vencedor as batatas*, de 1977, cujos pressupostos me pareciam equivocados. Diversos pesquisadores que respeito, como John Gledson[1] e Luís Augusto Fischer[2], por exemplo, apresentaram argumentos contrários, ou seja, acreditam que há uma continuidade entre o "jovem Schwarz" e o Schwarz maduro. Embora os argumentos apresentados pelos dois sejam bons o suficiente para eu voltar atrás, penso que a permanência de Schwarz em um núcleo de problemas, desde os anos 1960 até os anos 1990, não invalida o que estou dizendo. Em outras palavras, há a continuidade apontada por Gledson e Fischer, mas também há, como espero demonstrar, uma espécie de superação ou ruptura, conforme o ponto de vista, em relação a alguns pontos importantes das idéias do crítico.

---

[1] Cf. o ensaio "Roberto Schwarz: *Um mestre na periferia do capitalismo* – um guia para leitores anglófonos" (GLEDSON, 2006, p. 236-278).
[2] Cf. o ensaio "Em busca do narrador: traços do pensamento do jovem Schwarz" (CEVASCO e OHATA, 2007, p. 78-94).

No livro de 1977, o capítulo "As idéias fora do lugar" apresenta abstrações e generalizações que não explicam adequadamente a sociedade do século XIX. O primeiro problema está na divisão de classes, que procura entender uma sociedade dividida em três níveis: os latifundiários, os escravos e os dependentes (SCHWARZ, 1988, p. 15-16). Para Schwarz, a relação entre os dois primeiros "é clara", baseada no uso da força; o que nos interessa – propõe o crítico – é a relação entre os latifundiários e dependentes, classes entre as quais se passaria a vida ideológica, o favor, "mediação quase-universal" da sociedade oitocentista (Idem, p. 16).

Essas asseverações não eram confirmadas pelas leituras que eu acabara de fazer em pesquisadores como Hebe Maria Mattos de Castro (1995), José Murilo de Carvalho (2006 e 1993), João Luís Fragoso (1998), Keyla Gringberg (1994), Luiz Felipe de Alencastro (2000), Manolo Florentino (1997), Sidney Chalhoub (2003, 1996, 1990) e Silvia Lara (1988). Do mesmo modo, a divisão de classes não servia para ler as *Memórias*, romance em que todas as personagens, à exceção significativa de Dona Plácida, são proprietários de escravos. Como ilustração, lembremos de Marcela, Dona Eusébia, Prudêncio, o próprio Brás, Cotrim e Sabina, Lobo Neves e Virgília.

Nesse ponto da pesquisa reparei que a problematização de Schwarz em *Ao vencedor as batatas* exigia revisões. Igualmente, a partir do que eu estava aprendendo, parecia-me que os pressupostos históricos e sociológicos da minha própria pesquisa demandavam reformulações radicais – porque em grande parte eles aceitavam aqueles oferecidos por Schwarz. A estrutura de classes como apresentada pelo crítico e o favor como centro da vida ideológica – já que não resta dúvidas que esse centro é a escravidão e o escravismo – são argumentos que me parecem insustentáveis à luz do que sabemos hoje, embora sejam plenamente compreensíveis e agudos quando compreendidos pela época de sua criação e pelo campo de seus debates. Por essa razão, meu contra-argumento não deve ser tão ligeiro. Isto é, não se pode deixar de lado tão rapidamente um texto que pautou discussões durante anos. Os problemas ali destacados são uma complexa síntese dos trabalhos de Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, Florestan Fernandes[3] e uma série de outros pesquisadores, como

[3] Alguns historiadores denominam de Escola Paulista a que estuda a escravidão procurando compreender a reificação completa do escravo e a alienação do senhor em um sistema violento. Florestan Fernandes orientou diversos dos pesquisadores que formariam o que é chamado de Escola Paulista. De Fernando Henrique Cardoso, refiro-me sempre ao seu *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. De Octavio Ianni me refiro ao *As metamorfoses do escravo*. Florestan Fernandes escreveu um sem número de obras e artigos a respeito dos escravos e da incorporação dos negros no mundo dos brancos e o fez em diversos momentos de suas pesquisas. Seu livro mais conhecido sobre o assunto é *A integração do negro no mundo dos brancos*, que, infelizmente, não pude ler.

Francisco de Oliveira e Celso Furtado. De alguma maneira, rediscutem teorizações de Caio Prado Jr. e Gilberto Freyre e não esqueço de Maria Sylvia de Carvalho Franco, que, segundo Schwarz, o levou a desviar o foco de atenção da escravidão para o favor. Tudo isso, de maneira mediada e complexa, sem adesão direta a essa ou aquela posição.

Quando passamos para *Um mestre na periferia do capitalismo* o problema se torna um pouco diferente. O capítulo três, intitulado "A matriz prática", não fala sequer uma vez em favor. Procura explicar a volubilidade do narrador como redução estrutural de uma volubilidade da elite nacional e, por essa razão, a volubilidade passa a, por assim dizer, organizar a constelação de conceitos. A explanação histórica é mais sucinta, mas também mais concreta e, pelas notas de rodapé, apreendemos que, entre os dois livros, Schwarz deu continuidade aos debates que procuravam entender a situação do Brasil. Se não me engano, portanto, houve um duplo movimento: aprofundamento no estudo de autores e problemas contemporâneos, de Francisco de Oliveira e Florestan Fernandes a Luiz Felipe de Alencastro, e estudo de autores clássicos, por assim dizer, de Joaquim Nabuco a Gilberto Freyre. Com isso, surge uma explicação para a relativa ausência do favor nos desenvolvimentos desse livro. *Um mestre* trata de um romance e a categoria a ser mobilizada deve dizer respeito ao modo como essa obra tornou interno e particular um funcionamento externo e geral. Nesse caso, a categoria deveria ser algo semelhante ao "torcicolo cultural" de forma e conteúdo, que Schwarz havia estudado em *Ao vencedor*. Fica, então, plenamente legitimada a ausência do favor: ele vem à tona como volubilidade. Ainda assim, era de se esperar que na "matriz prática" do romance o favor constasse. Construí a hipótese de que as descobertas da historiografia a respeito da escravidão feitas ao longo da década de 1980 teriam permitido que Schwarz desse um salto na concepção de história que dirigia seu argumento, o que teria possibilitado, objetivamente, a construção de um livro tão denso e provocador quanto *Um mestre na periferia do capitalismo* e teria limitado, objetivamente, os horizontes de "As idéias fora do lugar" – a ponto de uma questão complexa como a escravidão ficar resolvida por um adjetivo.

É possível que não seja bem assim, mas, para meus propósitos, imaginei que estava diante de um programa de estudos. Isto é: eu poderia me preocupar em estudar os chamados "intérpretes do Brasil" ao lado de autores contemporâneos, nas mais diversas áreas – do mesmo modo que fez Schwarz. Deveria fazer isso sempre tendo em mente meus problemas e questões restritos, em torno de Machado de Assis e do escravismo no século XIX, porque isso me permitiria dar continuidade ao trabalho iniciado por Schwarz, incorporando seus ganhos e

reconstruindo o que me parecia equivocado nos seus postulados, principalmente quanto à matriz histórica. Em uma palavra, havia um trabalho de pesquisa que poderia ser continuado desde que se pudesse "puxar" seus conceitos para as descobertas da historiografia mais recente. Estava tracejado, assim, o plano de estudos para o mestrado.

Espero que as perguntas feitas lá acima tenham sido reveladas como perguntas feitas a partir de um ponto de vista que apresenta um quê de incompreensão a respeito de como pode ocorrer o trabalho na pesquisa em literatura. Elas supõem um pesquisador solitário que tem ou não tem algo de novo a dizer – um pesquisador um tanto quanto impressionista e imediato, que nasce pronto. Minha proposta procura criticar esse ponto de vista, tentando partir de problemas e questões bastante velhos, quase tão velhos quanto a história da universidade no Brasil – e, certamente, anteriores a ela própria, como atesta, aliás, o próprio "As idéias fora do lugar". Continuidade, contudo, não significa adesão ou repetição.

Quando Schwarz se dedica a estudar o favor, por exemplo, ele deixa de lado um campo de pesquisas fundamental para se entender o século XIX e sua literatura, justo a relação escravista. Isso não desmerece seu trabalho, pelo contrário, mostra o quanto ele cria espaços de intervenção para quem pretenda pesquisar e quanto marca meu espaço de pesquisa.

Em uma entrevista, Schwarz disse que estava com a escravidão na cabeça até ter acesso ao livro de Maria Sylvia de Carvalho Franco, *Homens livres na ordem escravocrata*. A questão aqui é insistir nesse caminho que poderia ter sido, mas não foi.

Para isso, este trabalho está dividido em duas partes. A primeira estuda a forma com que alguns dos chamados intérpretes do Brasil comentam a escravidão e os escravos e o modo como isso está composto na crítica literária de Roberto Schwarz. Como corria o risco de me restringir a uma crítica estruturalista ou formalista, procurei coordenar nessa leitura um movimento sincrônico e um movimento diacrônico. Os dois movimentos nem sempre estão presentes expressamente, mas eles orientaram minhas pesquisas no sentido de não incorrer em uma leitura de *lector*, como a definia Pierre Bourdieu (2001). Essa primeira parte tem o objetivo de evidenciar pressupostos que, caso eu não tivesse seguido este caminho de estudos, estariam dados no meu trabalho, como evidências inquestionáveis, dados imediatos. Por exemplo: a completa dependência do dependente, a submissão total do escravo, o domínio irresoluto da vontade do senhor, a simplificação da vida econômica como um grande latifúndio no qual escravos plantam monocultura para exportação. Uma vez que todas essas idéias sejam rearranjadas ao longo da primeira parte, cheguei à segunda parte com uma série

de novos pressupostos. Nada garante que eles não vão ser explicitados como equívocos ali adiante, mas, por enquanto, é o que dispomos para discutir a formação de nosso país e para incorporar continuidade e não apenas repetição ao trabalho já feito por pesquisadores anteriores.

De nenhuma maneira tive o intuito de problematizar as principais hipóteses dos "intérpretes", nem fazer um apanhado completo ou mesmo ligeiro de suas teorias. Meu propósito foi ler os intérpretes do Brasil a partir de uma idéia e o que aparece nessa dissertação é a parte da pesquisa que mais se adequa ao modo como achei por bem expôr meus argumentos. Tenho consciência de que tudo o que discuto é provisório, grande parte meramente hipotético e muito demanda correções e discussões. Ainda assim, procurei expor minhas idéias centrais do modo mais direto e evidente possível, para que as correções e discussões – se eu tiver a sorte de contar com elas – possam ser produtivas e se referir ao principal do meu trabalho. Afinal, ao procurar discutir pressupostos, penso correr riscos bastante grandes de estar completamente enganado.

A segunda parte é uma interpretação e uma análise das *Memórias póstumas de Brás Cubas* calcada na idéia de que o escravismo é a estrutura fundamental da sociedade colonial e brasileira e é nela que estão as molas propulsoras de ideologia, dentre essas, a ideologia do favor. Era preciso entender o favor como ideologia, mas também como meio objetivo de reprodução social (dado que a ideologia é um modo de reproduzir as posições sociais, mas, por assim dizer, não enche barriga). Penso que Schwarz não faz isso no seu trabalho, ao menos não com a exigida clareza. Tentei eu mesmo fazê-lo, com os limites que me são próprios. Na vida social, as relações eram mais complexas do que indica o nexo do favor. Na literatura de Machado também – de tal modo que nas *Memórias*, aquilo que parece um pano de fundo inexpressivo para o narrador, se revela, numa astúcia literária de Machado, um funcionamento que resiste ao narrador e que ele não consegue compreender. Tento evidenciar, em minha leitura, esse lado da forma literária que os livros de Schwarz optaram por não acompanhar, mas que fica mais do que sugerido pelo romance. Quer dizer, se pensarmos que o escravismo é o centro ideológico da sociedade escravista – como parece óbvio –, de que modo poderemos entender a literatura das *Memórias* como uma literatura produzida no escravismo? De que modo compreender adequadamente o escravismo nos ajudaria a compreender um pouco melhor o romance?

Marx disse que a história se repete e, quando se repete, aparece uma vez como tragédia e uma vez como farsa. Este trabalho tenta ser uma leitura atenta, linha por linha,

daquilo que Schwarz propôs e daquilo que ele não pôde encontrar em Machado. O objetivo era, a partir daí, evitar escrever uma farsa e escrever algo que, apesar de seus limites, tivesse força própria – porque também Freud ponderou em *Além do princípio do prazer* que o objetivo da análise era reconhecer "que aquilo que parece ser realidade é, na verdade, apenas reflexo de um passado esquecido". O esforço dessa dissertação foi no sentido de compreender a literatura como um meio de conhecer o passado, evitando tanto quanto possível repetir numa farsa os silêncios e esquecimentos trazidos até presente desde o passado escravista.

PARTE I

1 Ideologia patriarcal e análise literária

Para Roberto Schwarz, o dispositivo literário das *Memórias* é a volubilidade do narrador – em determinado momento ele também usa o termo volubilidade narrativa –, espécie de imitação literária do comportamento volúvel da elite brasileira do século XIX. Para abonar sua tese, Schwarz procura argumentar que a base ideológica do Brasil no século XIX era o favor – relação social que podia reter o país "como um todo" – e que determinava ou facultava à elite o comportamento volúvel frente a tudo e todos. Mas para chegar a essa conclusão é preciso ler seus livros *Ao vencedor as batatas* e *Um mestre na periferia do capitalismo*, de 1977 e 1990, respectivamente, como se fossem um livro só, em dois volumes. Segundo entendo, a concepção de história em *Ao vencedor as batatas* é bastante mais restrita e abstrata do que aquela presente em *Um mestre na periferia do capitalismo.* Nesse último, a categoria "favor" praticamente não aparece – e de tal maneira que, no terceiro capítulo do livro, "A matriz prática", não é citado (e a dominação pessoal direta é lembrada apenas a respeito da escravidão). Dessa forma, tomei para mim mesmo que se eu quisesse acompanhar aquilo que via como uma evolução na concepção histórica de Schwarz, eu deveria acompanhar os movimentos que o levaram a dar esse passo. Tentei procurar esses movimentos nas notas de rodapé de seus livros e penso que as discussões das quais Schwarz participou na Unicamp, em torno das pesquisas de historiadores como Luiz Felipe de Alencastro, aprimoraram seu trabalho, conferindo-lhe maior complexidade histórica.

Contudo, se lemos os dois livros como continuidade, veremos que, para Schwarz, algo se faz presente como totalidade nos dispositivos culturais do século XIX. Da arquitetura até a literatura, afirma ele, a cultura estava constituída por um "torcicolo cultural", por "idéias fora do lugar", em que o encontro de formas européias e matérias americanas abria cicatrizes estéticas nas faturas das obras singulares. Pelas cicatrizes se poderia perceber um problema social mais amplo, qual fosse, o da ideologia do favor – que incorporava ao ambiente brasileiro as idéias do iluminismo sem incorporar seu processo.

O favor, para Schwarz, constitui o “nexo efetivo da vida ideológica” dos oitocentos. Além disso, é o único meio objetivo de o dependente acessar os bens e serviços mais adiantados de sua época − sendo, portanto, o meio objetivo de reprodução de uma classe inteira. Por esse viés, erra quem entende o favor como um dado ou uma espécie de política ou ação. Para Schwarz, o favor expressa um tipo de relação, desigual, de cima para baixo, em que se reproduz a vida de alguns dependentes e se estrepa a vida de outro sem número deles. Seria, sob esse ponto de vista, “a mediação *quase*-universal” ao longo do século XIX.

Parece óbvio dizer que o favor é uma relação, mas há problemas em dizê-lo. Porque, se é uma relação, implica tensão entre forças e interesses, posto que desiguais. Sidney Chalhoub procura lidar com o problema a partir de uma divisão: a materialidade de toda a vida social, ele parece sugerir, é reproduzida por escravos − daí que, no seu estudo, há grande espaço para o estudo das políticas escravistas e o modo como os escravos lidavam com isso −, logo, o favor depende da produção escravista, está estruturado por ela. De outro lado, certa “fantasia histórica” do paternalismo garantiria a imediaticidade da “totalidade social”. Em outras palavras, garantiria, para os proprietários, que seu ponto de vista, seus interesses e desejos explicam o sentido de tudo. Logo, a fantasia histórica da qual fala Chalhoub supõe que toda a sociedade depende do proprietário e de seu bem estar financeiro, quando, de fato, quem reproduz toda a vida material é o trabalho escravo.

Por isso cumpre perguntar: o que significa ou pode ser um “nexo efetivo da vida ideológica” de uma sociedade? Se a escravidão não é esse nexo − como Schwarz argumentou −, então as vidas dos escravos existiram sem existir em termos de repercussão social e ideológica. Sem efeitos sociais “imediatos”, elas precisam de mediações teóricas para ser notadas por aqueles que não sofrem nelas. Nesses termos, o único espaço social de onde se produziria ideologia seria o espaço do senhor − hipótese que levaria a considerar um subtexto de impossibilidade de existência de um sujeito escravo na tese de Schwarz, o mesmo subtexto, aliás, que ele critica com grande êxito. Mas, como as pesquisas de Karasch (2000) parecem demonstrar e a historiografia literária parece confirmar, teria ocorrido um silêncio protocolar a respeito da escravidão e suas instituições no Rio de Janeiro, ao menos na primeira metade do século XIX. Isso significa, salvo melhor leitura, que Schwarz acerta ao entender uma simpatia pelo nexo do favor, mas erra ao vincular o nexo do favor como centro ideológico, dado que ele era uma refração, um desvio, uma insistência em evitar as condições

objetivas da sociedade escravista, que, para além de visar a produtividade capitalista, visava reproduzir a sua hierarquia[4].

Utilizei termos um tanto quanto lukácsianos como imediaticidade e totalidade de propósito, mas é possível argumentar mais concretamente: o imediato seria a superioridade do senhor, sua sobranceria − para usar o bom termo de Sergio Buarque de Holanda (2002, p. 32) −, enquanto a totalidade seria, para Chalhoub, a escravidão, para Schwarz, a volubilidade derivada das relações de favor e entranhada em cada detalhe da vida da elite e, consequentemente, dos dependentes e escravos (que acabavam, sempre conforme Schwarz, submetidos ao capricho).

Aqui está o problema. Tentarei formulá-lo como pergunta: não seria o favor justamente o imediato social, aquilo que os sujeitos da época − ou mais especificadamente, uma classe social da época − representavam entre eles mesmos, sem expressar e problematizar, pois não era o objetivo, a estrutura do problema, justo a estrutura escravista?

É como se a argumentação de Schwarz vacilasse: ora o favor é representação, ora conceito; reflete a imediaticidade, mas também reivindica totalidade; significa um momento da reprodução material e também um momento da reprodução simbólica e assim por diante.

O vacilo não significa necessariamente defeito ou contradição ou ainda um problema interpretativo – basta lembrar que ambivalente, para Chalhoub, é o ponto de vista de Helena, não o de Estácio ou, para ir além, o de Brás Cubas, o que leva a uma percepção mais nítida da acuidade crítica de Schwarz e do passo dialético que consiste em variar o ponto de vista, da volubilidade para a ambivalência e vice-versa. Portanto, não é no sentido de defeito teórico que leio as ambivalências dos procedimentos teóricos de Schwarz. Dado que o pensador é complexo, não gasta prudência quem duvida que o problema esteja no pesquisador, e busca

[4] Entre os historiadores o debate é complexo e ainda não foi esgotado. Roberto Schwarz optou por entender a escravidão – e o favor – como aspectos da sociedade capitalista. Há diversos estudos que apontam, a partir de uma dialética marxista, para um modo de produção escravista. Esse ponto de vista, por sua vez, é sustentado por diferentes correntes, algumas divergentes entre si. No Brasil, Jacob Goerender defendeu o escravismo como modo de produção. João Luis Fragoso e Manolo Florentino procuraram mostrar de que modo a tráfico e movimentos internos da economia produziam sistemas econômicos relativamente independentes dos sistemas centrais. Um estudo que chamou especialmente minha atenção a esse respeito se chama *A escravidão africana*, de Paul E. Lovejoy (2002), em que o autor diferencia a escravidão como prática residual em uma sociedade, a escravidão como instituição (a partir das práticas islâmicas e das *jihads* na África) e a escravidão como modo de produção (consolidada apenas no século XIX). Sendo um livro anterior aos estudos de Fragoso e Florentino, foi muitas vezes citado por eles e marca uma posição desses historiadores, qual seja, a de que o Brasil era uma sociedade escravista, isto é, uma sociedade em que o principal era reproduzir a hierarquia escravocrata. Tentei, ao longo do presente trabalho, usar o termo escravismo para denominar o sistema de reprodução de escravos e o termo escravidão para designar a condição do homem escravo. Obviamente as duas coisas se confundem e nem sempre eu consegui diferencia-las metodicamente.

outras formas de investigar e propor a questão, ao invés de dizer o que o pesquisador deveria ter dito − nesse caso, ainda pior, porque seria ensinar o padre a rezar a missa.

Resumo assim a proposição de Schwarz (certamente existem outros meios de reconstruir o argumento e é preciso atenção para não tomar o que se segue como uma retomada suficiente do trabalho de Schwarz): a estrutura social dos oitocentos brasileiros determinava o uso do favor como meio de sobrevivência de uma classe inteira, a dos dependentes. Os proprietários que "concediam" favores agiam de modo volúvel em relação aos agregados e dependentes. Seu poder abrangia a possibilidade de todo o tipo de violência, física ou simbólica, e gera certa inconstância ou volubilidade no comportamento e nas idéias das elites. Tal volubilidade, Machado de Assis a imita na forma literária das *Memórias.* O romance empreenderia uma redução estrutural entre a visada volúvel das elites e o dispositivo literário volúvel, redução essa, mediada por um sem número de procedimentos, desde o estilo de Sterne, Garret e Xavier de Maistre, passando também pelo traquejo formal construído ao longo de décadas – nas crônicas jornalísticas, pelo contato direto com os leitores, pela viravolta ideológica no ponto de vista do próprio escritor e assim por diante.

Veja-se se não é um belo trabalho, que ajuda a pensar a literatura e a sociedade − a literatura nessa sociedade − com denodo crítico?

Penso que aquele vacilar da argumentação do crítico se inscreve – segundo tentarei demonstrar – em algo mais amplo do que os trabalhos de Schwarz. Aponta para um recorrente problema na abordagem metódica das literaturas e das culturas no Brasil. A ambivalência inscrita em entender o favor como totalidade de uma sociedade escravista tem significação profunda − mais do que um equívoco ou problema do crítico, se trata de um persistente modo de entender o Brasil, um modo de representar a realidade que, atualmente, em muitos aspectos, "coincide" com a "realidade", tem efeito de real.

1

Não é preciso demorar muito sobre os dois livros de Schwarz a respeito de Machado de Assis para começar a notar algumas recorrências. Basta, por exemplo, partir de uma leitura adorniana, em que as fissuras da escrita servem para compreender fissuras sociais. Começa-se pela passagem em que o crítico afirma que a colônia nos legou três classes, os latifundiários, os escravos e os dependentes. A relação entre os dois primeiros, diz Schwarz, é clara, interessa-nos – conforme suas palavras – a relação entre os latifundiários e os dependentes,

isto é, a relação do favor, nexo efetivo da vida ideológica e mediação quase-universal daqueles tempos.

É esse momento de *Ao vencedor as batatas* que considero especialmente abstrato, no sentido que seus conceitos não conseguem problematizar a contento o que a história nos ensina a respeito do século XIX.

Não me parece que 350 anos de relações as mais variadas, entre escravos urbanos e senhores urbanos, escravos rurais e senhores de engenho, escravos domésticos e sinhás, escravos domésticos e escravos da lida, ladinos e boçais etc. ficam sintetizados criticamente num adjetivo, ainda mais este adjetivo: clara. A relação escravista estruturava influenciando *todas* as posições sociais, do traficante de escravos ao cativo desembarcado no Valongo; do agregado ao Imperador[5]. Por que não nos interessaria justo essa relação, a mais fundamental da época? Uma das respostas de Schwarz leva em conta que a própria literatura deixava o escravismo de lado, enfatizando o favor, "nexo mais simpático". Mas ela é insuficiente justamente porque leva a uma coincidência, ainda que não uma coincidência fixa e totalizante, entre aquilo que as elites viam como realidade e aquilo que a crítica literária passa a entender como realidade. Se o favor valoriza a posição de uma classe particular, porque justo ele deveria ser uma categoria crítica fundamental para compreender o século XIX?

Em *Mestre na periferia*, Schwarz argumenta que nas *Memórias*, o escravismo é determinante, mas os escravos são raros. A frase não recebe comentários demorados, mas é importante ver que, para o crítico, estamos diante de um romance cuja representação do escravismo não tem escravos. Um problema e tanto.

O escravismo é determinante, o favor é mais simpático, os escravos são raros. Breve discutirei miudamente os problemas que há na proposição do favor como categoria central, que explica o Brasil, nas palavras de Schwarz, "como um todo".

Antes disso estamos diante de outro problema, o "raros": não se entende bem o que significa a expressão "raros", porque, de fato, ao menos na primeira parte do romance, os escravos aparecem o tempo todo – ainda que, fora Prudêncio – sejam todos pano de fundo.

[5] Como já foi apontado, nesse ponto parto de uma plataforma diversa daquela utilizada por Schwarz e nada garante, em absoluto, que seja uma plataforma mais correta. No meu caso, me utilizo de Lovejoy, Fragoso, Florentino, Chalhoub e outros para compreender a sociedade do século XIX no Brasil como uma sociedade escravista; sob esse ponto de vista, o escravismo se reproduzia por meio de reproduções sociais amplas, diferentes da lógica capitalista. Com isso, quer me parecer que a proposta de Schwarz ganha um fôlego ainda maior, pois, a partir de uma premissa histórica problemática, chega a uma concepção de cisão entre dois tipos de valores (os escravistas e os europeus) que é muito melhor explicada pela proposta histórica que ele não tinha disponível.

Depois, sim, mais ou menos a partir do capítulo do vergalho, eles se tornam, digamos, raros (o que é significativo) e, recorrentemente, a palavra escravo passa a ser substituída pela palavra criado. De todo o jeito, mais uma vez, um adjetivo aparece no lugar de uma necessária e fundamental elaboração. No lugar do "clara" que define a relação entre senhores e escravos ou deste "raros" se poderia escrever mais um volume ou, para começar, uma dissertação de mestrado.

Retornando às tensões entre favor e escravismo. O favor é mais simpático do que o nexo escravista, diz Schwarz, e, por isso, os escritores preferiam falar sobre ele, deixando de lado a raiz objetiva das diferenciações, hierarquizações, riquezas e misérias sociais. Se esperaria, num estudo tão denso, maiores desenvolvimentos. Fica por explicar a afirmação de que a relação entre senhor e escravo era baseada na força física, na agressão, sendo por isso "clara".

Sabemos, hoje, que as relações escravistas tinham matizes complexos, de modo que a ideologia de produção da desigualdade entre senhores e escravos, brancos e negros, não fica jamais resumida à possibilidade − certamente não pequena − de domínio físico[6].

Por que escritores necessariamente falariam a respeito do nexo "mais simpático" para a elite? Por que quase todos fariam (e fizeram) isso? Por que os que não fizeram, como Luiz Gama – que discutiu a igualdade entre negros e brancos –, praticamente desapareceram? Se o favor é "mais simpático" para a elite leitora e escritora, o que justificaria que logo esse nexo fosse articulado como o nexo crítico – não ocorreria aí uma espécie de coincidência entre a crítica que Schwarz produz e o objeto que ele constrói para criticar? Em que medida, o problema crítico reflete, assim, as contradições sociais, incorporando-as involuntariamente à forma da escrita crítica?

Sob esse ponto de vista restrito, o favor tal como articulado por Schwarz coincide, em partes, com o ponto de vista patriarcal, apagando a contrariedade, as contradições e os antagonismos que lhe constituem e são constituídos na e para a totalidade. Esse erro histórico leva a interpretar o narrador e a personagem Brás Cubas como representações do poder da

[6] Diversos livros podem sustentar essa argumentação. Remeto especialmente a *A paz das senzalas*: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790-c.1850, de Manolo Florentino e José Roberto Góes, porque é um livro relativamente recente (1997) e que incorpora as discussões da lista que segue. *Visões da liberdade*, de Sidney Chalhoub, *Liberata*: a lei da ambigüidade, de Keyla Grinberg, *Na senzala, uma flor*, de Robert Slenes, *As cores do silêncio:* os significados da liberdade no Sudeste escravista, de Hebe Maria Mattos de Castro, e *O mundo dos fugitivos*, de Márcia S. Amantino e *Rebelião escrava no Brasil*, de João José Reis. Para um painel específico a respeito da vida escrava urbana, no Rio de Janeiro, ver Mary Karasch, *A vida do escravo no Rio de Janeiro.*

elite – quando a proposta literária, como se verá na segunda parte, constrói a temática menos em torno do poder do que da ilusão de poder dessa personagem. Assim, é preciso cuidar quando tomamos o favor ou a volubilidade como totalidade da sociedade do século XIX, porque, nesse caso, estaríamos aceitando que a consciência da elite é capaz de reter de modo adequado as contradições sociais.

Via Trotski e, talvez, por meio do Marx dos *Grundrisse*, Schwarz aponta as contra-temporalidades e não-linearidades entre as formas culturais e as matérias cotidianas. Indica com isso um dos caminhos teóricos para entendermos o que se passava com nossa literatura. Contudo, ao deixar a escravidão de lado por meio de dois adjetivos com carga semântica conclusiva, perde, a meu ver, uma oportunidade de considerar a contradição fundamental de uma sociedade que, literalmente, produzia uma coisa, um animal, a partir do corpo de um ser humano[7].

2

Um breve apanhado a respeito de como alguns autores entendem a idéia de totalidade pode nos ajudar a compreender criticamente as limitações que a categoria do favor coloca à boa compreensão das *Memórias*.

A totalidade, conforme Georg Lukács e Karol Kosik, seria uma teoria da realidade e do conhecimento dessa realidade pelos homens que o realizam (cf. KOSIK, 1976, p. 36). Nesse sentido, o conceito que busca se estruturar como totalidade não deveria repercutir – mesmo que apenas em alguns aspectos –, sem maiores desenvolvimentos e mediações, o ponto de vista da elite proprietária de determinada estrutura social.

Na Introdução de seu *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, Fernando Henrique Cardoso procura compreender a totalidade como o proceder do método dialético. Cardoso remete ao Marx de *Contribuição à crítica da economia política* (outro nome para os *Grundrisse*) e reforça que o método dialético não vê a totalidade como reprodução de "condições, fatores, mecanismos e efeitos sociais que interferem na produção de um fenômeno, processo ou situação social" (1962, p. 10-11). Não se trata – para o sociólogo – de encontrar padrões de invariância ou certa identidade, mas as diferenças na unidade. A

[7] Conforme Florentino e Góes, o escravismo não animalizava totalmente o escravo – nem mesmo sob a ótica do senhor – porque dependia de sua (do escravo) humanidade para concretizar a hierarquia social (ver, na conclusão do livro, as p.172-173 e 178). Sobre a hierarquia da sociedade escravista, ver também *Homens de grossa aventura*, de João Luis Fragoso, e *Em costas negras*, de Manolo Florentino.

perspectiva da totalidade visa se transformar numa “perspectiva de interpretação”, no que a “análise dialética na sociologia assume uma perspectiva totalizadora”, ou, em outros termos, que ela procura descobrir “as determinações essenciais” capazes de explicar tanto a formação dos padrões que regem as formas de interação social quanto as condições e os efeitos de sua manifestação (Idem, p. 11).

Depois de analisar distintos pontos de vista a respeito da totalidade, como por exemplo, o ponto de vista funcionalista, Cardoso argumenta que, para que a construção dialética da totalidade “assuma sentido heurístico” ela não deve reter as relações a serem determinadas pelo conceito totalizador como “reprodução no pensamento de relações empíricas, nem basta que a teoria seja capaz de reter os padrões que regem as conexões entre essas relações” (Idem, p. 14). Para Cardoso, é preciso que as categorias totalizadoras sejam capazes de reter “as contradições do real em termos dos fatores histórico-sociais efetivos de sua produção (e, neste sentido, categorias ‘saturadas historicamente’, empíricas) e de categorias não definidas empiricamente, capazes de desvendar as relações essenciais que aparecem de imediato, como afirmava Marx, ‘mistificadas’” (Idem, p. 14).

Não se trata de a escravidão ser, em termos lógicos, causa do favor − seria um modo improdutivo de estabelecer a questão. Pelo contrário: se trata de que ao entendermos o favor como relação entre desiguais, supomos a dialética dessa relação, na luta social da época, isto é, aquilo que reproduz a desigualdade para os desiguais. O favor se realiza como relação entre homens, em determinada sociedade, logo, ele precisa ser entendido em contraparte. A vontade do senhor e o restrito, sempre cruel, espaço de negociação aberto pelos agregados ou escravos.

Kosik chamaria de pseudoconcreticidade a totalidade imediata, dado que há homens nessa descrição que entram como objetos inescapáveis de outros homens − ao menos na fantasia desses outros homens, como, a respeito de outra coisa e em outro sentido, aponta Chalhoub. E o caso é que, nem querendo, uma classe social conseguiria, por trezentos e tantos anos, debaixo de chicote, trabalho forçado e humilhação, ser apenas objeto da história de outros homens.

Para deixar mais clara minha posição, lembro que no Lukács de *História e consciência de classe* a totalidade constitui a *forma* do método marxista. Lukács procura apontar para as contradições sociais, mas também para a contradição que haveria entre o procedimento marxista de totalização e a individualização e racionalização crescente da sociedade. Nesses termos, a totalidade não representa − como aponta Jameson (p. 49) − o social como um todo,

pelo contrário, ela retém uma relação no momento de sua invisibilidade. O pressuposto dos procedimentos de mediação para a totalidade reside em uma história de individualização e reificação – problemas que já estavam, de outra maneira, no *Teoria do romance*. A totalidade do ser social pressupõe o resgate de uma forma de relação que a reificação e os "antagonismos burgueses" impedem de estabelecer, a não ser que, para Lukács, a consciência seja construída na subjetividade possibilitada objetivamente pela tensão unitária entre o objeto e o sujeito da história, propriamente, o proletário.

Voltando à discussão, o menor problema é que digamos que a totalidade é o favor ou que ela é a escravidão ou uma combinação das duas relações. O problema é colocarmos estes conceitos em movimento, ou melhor, em movimento que retenha os movimentos sociais em sua concreticidade, para entendê-los nas relações sociais em que eram produzidos e em que são produzidos como conceitos. É então que se pode vislumbrar o funcionamento interno do romance: na concreticidade possível em que os homens são sujeitos-em-si – ainda que sejam objetos da história construída pelo ponto de vista dos "vencedores". O que temos aqui é uma organização social que entende que os escravos não sejam sujeitos ou, em outros termos, uma organização social que não individualiza uma parcela considerável da população – e por isso, o ponto de vista que vê o escravo como não sujeito impossibilita francamente qualquer totalidade conceitual.

A totalidade a ser construída se quisermos descrever e analisar o romance de Machado de Assis deve levar em conta uma organização social que pedia o impossível, isto é, que seres humanos não pensassem, nem sentissem, não se expressassem, nem desejassem – ou o fizessem apenas como vetores de vontades dos seus "proprietários". Nesse caso, faz parte do processo de totalização negar a si mesmo, incluindo na própria fatura o problema de sujeitos que não são percebidos como sujeitos – ou, na fórmula adorniana, construindo conhecimento a partir de uma "primazia do objeto", nesse caso, a alteridade social. A categoria do favor tem o defeito de representar as relações sociais sem pressupor forças de contrariedade, tomando como princípio que se as estruturas sociais dominantes ou hegemônicas reproduzem uma classe social como "não-sujeito", então, necessariamente, essa classe será de não-sujeitos. Ao derivar da relação do favor o conceito de volubilidade como totalidade social, Schwarz cria duas frentes: uma crítica, que apreende e expõe relações sociais desiguais; outra, digamos assim, conservadora, que não contradiz dialeticamente na estrutura do próprio conceito o procedimento que critica.

A multiplicidade e a contraditoriedade de significados são premissas da crítica dialética. Schwarz incorpora tal multiplicidade, tal contraditoriedade, de modo complexo e agudo, mas não concretiza a tensão entre pontos de vista presentes em qualquer sociedade desigual.

Para exemplificar a multiplicidade dos pontos de vista incorporada pela escrita de Schwarz, lembro de um parágrafo, na página 144, que inicia com a expressão "reatando com argumentos anteriores". Na frase assim iniciada se esbatem um critério literário, que vê o narrador como indeterminado, e um critério moral, que o vê como fraco. Nova frase, essa iniciada com "noutras palavras": nela há reconstrução do argumento anterior, mas em face diversa; com pegada ontológica, observa-se a degradação que o funcionamento problemático do padrão burguês ocasiona no indivíduo. A frase seguinte, última do parágrafo, inicia com a expressão "de outro ângulo" e fala a respeito de um "dinamismo despoliciado do desejo", que, na Europa, começava a se positivar como "emancipação da sexualidade" e que, aqui, era estudado por Machado em chave distanciada e crítica.

Um parágrafo, ao menos quatro pontos de vista e grande complexidade de análise. Ao mesmo tempo, uma espécie de *mimese* do objeto, também ele multifacetado pelo entrecruzamento dos valores liberais, dos valores senhoriais escravistas e das tensões, conflitos e soluções daí provenientes, bem como pela presença de sentidos diversos, do autor suposto, do narrador e dos leitores[8].

Contudo, no mais das vezes, a contraditoriedade se refere aos intérpretes possíveis de sua crítica, mais do que aos aspectos do conceito, como o favor, por exemplo, que não se vê dialetizado a partir do ponto de vista dos dependentes e dos escravos, supostamente esmagados pelo poder do narrador do livro e das elites concretas.

Proponho que a contraditoriedade entre escravidão como centro explicativo e do nexo do favor que gera volubilidade apreensível como totalidade não fique resolvida pelo adjetivo clara, pelo contrário, que deve ser incorporada à análise, como problema interno da própria análise − dado que é um problema objetivo da sociedade, internalizado – como se verá adiante – pela forma da pesquisa nas áreas das humanas. Isto é, se a relação escravista é invisível na literatura, sua invisibilidade pode ser criticamente elaborada, fazendo emergir da reificação do escravo a possibilidade de uma alteridade crítica. Assim, a totalidade não estabelece uma verdade a ser restaurada no objeto, mas busca reconhecer a desigualdade dos pontos de vista

[8] Wilson Chagas (1994), em seu estudo sobre a fortuna critica machadiana, aponta para o procedimento dialético da escrita de Schwarz. Também ARANTES (1992) o faz, como já registrei no início deste estudo.

apagados e silenciados e do ponto de vista que se afirma para que o objeto em questão seja reconhecido e legitimado de certa maneira e não de outra nos horizontes de pesquisa. Em outras palavras, se torna fundamental aprender como os conceitos hegemônicos são produzidos para entender maneiras de se desvencilhar de Brás Cubas e de tudo o que ele significa. Aquilo que o conceito de favor subsume, na concepção de Adorno, o particular, é aquilo que ficou, como veremos em seguida, historicamente subsumido.

A dificuldade que temos em afirmar algo que parece tão correto, qual seja, de que a volubilidade da escrita como imitação de uma volubilidade e de um capricho das elites não é a análise final das *Memórias póstumas*, passa, quem sabe, pela efetiva possibilidade de a pegada caprichosa da elite silenciar efetivamente os demais pontos de vista.

Chalhoub, ao considerar a possibilidade de uma "metodologia de dependentes"[9], ou Eduardo de Assis Duarte (2007), ao considerar uma "porção afro-descendente" na escrita machadiana, apontem possibilidades de pesquisa nos estreitos desvãos de um persistente ponto de vista centrado na casa-grande (ver capítulo 2). Aprende-se a partir das considerações dos dois pesquisadores, que o poder, ao ser criticado, não deve ser idealizado em segunda potência, pois, mesmo sob a mais cruel opressão que a humanidade conheceu, um holocausto de trezentos e tantos anos, os escravos construíram consciência − para Lukács, aliás, a luta pela consciência é o que deve ficar retido na totalidade dialética.

Não se trata, portanto, de dizer, como Jacob Goerender, que a escravidão fica vista, dessa forma, como um campo aberto, benigno, cheio de oportunidades para quem tivesse autonomia e empenho. Ao contrário, se trata de ver qual tipo de consciências foi possível constituir no nó górdio da exploração na divisão internacional do trabalho. Isso leva em conta que, mesmo no maior sofrimento, os seres humanos, sejam quais forem, sentem e expressam algo, nem que seja, o sofrimento. E, sofrimento que seja, por décadas têm sido desconsiderado como inexistente ou desnecessário para o entendimento do país. Por que seriam "claros" e "simples" sofrimentos calcados numa exploração de 350 anos?

Assim, entre a volubilidade do narrador e a metodologia de dependente, duas magníficas descobertas, há a possibilidade de construir teoricamente a totalidade que cria duas

[9] Cf. a esse respeito p. 24 (sobre ambivalência da personagem Helena); p. 61 (sobre o domínio inconteste dos senhores como um "mundo idealizado pelos senhores"); p. 64 (sobre o modo como Machado de Assis teria incorporado a suas obras "o ponto de vista do dominado"); p. 73 e 80 (sobre a utilização dessa idéia na leitura das *Memórias*) ; p. 91 (sobre a percepção de que o subalterno, quando sujeito da história, se torna criminoso – como Capitu se tornou uma traidora); p. 93 (em que aparece o termo "metodologia dos dependentes" que seria "um dos princípios" da arte literária de Machado de Assis) e p. 134-135 (sobre a noção de "liberdade" numa situação de dependência).

consciências de tal modo opostas, uma volúvel, a outra que procura conhecer seu outro para tirar vantagens disso – ambivalente. Não obstante, no romance, as duas formas de consciência aparecem como versão de uma delas, o que abre possibilidade de fazer uma crítica da literatura contra ela mesma.

Do mesmo modo, a contrariedade entre o fato alegado por Schwarz de os escravos serem raros no romance (na verdade não são), mas o escravismo ser determinante (2001, p. 112), não se resolve por si, mas evidencia abismos do objeto. Caso não sejam consideradas como parte do conceito, o do favor, no caso, e, por conseguinte, o da volubilidade, tais contrariedades ficam subsumidas, digamos assim, e a lógica da crítica acaba por, mesmo que de modo rebatido, correspondendo a elementos do engano irradiado pelo objeto − a imaginosa volubilidade sem peias produzida por um poder sem medida −, nem por isso perdendo o tônus crítico.

O que Schwarz ensina como totalidade, prefiro aprender como aspecto ou momento aparente da relação mais concreta e fundamental, e, por isso mesmo, tremendamente abstraída – a ponto de ser invisível em sua onipresença –, a escravista. A partir daí, podemos considerar as contradições imanentes da totalidade que temos tentado exprimir, uma delas, a de ser uma sociedade cuja cultura, ciência etc., silenciam e eufemizam a escravidão e o escravo, supondo que boa parcela da população, justo a responsável efetiva pela produção, não tinha consciência de si.

Tudo isso nos leva ao problema também fundamental da divisão das classes. Schwarz, como se viu, propõe em *Ao vencedor as batatas,* três classes, em que apenas duas produzem efetivamente ideologia (a outra, lhe basta a porrada). Contudo, tal divisão, se a tomarmos como momento abstrato da análise, não bate com o concreto da vida social que a História tem nos ensinado, nem bate com a estrutura de classes construída no romance (Prudêncio não é latifundiário, mas, lá pelas tantas, é senhor de escravos e ao mesmo tempo é ainda escravo; também são senhores Dona Eulália, mãe de Eugênia – portanto, esta seria dependente e senhora, ao mesmo tempo – e Marcela, por exemplo). Evidentemente, a abstração lida com graus de perda das singularidades, porque visa justamente explicitar as relações que fazem do mundo um mundo de singularidades, em dado momento da história de determinada sociedade. Contudo, não há como dizer que os senhores são latifundiários, porque, na ficção e na realidade, havia certa diversidade de senhores, nos engenhos, nas charqueadas, nas minas, nas cidades (cf. FRAGOSO, 1998, cap. II e GOERENDER, 1988, Quinta parte). Além disso, havia senhores mercantis e senhores agricultores. Havia as sinhás, parte das quais era

responsabilizada pelo trato com a escravaria doméstica (porque a escravidão, até meados do século XIX era considerada problema privado, logo, da alçada das esposas). Havia senhores que eram escravos. E senhores pobres, muito pobres, que procuravam se diferenciar na sociedade, não trabalhando e possuindo escravos de ganho. Entre os dependentes, igualmente, havia grande diversidade: homens livres, funcionários públicos, advogados, médicos. Schwarz afirma que todos dependiam, pouco ou bastante, da vontade dos proprietários, mas não consegui confirmar tal asserção em qualquer das bases históricas onde procurei buscá-la. Ao que parece, pelo contrário, muitas vezes também os senhores precisavam, não só dos serviços, mas também dos conhecimentos, de homens livres e de escravos. Há um número, pequeno embora, de senhores urbanos que literalmente dependeram diretamente do pagamento das jornadas dos escravos de ganho, e expressavam a própria instabilidade financeira por meio de alforrias estratégicas e "autorizações" de casamento das escravas. Ou seja: havia alguns senhores que viviam do dinheiro que lhes ganhavam os escravos[10].

O modo como Schwarz escreveu sobre as classes faz supor que havia apenas dois tipos de relação: do senhor com o dependente (o favor) e do senhor com o escravo (a escravidão). Sempre o senhor como centro do processo, o que é bastante revelador de que a cegueira de que Schwarz acusa seus colegas ao fim de *Um mestre na periferia*[11] não abandonou os nossos olhos – os meus, ao menos –, nem os dele. Onde ficam nisso tudo as relações entre escravos e eles mesmos, entre escravos e dependentes, entre os dependentes e outros dependentes e assim por diante?

E por fim: por que diabos apenas a relação entre o senhor e o dependente produz ideologia − o favor? A relação entre senhor e escravo seria tão clara que sequer ideologia produz? Não seria isso também ideologia? Como argumentar em defesa da hipótese de que a vida ideológica se dava entre senhores e dependentes e não entre senhores e escravos? Há inúmeras possibilidades para demonstrar que todo tipo de diferenciação social se baseava no nexo escravista[12], bem como se pode notar uma série de comportamentos da sociedade branca

[10] Uma demonstração são as diversas cartas de alforria que designam os motivos pelos quais os senhores assinavam a manumissão de determinado escravo: "Os bons serviços que me fez assistindo sempre comigo e me ter dado em dinheiro por vezes 50.000 réis para meu sustento" (REIS, 1988, p.79).

[11] "E se uma parte de nossos estudiosos imaginou que o mais avançado e universal dos escritores brasileiros passava ao largo da iniqüidade sistemática mercê da qual o país se inseria na cena contemporânea, terá sido por uma cegueira também ela histórica, parente mais ou menos longínqua da desfaçatez que Machado *imitava*." (PC, p. 243)

[12] Lembro da famosa gravura de Debret, em que um senhor sai de casa, acompanhado dos filhos, da esposa, e, em seguida de uma série de escravos, ordenados em fila, conforme o grau de importância na hierarquia da casa-grande. Também, a esse respeito, ver a análise que Luiz Felipe de Alencastro faz de uma fotografia em que um

como conseqüência das revoltas e rebeliões dos escravos. Célia Maria de Azevedo Marinho, por exemplo, explicita "o medo" dos senhores de escravos paulistas de um novo Haiti ou de uma nova revolta como a dos malês, na Bahia. Como dizer que isso não faz parte do grosso da vida ideológica?

Mary Karasch (2000) e David Brookshaw (1986), cada qual em um estudo, salientam que antes dos anos 1850, a literatura praticamente ignorou os escravos[13]. Enquanto isso, afirma Karasch, os viajantes estrangeiros não tinham outro assunto nos seus livros. Essa diferença, a historiadora acredita se dever a um receio dos escritores e jornalistas em considerar a escravidão um tema da escrita. Brookshaw considera que o problema era também que os escravos não eram vistos como seres humanos, logo, não havia razão para escrever sobre seus dramas e vidas. Supostamente, não havia dramas, nem vidas. Depois dos anos 1850, Brookshaw sustenta que pouco a pouco começaram a aparecer na poesia, no teatro e no romance, bem como no jornalismo, o escravo, a escravidão e os temas abolicionistas e emancipacionistas.

Houve portanto um duradouro e eficaz pacto de silêncio a respeito da escravidão e dos escravos – algo que talvez seja um exemplo de como funciona a ideologia. Isso explica um pouco do que significa o favor como nexo "mais simpático" do que a escravidão, mas deixa como resto, para que reflitamos, a pergunta: aquele apagamento ou desconsideração a respeito do nexo escravista e do escravo, de algum modo, está também na percepção do favor como "nexo efetivo da vida ideológica" de uma sociedade escravista?

O argumento de Schwarz está montado sobre uma ambivalência conceitual, que, segundo já afirmei sem ainda demonstrar, é mais questão do horizonte social do que da pesquisa em si, e de alguns problemas de interpretação histórica, em grande parte semelhantes ao imaginário patriarcal que nos rege o senso − o meu, certamente − a partir dos cânones de Gilberto Freyre, Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e outros. Há mesmo uma série de coincidências formais entre o modo como Schwarz utiliza as expressões "clara", "raros" e "mais simpáticos" e o modo como, por exemplo, Caio Prado Jr. entende − como se verá − que o "problema do negro" é "mais simples" quando comparado ao do índio e do português. Por esse motivo, argumentei acima que a ambivalência aponta

---

senhor posa ao lado de diversos escravos, alguns com os cabelos repartidos e roupas semelhantes ao senhor, outros mal vestidos e assustados.

[13] A esse respeito eu falava, quando da discussão do conceito de totalidade, da invisibilidade da escravidão na sociedade do século XIX e na nossa.

problemas estruturados socialmente, contra os quais seria vaidade, presunção e voluntarismo pensar que estão resolvidos pelas idéias lançadas num papel de dissertação de mestrado.

A questão, porém, é que Schwarz de modo algum é um mau crítico literário, pelo contrário, está entre os melhores, nem seu pensamento pode ser resumido aos problemas acima expostos, ou às escorregadelas formais e históricas que contém – e que, afinal de contas, todo trabalho acaba por conter. Contudo, o fato de seu equívoco histórico funcionar para a leitura de Brás Cubas, e ter um efeito de "última análise", de "verdade", pode sugerir que o problema enfrentado por Schwarz é, ao menos em certos aspectos, que caberá trocar em miúdos, o mesmo problema exposto nos limites do ponto de vista de Brás Cubas, conforme poderíamos dizer se forçássemos, mas não muito, a opinião de Sidney Chalhoub.

Será esse meu argumento: as *Memórias* tratam de uma personagem iludida sobre o próprio poder, mas não o fazem de modo abrupto, senão como um processo, que vai de um poder infantil ilimitado e grandioso (a escolha da profissão, o trato com os escravos) até um exercício sem instrumentos e iludido do poder (proposta da barretina, uso escroto da ciência para legitimar superioridade, delírios de grandeza a partir de um emplasto sem pé nem cabeça). O processo corresponde, em termos sociais, à decadência do poder escravista, à própria derrocada da escravidão como tal. Para Chalhoub ocorre no romance uma passagem das "vias de fato" à expressão de uma pretensa superioridade simbólica, cultural, racial, biológica − ideologia pura, mas nem por ser imaginação, menos contundente nas suas conseqüências práticas, ainda nos dias de hoje e, temo, ainda por algum tempo. Enfim, haveria uma continuidade do poder de coerção física contra o escravo para o poder de se definir como superior "biologicamente", no campo da ciência. Como se o monopólio da violência, migrando, pouco a pouco para o Estado, gerasse uma crise – de identidade, coitadinhas – nas elites escravistas que pode ser lida como um dos temas do romance. O Leviatã coincidia com os poderes de certa classe, que, baseando seu poder na violência explícita não pôde constituir consciência adequada do funcionamento social – que era muito mais complexo e matizado do que a violência pura e simples, utilizando de diversos procedimentos de hierarquização e distinção. Diferentemente de Chalhoub, portanto, para mim, o romance não trata de um tempo de inviolabilidade absoluta da vontade senhorial ou de "dominação assentada" (cf. CHALHOUB, 2003, p. 73), ao menos não do começo ao fim. Pelo contrário, um dos temas das *Memórias* seria, a meu ver, uma espécie de desilusão de classe, mais ou menos nas formas que John Gledson expressou para o *Dom Casmurro*, no

qual, segundo Gledson (2005), o ressentimento da classe destituída de suas prerrogativas ajuda a construir e dar densidade literária ao ciúme.

3

Proponho, então, que como estudante de literatura eu não me separe facilmente de Brás Cubas, nem suponha que minhas plataformas de entendimento da sociedade são necessariamente superiores das dele. Proponho também que os limites que "a fantasia histórica patriarcal" talhou persistem nas análises das ciências humanas, e é possível acompanhar isso na forma com que escreveram Caio Prado Jr., Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Roberto Schwarz. Acompanhar tal forma, constatá-la teoricamente, não nos leva supor que a superamos, dado que sabemos que nenhum dos listados pensou ou pensa, em termos de conteúdo, como sua forma às vezes leva a crer. Duvido que Roberto Schwarz, por exemplo, defendesse que, tirando os senhores, ninguém mais pensava no século XIX. E, no entanto, é o que parece quando lemos a divisão de classe que propõe e, nela, a possibilidade de vida ideológica.

Além disso, sabe-se como cada um dos citados é diferente. As pesquisas a respeito da escravidão e do "negro no mundo dos brancos" escritas ou orientadas por Florestan Fernandes, por exemplo, em grande parte debatem e confrontam Gilberto Freyre e sua teoria da escravidão benigna. Assim, a concepção de escravo-coisa procura ser uma intervenção, fundamental em sua época, em um campo de questões e problemas. Perdemos um bocado da força do que afirma Florestan, quando cobramos seu trabalho a partir das proposições, questões e problemas dos trabalhos atuais − o que, salvo o primeiro momento, também deve ser feito, é claro. Gilberto Freyre, por outro lado, interviu no debate fundamental a respeito das condições das populações negras no Brasil, fortalecendo a idéia de causas culturais (e sociais) para a miséria no lugar das naturalizações e preconceitos "científicos" que ainda hoje persistem.

Em que pesem todas as diferenças, existe em todos os pesquisadores citados a tendência formal de escrever a partir do ponto de vista do senhor de escravos – ou da casa-grande –, mesmo que se esteja construindo uma crítica aguda do ponto de vista senhorial. Mas ainda é preciso demonstrar isso.

2 O imaginário patriarcal e suas formas: breve análise dos clássicos

Nos próximos parágrafos, procurarei demonstrar que nas obras de Caio Prado Jr., Gilberto Freyre e Florestan Fernandes[14] recorre, às vezes de modo ostensivo, algo que optei por chamar de *ambivalência* a respeito da escravidão negra. O mesmo problema também aparece em *Raízes do Brasil*, de Sergio Buarque de Holanda, e *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, de Fernando Henrique Cardoso, que não serão analisados porque o estudo desses autores não é o problema desta dissertação, bastando para a argumentação aqui desenvolvida o que pode ser demonstrado em algumas das obras dos três primeiros[15].

Ambivalência[16] talvez não seja o melhor termo, principalmente porque foi utilizado por Sidney Chalhoub para descrever o ponto de vista do dependente. Trata-se de afirmar, com esse termo, um desnível desses estudos, que afirmam a escravidão como estrutura fundamental, central, determinante, mas, ao mesmo tempo, ou nos parágrafos imediatos, afirmam que o negro tem pouca contribuição na constituição do país, que a escravidão por aqui tinha condições de "confraternização e mobilidade social", que o nexo a ser estudado para uma boa compreensão da sociedade do século XIX e sua literatura é o nexo do favor.

---

[14] Como tomarei partido com firmeza a respeito da algumas formas de escrever que esses pensadores utilizaram, gostaria de salientar a profunda admiração que construí por eles, especialmente Florestan Fernandes – um homem cuja vida e obra aprendi a admirar ao longo do aprendizado que me trouxe a essa dissertação. As críticas que doravante serão postuladas têm o propósito de discutir idéias e posições, e não pretendem jamais esquecer ou diminuir o trabalho intelectual desses homens.

[15] Em Sergio Buarque de Holanda, as raízes do Brasil são basicamente ibéricas, restando claramente deixadas de lado – por opção teórica – as raízes africanas e escravas. Em Fernando Henrique Cardoso, ocorre a suposição, derivada de Florestan Fernandes, que o escravismo seria capaz de coisificar o escravo inteiramente, até na sua subjetividade. Escapa aí o sentido de alteridade subjetiva que se torna fundamental para entender a história da maior parte da população brasileira.

[16] Jessé Souza (2000) prefere o termo "imprecisão". Preferi ambivalência porque o estudo de Souza enfatiza outros pontos da questão, sendo bastante útil para entender *Ao vencedor as batatas* e "As idéias fora do lugar" como um livro síntese da problemática do que Souza chama de "sociologia da inautenticidade", com inautenticidade se referindo a um funcionamento das idéias de modo externo às práticas sociais. Fique claro que Schwarz nunca defendeu que as idéias e as práticas sociais não se relacionam. Sua tarefa era evidenciar que era comum se pensar assim no Brasil, e esse "torcicolo cultural" se fez presente nas formas culturais, desde a música, passando pela arquitetura e chegando à literatura de um José de Alencar.

Essa ambivalência ou contradição aparece na forma dos escritos, algumas vezes sendo evidentemente oposta ao que o pesquisador argumenta. Tentarei dar alguns exemplos e depois tratarei de apanhar o que será importante para analisar Machado de Assis. Tive em mente sempre as seguintes perguntas: há um modo recorrente de organizar os textos sobre a escravidão? A resposta a que cheguei foi sim, há. Então esse modo tem algo a me dizer a respeito do romance *Memórias póstumas*? Espero estar, pouco a pouco, demonstrando que sim – mas precisamos aguardar a segunda parte do trabalho para entrar no assunto. Essas perguntas, espero, restringem o debate a um nível preciso, para além do qual a maneira como abordo os estudos aqui destacados não têm qualquer valia.

1

Gylberto Freire, no capítulo primeiro de *Casa grande e senzala*, procura as características gerais da colonização portuguesa e de modo similar ao que fará Caio Prado Jr. aponta, desde o título do capítulo, três bases para a sociedade brasileira: agrária, escravocrata e híbrida. Vejamos o que ele escreve ao final deste capítulo:

> Considerada de modo geral, a formação brasileira tem sido, na verdade (...), um processo de eqüilíbrio de antagonismos. Antagonismos de economia e de cultural. A cultura européia e a indígena. A européia e a africana. A africana e a indígena. A economia agrária e a pastoril. (...) O grande proprietário e o paria. O bacharel e o analfabeto. Mas predominando sobre todos os antagonismos, o mais geral e o mais profundo: o senhor e o escravo. (FREYRE, p.116)

No parágrafo seguinte, o último, Freire complementa:

> É verdade que agindo sempre, entre tantos antagonismos contundentes, amortecendo-lhes o choque ou harmonizando-os, condições de confraternização e mobilidade social peculiares ao Brasil: a miscigenação, (...) o fácil de freqüente acesso a cargos e a elevadas posições políticas (...). (FREYRE, p.117)

Veja-se que a ambivalência de que falo se apresenta como uma contraposição. Freire descreve a sociedade via antagonismos, para, em seguida, como que negar a própria descrição, matizando-a. É como se os antagonismos existissem sem existir. Para quem lê a página 116, fica mais ou menos evidenciado que havia diversos antagonismos sociais e que o principal deles era a escravidão − isso ganha força de um fato para o leitor mais descomprometido. Vira-se a página e os “antagonismos contundentes” são harmonizados. Em termos formais, ocorre queda de tensão, pela alteração do campo semântico dos adjetivos. Primeiramente, as frases se organizam em dualidades, num crescendo que vai até apontar a relação senhor-escravo. Em seguida, o antagonismo deixa de ser o sentido que liga senhor e escravo para, no lugar dele, entrarem termos como confraternização, mobilidade. O texto, que ia num crescendo de tensão, ao chegar no ponto máximo − “contundente” − arrefece. O

parágrafo seguinte poderia soar como uma emenda de outro autor[17]. Não por nada, inicia com "é verdade que", sendo uma resposta a um interlocutor imaginário, que teria posto a questão da harmonização dos contrários, da democracia racial. Talvez, esse "é verdade que" seja uma espécie de rachadura pela qual podemos espiar forças exteriores ao discurso[18], comprometendo sua articulação lógica, mas, ao mesmo tempo, ligando-a com os problemas sociais. A força deste "é verdade que" resulta numa espécie de infantilização do texto, como se a seqüência baixasse a cabeça diante de uma coibição.

Se remetermos o trecho ao andamento de *Casa-grande e senzala* e *Sobrados e mocambos*, a análise ganha alguns matizes. Pois o ponto de vista que parece coibir a expansão da visada antagonista não é o ponto de vista exterior ao entrecho, mas interior a ele. Em diversas passagens, dos dois livros, Freyre organiza seus parágrafos de forma ostensivamente dual, cindida, dividida, como a dizer, pela exclusão, que a "continuidade" entre senhores e escravos passa como expressão, mas se denuncia como forma. Tentarei exemplificar, para expor melhor o problema. Vejamos os seguintes trechos:

> 1. A história social da casa-grande é a história íntima de quase todo o brasileiro: da sua vida doméstica, conjugal, sob o patriarcalismo escravocrata e polígamo; da sua vida de menino; do seu cristianismo reduzido à religião de família e influenciado pelas crendices da senzala. (FREYRE, 2006, p. 44)

> 2. Creio que não há no Brasil um só diário escrito por mulher. Nossas avós, tantas delas analfabetas, mesmo quando baronesas e viscondessas, satisfaziam-se em contar os segredos ao padre confessor e à mucama de estimação (...). (FREYRE, 2006, p. 45)

> 3. Os pés da brasileira de casa-grande e de sobrado foram também deformados pela preocupação do pé pequeno, bem diferente do de negro e do de negra, em geral grande, largo, abrutalhado. (FREYRE, 2006a, p. 213)

> 4. O tipo mais comum de mulher brasileira durante o Império continuou o daquela boa Da. Manuela de Castro, mulher do barão de Goiana. Muito boa, muito generosa, muito devota, mas só se sentindo feliz entre os parentes, os íntimos, as mucamas, os moleques, os santos de seu oratório (...) (FREYRE, 2006a, p. 229)

Os trechos sugerem uma divisão muito clara: a de que o brasileiro ou brasileira são as pessoas que habitavam as casas-grandes ou os sobrados. Quanto aos outros, são negros, negras, mucamas. Sabemos que Freyre não pensa assim, temos sempre em conta seu esforço,

[17] Uma auto-crítica: por ventura, é preciso ir mais além de um trecho. Penso que tal modo de construir o texto se repete no *Casa-grande e senzala*, ficando aqui impossível construir uma análise do livro inteiro. Cabe, entretanto, notar que Gilberto Freyre construiu um trabalho complexo e interessante e, quando observamos os debates que empreendeu e o modo como os enfrentou, fica mais claro que uma leitura como a que faço acaba por recortar o autor do campo em que esgrimia, reduzindo sua força e deixando de salientar o que estava em jogo. Se perco a complexidade em termos amplo, porém, penso responder a que me proponho, quando focalizo a análise de um pormenor.

[18] Cf. GINZBURG, Carlo. *Relações de força:* história, retórica, prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

importante ainda hoje, de apontar para as causas culturais e não biológicas para a situação dos negros, e, sobretudo, o esforço de “integrar” os extremos sociais. Entretanto, estão aí os trechos.

Quando fala por exemplo, no trecho 2, sobre não existir diário escrito por mulher no Brasil, a impressão que se tem é que as mucamas não estão entre “nossas avós”, e nem mesmo entre “nossas” mulheres.

No trecho 1, a divisão aparta do Brasil “as crendices da senzala”, que invadem a casa-grande, esta sim, metonímia do país.

No trecho 3, a brasileira tem pés pequenos, ao contrário dos pés brutos das negras e negros – nessa forma de escrever, a negra não é a brasileira com pés bonitos, nem sequer brasileira é.

E, no trecho 4, a descrição da mulher brasileira representa muitas mulheres, mas definitivamente, deixa de fora as negras − que, então, mais uma vez, e com o perdão do repeteco, não seriam mulheres brasileiras.

A organização do material estabelece uma dualidade violenta e excludente: nós (leitores e pesquisador), os brasileiros e as brasileiras, estamos inscritos nessa identidade, já as mucamas, os negros, as negras, os moleques etc., e todo o aparato social que lhes é associado (senzalas, mocambos, pés grandes, crendices) passam fora da construção. A confraternização dos antagonismos sequer em imaginação se resolve, é mesmo difícil conseguir formulá-la textualmente, sem parecer francamente absurdo. O que coíbe o discurso de Freyre talvez não seja propriamente o discurso da casa-grande patriarcal, pelo contrário, é possível que o que faz o texto, por assim dizer, baixar a cabeça seja certa culpa diante da desigualdade que ele descreve sem descrever.

Mesmo sabendo que o próprio Freyre considerava a idéia de escravidão confraternizada um dos centros de seu trabalho, quando prestamos atenção na forma com a qual escreve, notamos que os equilíbrios, as confraternizações, a igualdade, as irmandades, a docilidade de senhores e escravos aparecem constantemente numa estrutura antagônica e excludente. Ao longo de *Casa-grande e senzala*, principalmente do primeiro capítulo, que trata das “características gerais da colonização portuguesa”, aparecem passagens como “bambo equilíbrio de antagonismo” (p. 67), “formação *sui generis* da sociedade brasileira, igualmente equilibrada nos seus começos e ainda hoje sobre antagonismos” (p. 69), “tudo aqui era desequilíbrio” (p. 77) e assim por diante.

Há uma ambivalência, mais uma vez, entre a contradição, o desequilíbrio e o antagonismo e o equilíbrio, ainda que bambo. Algo disso aparece lá em Schwarz, de outra forma, com outro propósito, mas pode nos servir para alertar que os métodos para estudarmos os problemas que estamos abordando são aqueles em que as contrariedades do processo e da própria escrita acadêmica em sua forma, tal como muitas vezes tem sido realizada em nosso país, sejam levadas em consideração.

Depois de desenvolvido o argumento acima, tive acesso a apresentação que Luiz Costa Lima faz de *Guerra e paz*: *Casa-grande & senzala* e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30, de Ricardo Benzaquen de Araújo (1994). Ao finalizar seu texto, Lima retoma uma idéia de Araújo, a respeito de que o livro de Freyre se transforma em "uma espécie de casa-grande em miniatura".

> Mas não será descabido acrescentar-lhe outro aspecto: miniatura porque, em sua modalidade de estilo oral, Gilberto reproduz 'os antagonismos em equilíbrio' que notara e que, apesar de suas críticas, trás para dentro de sua própria obra. Daí que a imprecisão e a ambigüidade conceituais lhe sejam constitutivas (ARAÚJO, 1994, p. 11).

Lima expressa de modo condensado o que, de modo menos competente, procuro apontar neste trabalho, não apenas a respeito de Freyre, mas a respeito de uma sucessão de pesquisadores, todos eles tendo a particularidade de incorporar em termos formais procedimentos que criticam no nível do conteúdo.

2

Florestan Fernandes em seu *O negro no mundo dos brancos*, afirma que "os elementos oprimidos" tiveram uma "influência limitada na formação da contra-ideologia e da contra-utopia inerentes ao abolicionismo" (1972, p. 159). Essa concepção ganharia força nos estudos de Fernando Henrique Cardoso, mas não está longe do trecho de Schwarz que lemos anteriormente, conforme o qual a vida ideológica se passa entre latifundiários e dependentes, ou, perscrutando de outro modo, se passa nas relações onde não estão os escravos. A concepção de Florestan supõe que a coisificação dos escravos foi tão absoluta, que eles estavam impedidos de pensar, completamente impossibilitados de construir famílias ou negociar qualquer espaço de autonomia.

A ambivalência ocorre quando Florestan Fernandes, por exemplo, procura ver o caráter ativo do escravo e denunciar o "egoísmo da elite" em relação à abolição e uma possível reforma agrária que associaria os empobrecidos à classe média urbana na construção

de uma idéia de nação que, por fim, nunca se concretizou. Mais uma vez, contudo, caberia à elite o papel de sujeito das decisões, o que reinscreve a ambivalência contra si mesma: o papel limitado do negro, que é ativo, mas que é barrado por uma elite egoísta, que se não fosse egoísta possibilitaria ao negro uma vida melhor (pois ele não tem como se organizar para tentar uma vida melhor?).

Mas veja-se a complexidade do ponto. Para Florestan Fernandes, em texto de 1976, a escravidão constitui um dos "pré-requisitos tanto da eclosão capitalista modernizadora, quanto da formação, consolidação e diferenciação do capitalismo comercial" (FERNANDES, 1986, p. 227). "Perdeu-se de vista, assim, o que a escravidão, que aparecia de modo visível como o principal esteio de perpetuação de tudo que era colonial e senhorial, representava para a emergência, a consolidação e a irradiação do que era capitalista e moderno" (Idem, p. 228). Nesse parágrafo o conteúdo crítico como que pulsa, levando Florestan a conclamar o pesquisador a não deixar na penumbra "a verdadeira camada primária desse 'mundo moderno' de raízes tão arcaicas" (Idem, p. 228).

Sabe-se atualmente que entender o que se passou ao longo da escravidão sem levar a sério as ações e idéias dos escravos, seus modos de construir relações comunitárias ou familiares sempre que fosse possível, é deitar fora da história aspectos fundamentais dela[19].

No livro acima citado, Fernandes recolhe algumas representações do negro na tradição oral. Segundo ele, um traço dessas representações seria o fato de se pensar que os negros têm uma "superioridade biológica", "resistência física" (p. 205), ao passo que os brancos teriam inteligência e planejamento. Anote-se que, às vezes, é precisamente aquilo que, de modo sutil, se apresenta no modo de Fernandes articular suas idéias.

Ao estudar o modo como negros e brancos se classificavam uns aos outros e a si mesmos, o autor recolheu uma quadrinha, que diz o seguinte:

> O negro é burro de carga
> O branco é inteligente
> O branco só não trabalha

[19] A crítica às idéias de Florestan Fernandes e da Escola Paulista a respeito da escravidão tem uma história de mais de 30 anos. Se refere à participação do escravo − praticamente negada pela escola paulsita − nos movimentos para sua libertação, quer no momento abolicionista, quer antes. Um apanhado dos estudos recentes a respeito da escravidão aparece em *Na senzala, uma flor*, de Robert Slenes, historiador da Unicamp que orientou a geração de Sidney Chalhoub. Para não aderir às concepções de Chalhoub, procurei historiadores de outras universidades, além da Unicamp, que estão no centro do debate atual a respeito do escravismo, entre eles, Luiz Felipe de Alencastro, que dá aulas na França, e Manolo Florentino e João Luís Fragoso, que estão vinculados à UFRJ e estudaram na UFF. Compreendo que não tenho instrumentos para me posicionar frente às proposições, mesmo da Escola Paulista, e que, para lidar com isso, sem perder as contribuições dessa nova historiografia, se faz necessário construir mediações e diálogos.

Porque preto não é gente

A animalização do negro e a visão de que é um instrumento da inteligência do branco estão explicitadas. Elas constituem pólos opostos da vida social e reduzem a exploração a qualidades pessoais − o método de Brás Cubas, como Schwarz nos mostra.

Ao negar, com o objetivo enfático de criticar a exploração absurda contra povos negros, a possibilidade de os escravos construírem contra-ideologias − o próprio Florestan reinscreve a representação branco-pensador-dirigente e negro-animal-instrumento de trabalho no círculo da ciência. A complexidade do problema fica cada vez mais evidente, como se o preconceito estivesse entranhado na língua com a qual nos expressamos contra o preconceito – e é escusado dizer o longo trabalho de Florestan no esclarecimento a respeito do destino dos negros no Brasil. Agora veja-se a seguinte passagem de Caio Prado Jr., em *A formação do Brasil contemporâneo*:

> Nada mais se queria dele [escravo], e nada mais se pediu e obteve que a sua força bruta, material. Esforço muscular primário, sob a direção e açoite do feitor. Da mulher, mais a passividade da fêmea na cópula. Num e noutro caso, o ato físico apenas, com exclusão de qualquer outro elemento ou concurso moral. A 'animalidade' do Homem, não a sua 'humanidade'.
>
> A contribuição do escravo preto ou índio para a formação brasileira é além da[quela] energia motriz quase nula. Não que deixasse de concorrer, e muito, para nossa 'cultura', no sentido amplo em que a antropologia emprega a expressão; mas é antes uma contribuição passiva, resultante do simples fato da presença dele e da considerável difusão de seu sangue, que uma intervenção ativa e construtora (2000a, p. 280-281).

Antes disso, num capítulo chamado "Raças", Caio Prado Jr. estuda o português, o índio e, por fim, escreve em poucas linhas a contribuição negra:

> O caso do negro é para o historiador mais *simples*. Uniformizado pela escravidão sem restrições que desde o início de sua afluência lhe foi imposta, e que ao contrário do índio, nunca se contestou, ele entra nesta qualidade e só nela para a formação da população brasileira (2000a, p. 100).

Em que pese ver o escravo negro como elemento absolutamente passivo, que nada mais poderia ser do que aquilo que pediam dele, Caio Prado Jr. confere estatuto de importância fundamental à escravidão, como se vê em inúmeras passagens. Alguns exemplos:

(a) "o que antes de mais nada, e acima de tudo, caracteriza a sociedade brasileira de princípios do séc. XIX, é a escravidão." (p. 277)

(b) O escravo, na cidade e no campo, é "onipotente" e "(...) o trabalho servil será mesmo a trave mestra de sua estrutura [das colônias americanas], o cimento com que se juntarão as peças que as constituem" (p. 280).

Talvez com certo exagero, pode-se dizer que, para Prado Jr., o escravismo se faz com um pólo inteligente, o branco, e um pólo passivo, uniforme e inerte, o negro. Assim mesmo, este pólo inerte produzirá o trabalho que se torna o "cimento" social.

Entre o ensaio marxista e a quadrinha preconceituosa a diferença de proposição não é tão distante quanto se esperaria. Num e noutro caso, trata-se de ver o negro como um burro de carga, sem consciência de sua condição ou qualquer possibilidade de reação, organização ou consciência[20]. Não quero dizer, com isso, que, remetido ao todo do livro de Prado Jr. o trecho mantenha o preconceito no mesmo nível da quadrinha – seria absurdo. Prado Jr. é um pensador complexo e matizado, e de modo algum podemos supor que pensava como pensa a quadrinha. Para começar, quando escreve parágrafos como os citados acima, Prado Jr. pretende construir uma crítica da situação dos escravos e não justificá-la. Por outro lado, basta bater o olho no trecho para ver que seus problemas em alguns aspectos se assemelham ao preconceito. Como será possível?

Evidentemente, sempre foi o branco colonizador quem se apropriou dos quadros políticos e, portanto, quem tinha poder de decisão em nível mais abrangente. Nesse sentido, as idéias tanto de Florestan Fernandes quanto de Caio Prado Jr. descrevem um quadro estrutural do que se passou e passa nas sociedades brasileiras, isto é, em muitos aspectos elas descrevem uma realidade em que poucos privilegiados – mesmo nos períodos democráticos – tomam as decisões, se apropriando do Estado, seus bens e serviços, enquanto os demais se encontram em situação mais frágil e passiva. Contudo, a reduzida possibilidade de acesso de boa parte dos sujeitos a bens e serviços fundamentais, entre eles as posições de decisão política, não significa que esses sujeitos deixem de agir e pensar. É o ponto preciso em que a denúncia apaga as vozes, desejos e demandas que não circulam pelas esferas imediatamente reconhecíveis e reconhecidas – que, por sua vez, em muitos sentidos, são as mesmas que organizam e estruturam a opressão.

Não deve passar batido que o sujeito fundamental da estrutura fundamental da sociedade, isto é, o escravo negro, seja tão pouco importante nas análises – ou, antes o contrário, seja evidenciado como fundamental e importante, mas tratado como um "problema" simples, claro, evidente.

---

[20] Para uma visão contrária à disposição de ver como, apesar da estrutura esmagadora, os escravos construíram espaços de autonomia, ver *A escravidão reabilitada*, de Jacob Goerender. Para uma visão favorável à idéia de relativa autonomia conquistada em negociações, ver, entre tantos, os estudos de Sidney Chalhoub, Manolo Florentino e, principalmente, João José Reis.

Mesmo a idéia, de resto tão marxista, de "sentido da colonização", elemento central em *A formação do Brasil contemporâneo*, acaba por trazer como fundamento a diferenciação entre aqueles que trabalhavam e aqueles que pensavam o país, construindo seu "sentido" – sem que outros sentidos, que dialetizariam aquele, sejam retidos pela colocação do problema da forma como está posto. Isso pode ser acompanhado nos capítulos "Raças" e "Organização social". Talvez eu exagere um pouco, mas procurarei evidenciar que a ciência nem sempre superou na forma de sua escrita os preconceitos sociais da elite branca escravocrata, aquela que Schwarz argumenta estar na base do ponto de vista da volubilidade do narrador de Brás Cubas e da cegueira de quem não via as classes e a luta entre elas na literatura machadiana[21].

Começo pelo capítulo "Raças". Nele, Caio Prado Jr. trata de portugueses, índios e negros, bem como da mestiçagem, entendida como um "signo" formador da "nação brasileira" − um "traço característico [...] profundo e notável" (2002a, p. 93-94). O capítulo tem, na edição que consultei, a contar com as notas, 33 páginas. Começa com uma breve introdução geral e depois estuda os "brancos". Confere algum destaque à colonização por casais, de origem açoriana, e, em seguida, enfoca a participação do "índio", a partir de uma frase que acusa um ponto de vista colocado na raiz do colonizador: "O índio foi o problema mais complexo que a colonização teve que enfrentar" (2002a, p. 86). Ora, o índio não foi um "problema" tão grande assim, embora os colonizadores, para os índios, tenham sido bastante mais perigosos e problemáticos. Caio Prado Jr., a partir do ponto de vista do colonizador, mas imbuído já de uma postura crítica, de corte marxista, se distancia do índio em si para explanar sobre a Companhia de Jesus e se deter em aspectos da legislação pombalina. Ao tratar do terceiro quartel do século XVIII, analisa o "período das grandes obras públicas" − cita o exemplo de fortificações, palácios, hospitais, vilas e arsenais − sempre empregando mão-de-obra nativa, escrava. Os índios de diversas regiões do Brasil recebem um estudo de quinze páginas, entremeadas por considerações sobre a mestiçagem. Depois disso, fica encetada a discussão a respeito dos negros. E ela começa como já se viu: "O caso do negro é para o historiador mais simples" (2002a, p. 100).

Interessante notar, no trecho reproduzido acima, o "nunca se contestou" (ver p. 41 desta dissertação), sem sujeito gramatical. Parece uma idéia de todo equivocada, pois a escravidão negra foi contestada de fato pelos negros − em diversas revoltas e rebeliões, na

[21] Schwarz encerra *Um mestre na periferia do capitalismo* com a seguinte passagem: "E se uma parte de nossos estudiosos imaginou que o mais avançado e universal dos escritores brasileiros passava ao largo da iniqüidade sistemática mercê da qual o país se inseria na cena contemporânea, terá sido por uma cegueira também ela histórica, parente mais ou menos longínqua da desfaçatez que Machado *imitava*" (p. 243).

história plurisecular dos quilombos e de diversas formas de resistência e rebeldia que hoje conhecemos (capoeira, irmandades etc.)[22]. Talvez, o ponto de vista no horizonte desse "nunca se contestou" é o ponto de vista da elite interno à elite branca, com o que a asserção fica bastante mais adequada. Contudo, corresponde ao que diz Caio Prado Jr. o fato de que entre as principais revoluções ao longo da história imperial, a revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul (1835-1845), a Cabanagem no atual Pará (1835-1840), a Sabinada na Bahia (1837-1838), a Balaiada no Maranhão (1838-1841), a revolta dos Malês (1835), dentre elas, enfim, apenas a Balaiada tinha entre suas reivindicações a abolição (cf. CARVALHO, 2003, p. 249 e seguintes). Em todas elas lutaram escravos e ex-escravos e a Malês foi liderada por escravos (cf. FLORENTINO & FRAGOSO, 2001 e CARVALHO, 2003, p.232-233). Ou seja, a revolta contra a escravidão não passou pelas revoluções do primeiro reinado, muitas das quais baseadas em reivindicações elitistas. Era, portanto, um tipo de revolta organizado em outros níveis – que ao escapar do horizonte de reivindicações do proprietário, escapou também do horizonte de visão de um sem número de pesquisadores.

Depois disso, Caio Prado Jr. discorre por dois parágrafos sobre o negro (o texto intitulado "Raças", quero lembrar, tem mais de trinta páginas) e retoma o tema da mestiçagem (agora acrescentada de mais um "ingrediente"). O autor então aponta a falta de mulheres brancas na colônia, porque, ao contrário de outras colônias do novo mundo, faltou no Brasil o empenho de trazer "órfãs, raparigas sem dote" e "prostitutas" para "satisfazer os apelos" dos homens da colônia. "Isto", diz Caio Prado Jr., "e mais a facilidade dos cruzamentos com mulheres de outras raças, *de posição social inferior e portanto submissas*, estimulou fortemente e mesmo *forçou* o colono a ir procurar aí a satisfação de suas necessidades sexuais" (2002a, p. 103). Os grifos são meus e procuram assinalar a posição mais uma vez centrada no viés do colonizador, com ênfase no "de posição social inferior e portanto submissas", que dá o que pensar a respeito das mulheres no *Memórias póstumas de Brás Cubas* – evidentemente não por descreve-las apropriadamente, mas por se parecer com o modo como Brás pensa descreve-las apropriadamente. A ligação entre posição social e submissão, se entendo de modo adequado, repercute na concepção de "dependente" que Schwarz constrói[23]. Fica marcado, portanto, um limite da leitura, que será preciso enfrentar criticamente. A submissão não é conseqüência lógica da posição de pobreza e isso fica muito

[22] Cf. João José Reis, *Rebelião escrava no Brasil*.
[23] Sidney Chalhoub, em *Machado de Assis historiador* analisa algumas figuras "dependentes" evidenciando uma postura muito mais autônoma e ativa do que seria de se esperar a partir de todas essas pré-concepções.

evidente na trama do romance, que, como se verá, apresenta dependentes bem pouco submissos, desde que saibamos lê-los para além da opinião do narrador.

A partir daí, Caio Prado Jr. oferece um apanhado de como ocorreu a mestiçagem e a "evolução étnica brasileira", o branqueamento pela imigração etc. O capítulo conclui um apanhado do processo de mestiçagem em diversos locais do Brasil colônia.

Sublinho o fato de que, em um capítulo de 33 páginas cujo foco é tratar das "raças" formadoras do Brasil, apenas dois parágrafos tratam diretamente dos negros. E me pergunto mais uma vez se não há um apagamento ou um silenciamento aqui.

Adiante no livro, vamos encontrar o capítulo "Organização social". Nesse ponto, ilumina-se um pouco o que acima eu procurei tratar como ambivalência, bem como o ato de "tirar o negro de cena", apagando-o e silenciando-o como um submisso irremediável, de quem não se consegue falar longamente nem mesmo a respeito de seu sofrimento[24].

O capítulo inicia assim: "Naturalmente o que antes de mais nada, e acima de tudo, caracteriza a sociedade brasileira de princípios do século XIX é a escravidão" (2002a, p. 277). Caio Prado Jr. salienta a escravidão de índios e negros, o que faz voltar ao capítulo sobre as raças e perguntar: em se tratando de escravidão, a mais volumosa e persistente foi a dos africanos, então por que tamanha discrepância? Como um estudioso do porte de Caio Prado Jr. é capaz de enunciar uma frase como essa logo depois de deixar os negros de lado na organização do capítulo sobre as raças?

Vejamos. Caio Prado Jr. segue o capítulo com um pequeno histórico sobre a escravidão do mundo moderno diferenciando-a da escravidão do mundo antigo. Entende que a escravidão era um "corpo estranho" que já não cabia mais na "civilização ocidental" (2002a, p. 278). Não deve parecer, contudo, que considerava a colônia portuguesa nas américas como fora do sistema capitalista. Pelo contrário, em diversos de seus estudos, enfatizou que as relações sociais nessas terras já surgiram capitalistas. A questão de Prado Jr. era diferenciar o capitalismo dependente e colonial do capitalismo nacional. Para ele, éramos, ainda nos anos 1960, colônia (cf. PRADO JR., 1989, p. 83 e seguintes).

Mas me desvio do assunto. Depois de ver a escravidão como "corpo estranho", Caio Prado Jr. escreve a passagem já vista: "o trabalho servil será mesmo a trave mestra de sua estrutura [das colônias americanas], o cimento com que se juntarão as peças que as

[24] Adorno anota: "La necesidad de prestar voz al sufrimiento es condición de toda verdad. Pues el sufrimiento es objetividad que pesa sobre el sujeto; lo que éste experimenta como lo más subjetivo suyo, su expresión, está objetivamente mediado" (2008, p. 28).

constituem" (2002 a, p. 279-280). Isso se explica porque, para ele, a ordem internacional vai se modificando, mas o Brasil não. Ou seja, a escravidão é estranha, mas é normal (exatamente o argumento de Schwarz para o "torcicolo cultural").

A partir daí, numa visada ainda etnocêntrica, Prado Jr. diz que a escravidão no mundo antigo ocorria entre povos de condição cultural semelhante, ao passo que uma "circunstância vem caracterizar desfavoravelmente a escravidão moderna: é o elemento de que se teve de lançar mão para alimentá-la. Forma ele os indígenas da América e o negro africano, povos de nível cultural ínfimo, comparando ao de seus dominadores".

A escravidão, nexo fundamental, parece ter um centro inteligente europeu, que seria um porto de chegada para todo tipo de teleologia, contra a barbárie no resto do planeta, feita de povos de níveis culturais "ínfimos".

Caio Prado Jr. – assim como Florestan Fernandes – escreve sob uma densa nuvem de ambivalências − ao mesmo tempo insinuando a colaboração do negro na formação social e acentuando sua passividade. Esse último pólo conduz os textos analisados, porque se sobrepõe ao outro pólo, que acaba sendo residual, silenciado e até mesmo apagado. Assinalado com viés negativo, o lado silenciado da ambivalência não deixa de aparecer, na forma do texto, evidenciando ainda uma cisão que coloca em lados distantes a produção e o consumo, de um lado, e a miséria, a violência, o analfabetismo de outro – como se os dois lados não estivessem informados por uma mesma lógica, que Prado Jr. nunca deixou de criticar.

3

Como já disse, não defendo que há uma linha comum entre os autores apresentados ou uma espécie de causalidade linear entre seus pensamentos, começando em 1933 com Freyre, passando ao início dos anos 1940 por Caio Prado Jr. e chegando aos 1960 e 1970 em Florestan Fernandes. Contudo, a ambivalência persiste, dos anos 1930 até os anos 1970, de modos diferentes e em diferentes propostas. Com isso, temos boas razões para desconfiar que, se pesquisadores tão atentos e gabaritados não puderam tematizar a contento essa ambivalência, talvez seja porque ocorre aí um limite das possibilidades teóricas, que diz muito a respeito da nossa organização social. Em outros termos: que chances podemos ter de não construirmos nossas interpretações sob a mesma base ambivalente, bastante redutora como

visão do papel dos escravos na nossa história? Se esse limite existe nas interpretações do Brasil, ele também existe nas interpretações de Machado de Assis?

Como vimos, os textos de Roberto Schwarz nos levam a dizer que sim, os limites estão aí e não foram de todo superados – a cegueira histórica daqueles que não conseguiam ver a parcialidade de Bentinho não deixa por menos e continua a nos reger o senso – enquanto fazemos pouco de quem não enxergava o óbvio.

Os adjetivos, como apresentados acima, evocam paradigmas a respeito da escravidão e das suas conseqüências. As frases afirmam o que afirmam dando a entender que se trata de algo evidente por si mesmo. Contudo, o nexo escravista nem é simples, nem é claro, nem é evidente, pelo contrário, demanda pesquisa cuidadosa. De Gilberto Freyre e Caio Prado Jr. a Roberto Schwarz, a parte mais importante das contradições sociais do Brasil − Colônia, Império ou mesmo República − passa pelo escravismo. Quando se fala do século XIX, que nos interessa particularmente aqui, a contradição escravista risca seu traço de modo ainda mais forte. E contudo, por mais fundamental que seja, a escravidão desaparece ou é explicada rapidamente em todos eles. No caso de Florestan, não desaparece a escravidão, propriamente, mas o escravo e seus sofrimentos, pensamentos e ações.

Em resumo, a formulação de que o nexo fundamental, determinante ou estrutural da sociedade em questão é o nexo escravista vem sendo feita por diversos dos mais profícuos analistas da sociedade brasileira. Não obstante isso, como se viu, persiste década após década, a insistência em não abordar diretamente o escravo ou a escravidão. Tanto escravo quanto escravidão são abordados para serem diminuídos ou rapidamente desconsiderados, com adjetivos, mudanças no campo semântico do discurso ou desproporção entre a importância do fato analisado e o espaço dedicado a ele que deixam entrever gigantescas construções ideológicas. Meu propósito é tirar conseqüências deste tipo de formulação para a análise literária das *Memórias póstumas*. O objetivo não é "superar" a contradição, mas entendê-la como parte da constituição histórica do objeto de estudo desta dissertação, as *Memórias póstumas*, bem como parte da constituição histórica do sujeito desta dissertação e suas visões de mundo. Mais ou menos como Theodor W. Adorno propõe em sua *Dialética negativa*, e mais ou menos como Walter Benjamin propôs nas constelações de imagens que propunha, para entender à contrapelo os monumentos da cultura.

Cabe reforçar que se as pesquisas que balizaram e balizam muito do que se tem dito de modo mais geral sobre o Brasil privilegiam certos pontos de vista: o do colonizador e o do oligarca, isso não significa que elas não apresentem críticas a esses pontos de vista. Significa

que enfrentaram contradições que se gravaram na forma e no conteúdo dos textos em que se apresentam − por exemplo, em quedas de tensão (Gilberto Freyre) e adjetivos (Caio Prado Jr. e Roberto Schwarz). Essas contradições são contradições sociais e seria presunção supor que eu, aqui, poderia explicitá-las sem estar afetado por elas. Pressuponho, antes o contrário, que elas constituem a leitura que faço de obras literárias e que apenas enfrentando o trabalho de conhecê-las do melhor modo possível poderei de algum modo ou em certos aspectos superá-las, dado que, ao que parece, a organização social como um todo caminha para, pouco a pouco, superá-las. Fica ao leitor a possibilidade de julgar até onde foi possível ir.

3 Estudos recentes sobre o século XIX

Um homem rico, embora afastado da esfera produtiva, narra as *Memórias de Brás Cubas*. A primeira coisa que nos vem à mente é dizer que se trata de um homem de elite. Será preciso estudar, portanto, o que era a elite no século XIX – com José Murilo de Carvalho, João Luis Fragoso e Raymundo Faoro. Nessa parte, começo uma análise de Brás Cubas, como narrador e personagem. O objetivo é que este capítulo seja uma ponte entre a discussão teórica feita até aqui e a do romance que será feita na próxima parte.

Procurarei demonstrar que, no romance, a matéria narrada tem relativa autonomia em relação à vontade e aos desmandos da volubilidade de Brás Cubas. Isso contraria o que normalmente se diz a respeito de Brás e da elite porque é uma leitura que parte de pressupostos fundados num modo de ver que pretende ser subalterno, amparado no estudo de como se passava a vida de escravos e dependentes no Rio de Janeiro do século XIX. Como ficou dito acima, entender a vida dos escravos e dependentes a partir do ponto de vista canônico, pode levar a reproduzir uma ambivalência conceitual que pretendo ao menos vigiar. Nesse caso, optei por estudos do que chamo, talvez indevidamente, nova historiografia, que tem se aprofundado na compreensão da consciência escrava ou dos demais subalternos. Gostaria de lembrar os trabalhos de Manolo Florentino (1997), João José Reis (2005 e 2004), João Luis Fragoso (2001 e 1998), Hebe Maria Mattos de Castro (1995), Maria Silvia de Carvalho Franco (1997), Jacob Goerender (1988), Eduardo Silva (2003 e 1997), Sidney Chalhoub (2001, 1996 e 1990), Robert Slenes (1999), Keyla Grinberg (1994) e Luiz Felipe de Alencastro (2000). Todos eles, de um modo ou de outro, trouxeram subsídios para a construção deste capítulo.

As elites

Para estudar as elites do século XIX, utilizei, basicamente, três fontes. José Murilo de Carvalho, *A construção da ordem* e *Teatro das sombras*; João Luís Fragoso, *Homens de grossa aventura*: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro; e Raymundo Faoro, *Os donos do poder*: formação do patronato político brasileiro e *Machado de Assis*: a pirâmide e o trapézio. Enfatizarei os dois primeiros autores porque eles aproveitam criticamente os estudos de Faoro, o que tornaria contraditório e redundante o aproveitamento direto das idéias deste último.

Para Carvalho (1996, p. 34), o Brasil dispunha, quando da Independência, "de uma elite ideologicamente homogênea devido a sua formação jurídica em Portugal, a seu treinamento no funcionalismo público e ao isolamento ideológico em relação a doutrinas revolucionárias" (como por exemplo o iluminismo francês).

É uma concepção que leva Carvalho a discutir a posição de Raymundo Faoro. Ele o faz afirmando que o Estado não era "tão sobranceiro à nação", como faz supor *Os donos do poder*.

> A burocracia era dividida em vários setores e a homogeneidade da elite provinha mais da socialização e treinamento do que de *status* comum e de privilégios que a isolassem de outros grupos sociais. O Estado, por sua vez, dependia profundamente da produção agrícola de exportação e encontrava na necessidade da defesa dos interesses dessa produção um sério limite a sua liberdade de ação. (Idem, p. 37)

Brás Cubas mimetiza algo dessa elite que estudava em Coimbra para fazer parte das decisões políticas mais importantes do país que surgia. Nossa personagem, na lógica do romance, vive numa "ilha de letrados" (Idem, p. 55-82), "uma elite altamente educada" (Idem, p. 69).

Dessa elite saia, de início, o grosso dos leitores do século XIX. Quando Brás fala com "o cavalheiro que me está lendo", instala-se um jogo de comparsa, em que a camada empobrecida da população não está subentendida. Machado foi crítico o suficiente para construir o romance como uma ponderação a respeito das simpatias e identificações entre narrador e leitores. Assim, o que parece auto-elogio e gosto de classe, fica sempre mediado por um tom patético, ambivalente, capaz de reter identificação com o leitor endinheirado e, ao mesmo tempo, afastar o livro desse mesmo leitor incluindo-o (o leitor) no espectro da critica que o livro constrói ou ficcionaliza.

Alfredo Bosi pondera em dois de seus livros a variação interpretativa entre tipo e pessoa, na tessitura das *Memórias*[25]. O crítico considera que Brás Cubas – para o leitor e para si mesmo, enquanto narrador – varia ao longo do romance, aparecendo ora como tipo, ora como pessoa. O mesmo acontece, na ótica do narrador, com personagens como Eugênia, que, ao não se adequarem ao "tipo" esperado por Brás, acabam saindo do horizonte de interpretação dele – que, como estamos vendo, é incapaz de atentar para qualquer alteridade.

Os estudos de Bosi incentivam a multifacetar o ponto de partida da leitura – migrando a interpretação entre a forma, o conteúdo existencial e o contexto ideológico –, no intuito de abrir espaço na interpretação para as reentrâncias e particularidades do romance. É uma atitude democrática e aberta, altamente receptiva, que, justo por essa razão, não deixa nunca de se posicionar. Incentivado pelo ponto de partida multifacetado de Bosi, encontro certa discordância entre o que se conhece, em termos históricos e sociológicos, a respeito das elites e o modo como a personagem e o narrador Brás estão construídos.

Voltemos ao estudo de Carvalho. A homogeneidade ideológica a que ele se refere teria um primeiro contratempo com a criação de cursos de direito em São Paulo e Olinda, em 1827 e 1828, respectivamente (1996, p. 64). Mais tarde, ao final do Império, há uma heterogeneidade latente, que se manifestará, segundo Carvalho, na derrocada do sistema político. Para ele, a homogeneidade ideológica, via socialização e treinamento, viabilizou a tarefa de construção do poder no momento histórico da Independência, sem o que, teria ocorrido partilhas do território, a exemplo da América espanhola.

Contudo, para ser parte da elite, não bastava educação superior, primeiramente em Coimbra; era fundamental a "ocupação". Para Carvalho, uma e outra coisa constituíam os requisitos de participação na vida política, o que circunscrevia em cerca de 16 mil homens o estoque de onde saíram deputados, presidentes de província, ministros, senadores e conselheiros de Estado (Idem, p. 85). Ainda assim, o "clube" – ministros, senadores e conselheiros – era seleto, dado que em 67 anos de Reinado "elegeram-se 235 senadores e

[25] Ver *Machado de Assis:* o enigma do olhar. O conceito de tipo aparece na p. 15 e remete à literatura contemporânea de Machado, com Eça de Queiroz e Aluisio de Azevedo. Para Bosi, "a densidade da personagem [no caso, Capitu] vem precisamente da ênfase que o narrador dá à força dos seus instintos e do seu querer" (p. 24). Segundo ele, as personagens mais fortes de Machado estão construídas num espaço discursivo que fica entre o universal abstrato (o feminino, o hipócrita, o avarento) e o singular feito carne. Ver também *Brás Cubas em três versões* em que o conceito de tipo ganha uma seção (p. 33-37). Antonio Sanseverino, em sua tese *Realismo e alegoria em Machado de Assis* acompanha os movimentos entre os dois pólos – alegoria do tipo e mimese realista –, procurando compreender a obra do escritor como um todo. Ver especialmente a seção dedicada a *Esaú e Jacó.* A respeito da "tipificação", Lukács continua sendo referência. Lembro, por exemplo, de algumas passagens de sua *Estética*, particularmente aquela feita em um capítulo do v. 4 da edição espanhola, chamado "Alegoria e símbolo" (p. 423-474).

foram nomeados 219 ministros e 72 conselheiros de Estado (contando apenas o segundo Conselho), num total de 526 posições, que foram preenchidas por 342 pessoas" (Idem, p. 112).

Fica mais ou menos claro, portanto, que Brás estava delirando à pleno vapor quando pensou ser possível fazer parte do "clube". Talvez, para o leitor coevo – sendo da classe social que era – ficasse evidente o disparate da personagem. Para nós, é algo que precisa ser reconstruído.

Carvalho salienta ao longo de todo o seu estudo, que a especificidade da elite imperial não morava apenas na "origem social" – pois ser funcionário do Estado era uma "vocação de todos" (Idem, p. 129) – mas especialmente na socialização e treinamento "deliberadamente introduzidos para garantir determinada concepção de Estado e capacidade de governo" (Idem, p. 123-124). Estrutura-se assim uma "dialética da ambigüidade" em que o Estado ao mesmo tempo era o principal interessado na manutenção do sistema escravista e o proponente mais indicado para a sua extinção. O Estado se representava diante de si mesmo, já que o processo político excluía qualquer espécie de construção cidadã.

Brás Cubas, evidentemente, flerta com as principais posições sociais, que passavam pela carreira política. Ao não chegar até elas, aponta para a decadência do Reinado em si, quando as elites, segundo Carvalho, "vítimas de seu próprio êxito", se tornaram incapazes de reproduzir uma nova elite, adequada aos novos problemas – trabalho assalariado, institucionalização da República, maior liquidez financeira. Por essa razão, argumento que temos nessa personagem uma exploração conseqüente e aguda da decadência e impertinência social de um tipo de consciência fadada a desaparecer. Além disso, ganha certa força a possibilidade de uma leitura alegórica, nos moldes propostos por John Gledson, em que Brás evidenciaria a incapacidade política e econômica do Brasil frente aos problemas que o novo século trazia.

Quanto à inconsciência política de Brás diante das possibilidades e necessidades de seu tempo, o estudo de José Murilo de Carvalho nos trouxe algumas luzes.

Já quanto à incapacidade ou covardia econômica de sua postura – como é possível tanta riqueza, tão pouca produção e tanta miséria no mesmo espaço social? – ainda é preciso argumentar.

A questão talvez fique mais clara quando aprendemos com o historiador João Luís Fragoso que havia no Brasil do século XIX um "mosaico de formas de produção não

capitalistas", que gerava relevante acumulação endógena[26]. Esse mosaico não-capitalista se integraria aos sistemas mercantis e capitalistas, de forma que o tráfico de escravos constituía o ponto de contato da elite econômica nacional com as elites econômicas européias, africanas e asiáticas. De modo ambivalente, portanto, o tráfico de escravos estruturava os modos não-capitalistas de produção de alimentos, que, ao mesmo tempo, geravam acumulação nas mãos de comerciantes monopolistas, detentores da liquidez financeira necessária para as trocas mercantis internas e externas.

Veja-se, que Fragoso pesquisa o período que vai de 1790 a 1830 (exceto no último capítulo, no qual avança ainda por uma década). Apresenta a formação da elite mercantil que formatou o projeto de nação – por essa razão, se torna apropriado estudá-lo juntamente com José Murilo de Carvalho (que, como ficou dito, procura entender a participação da elite na construção de uma ordem política).

Machado de Assis estava extremamente consciente das características necessárias para alguém fazer parte da elite política. Um exemplo sutil, mas valioso, é a descrição que Brás Cubas faz do conselheiro Dutra, pai de Virgília: "risonho, jovial, patriota, um pouco exaltado com os males públicos, mas não desesperado de os curar depressa". Essas duas linhas condensam qualidades importantes daquilo que – segundo os historiadores – se esperava das 300 e poucas pessoas que tiveram alto poder de decisão ao longo do Segundo Reinado. Entre essas qualidades está o patriotismo, concepção fundamental para a manutenção do poder central e derivada, segundo Carvalho, ao menos até os anos 1830, da formação em Coimbra. Ou seja, a descrição da personagem tem contraparte com o que se conhece da história do Brasil – mas apenas em certo sentido. Isso não nos deve enganar a respeito de Brás Cubas, uma personagem que, por possuir uma fortuna incalculável (quando faleceu, dispunha de 300 contos de réis) pretende ter o direito automático às honras políticas da sociedade de sua época[27].

---

[26] Essa idéia contraria as posições de Celso Furtado, Caio Prado Jr. e Francisco de Oliveira – que constituem, entre outros autores, a base histórica dos estudos de Schwarz. Não tenho condições de discutir em miúdos os argumentos, mas procurei certa coerência: aceitei os postulados de Fragoso para, assim, ter condições de analisar o romance sob outros pressupostos. Repito que isso não significa que Fragoso seja mais interessante do que seus antecedentes. Com o tempo, também seus estudos receberão contrapontos. A questão, como já enfatizei, é "atualizar" o debate, pois acredito que partir de uma plataforma histórica diversa daquela disponível até os anos 1970 nos leva a novas possibilidades de entendimento da literatura machadiana. Acresce que Francisco de Oliveira tem críticas contundentes à CEPAL e ao pensamento de Celso Furtado, ao passo que este jamais citou Caio Prado Jr. Ou seja, Schwarz penou um bocado para incorporar tantas diferenças em sua dialética.

[27] Batista, personagem de *Esaú e Jacó*, exemplifica de maneira mais intensa os passos necessários para um homem reivindicar a entrada no "clube". Ao menos até as tabuletas serem trocadas.

Se Machado estava consciente dos passos necessários para alguém ser parte da elite política, não era menor sua consciência a respeito de quem fazia parte da elite econômica. Fragoso argumenta que os movimentos da economia internacional, ao contrário do que afirma Celso Furtado, não determinavam quedas no lucro com exportação de monocultura. Para Fragoso, isso se explica porque havia uma formação econômica e social colonial com movimentos relativamente independentes dos grandes ciclos econômicos. Tal formação dependia basicamente da manutenção do tráfico negreiro e sua reprodução passava necessariamente "pelo constante exercício da diferenciação social e econômica" (FRAGOSO, 1998, p. 312) de seus agentes – isto é, pela reprodução da sociedade escravista (que, por sua vez, inferia a economia escravocrata).

Segundo Fragoso, aqueles que detinham não principalmente escravos e terras, mas capital mercantil, constituíam a hegemonia econômica da sociedade carioca. Mais tarde, por volta dos anos 1830 e 1840, houve repetidamente, reconversões de capital, que invertiam o lucro dos monopólios comerciais em terras e escravos – o que evidencia uma sociedade de escassa liquidez (nas palavras de Raymundo Faoro, escravo era dinheiro). A hierarquia social, portanto, estava "descolada da produção", sendo baseada na circulação (FRAGOSO, 1998, p. 342), primeiramente, e na posse de escravos e terras, em seguida, o que sugere uma forma particular de expropriação do sobretrabalho. Além do escravo, também eram explorados os camponeses, peões e artesãos, bem como os próprios fazendeiros, que adiantavam safras em troca de escravos e outros bens. Assim, o revendedor de escravos e safras podia acumular capital, mas, socialmente, simbolicamente, pouco lucrava com isso. Era preciso que ele se tornasse um latifundiário escravista.

A economia colonial dependia, para sua reprodução material, da hegemonia do capital mercantil – logo, da hegemonia econômica da elite mercantil. Entretanto, escravos e terras simbolizavam – ao menos até a década de 1850 – poder e *status* social, a tal ponto que muitos comerciantes preferiam empatar capital em escravos e terras. Lucravam menos do que lucrariam caso reinvestissem esse dinheiro no aumento de frotas de navios ou na expansão do crédito, mas angariavam seu quinhão de prestígio social. A lógica da reprodução social era, com certeza, financeira, mas não nos termos contemporâneos. O senso de valor pessoal, de sucesso e plenitude social, contava com a posse de escravos e terras. Era assim que alguém se tornava "gente" no Brasil.

Vê-se que Brás Cubas não está entre a elite política imperial (como Dutra e, mais tarde, Lobo Neves ou mesmo Batista) e tampouco se integra à elite econômica, cuja posse de

monopólios garantia a posição social (da qual, talvez Cotrim – contrabandista de escravos – fazia parte). Brás está exilado da esfera da produção e, em certo sentido, também da esfera da circulação (lembremos de Marcela e Virgília, por exemplo). No entanto, é a essas posições que Brás almeja, isto é, ele quer ser alguém.

Trocando em miúdos, a personagem Brás aparece como um filho da elite a quem tudo seria permitido, bastando um pouco de boa vontade e relações. Mas nem bastava a boa vontade, nem Brás a possuía – o que o leva a perder os pés do chão social e como que delirar na indeterminação de sua posição.

Voltando ao argumento: Brás Cubas não pode ser descrito como um protótipo do homem de elite – ou da elite do século XIX como um todo –, logo, não há como dizer que seus cacoetes volúveis imitam o ponto de vista da elite carioca. Salvo engano grande, ele não mimetiza a elite política descrita por Carvalho, nem a elite econômica descrita por Fragoso. Nesse caso, a literatura se desvia, propositalmente, do histórico – não em absoluto, mas em pontos importantes. Os cacoetes de Brás visam construir uma personagem que não encontra lugar social, ainda que pretensamente tenha alguns instrumentos que o levem a almejar posições de prestígio. Sem relações sociais construídas a partir dos anos de estudo, ele se afunda à sombra do cunhado negociante, e sua indeterminação, como lembra Pierre Bourdieu a respeito de uma personagem de Gustave Flaubert, é determinada pela posição que ocupa (ou, no caso, não ocupa). Lembro, por exemplo, que, ao comungar das visões pró unidade nacional e escravismo, Brás o faz porque tenha algum interesse nisso, pelo contrário: como o leitor do romance estará lembrado, tem dinheiro aplicado em diversos negócios, com apólices e letras dentre eles. São movimentações financeiras, que iriam tanto melhor quanto mais liquidez necessitasse o mercado.

Assim, a indeterminação de Brás fica determinada por uma estrutura escravista em decomposição, à qual Brás imagina ligar o poder que de fato não possui. Proprietário de riqueza improdutiva, ele não deixa de figurar – no sentido de Auerbach[28] – as riquezas brasileiras século XX adentro: quanto mais crescem, quanto mais se desenvolvem, mais geram miséria, preconceito e desigualdade.

[28] AUERBACH, Erich. *Figura.* São Paulo: Ática, 1997. Ver especialmente p. 42-51. O estudo de Auerbach diz respeito à intepretação figural, tal como utilizada pelo apóstolo São Paulo, e reapropriada por textos da Idade Média. Por isso, quando digo "figurar" me refiro a Brás como figura do imobilismo das sucessivas "modernizações conservadoras" que parecem remeter ao nosso gênese e avançar até nosso apocalipse, como queria Raymundo Faoro.

Nesse sentido, quando Schwarz afirma que a volubilidade é ao mesmo tempo uma "regra de composição narrativa" e uma "estilização de uma conduta própria à classe governante brasileira" ele não descreve apropriadamente o complexo ilusório que o romance constrói. Brás não constitui, conforme tentei demonstrar, uma mimese do pólo dominante da sociedade, uma "estilização de uma conduta própria à elite", porque sua construção como personagem literária, ao menos em parte, vai em direção contrária, num vetor de diferenciação em relação às elites tais como descritas por Carvalho e Fragoso. A volubilidade de sua escrita corresponde a uma auto-ilusão de poder, mas não ao exercício de poder efetivo (o que aconteceria caso a estilização estudasse a elite). Isso diferencia a personagem e as elites de sua época e contorna com mais destaque a invenção literária altamente problematizadora empreendida por Machado de Assis. O narrador e a personagem estão construídos para ficcionalizar um processo de ilusão, inconsciência e inabilidade crônicas ainda atualmente caracterizadoras das frações enriquecidas da sociedade brasileira. Espero não repetir demasiado a idéia de que isso não significa que as elites não exercessem capricho e arbítrio. Estamos tratando de um narrador ficcional e não de um homem da elite propriamente dito. O romance, nesse sentido, constrói uma cisão ostensiva entre a personagem Brás e o chão histórico – ao mesmo tempo que faz dessa cisão uma preocupação formal e temática.

De outro lado, tampouco a metodologia dos dependentes – calcada na ambivalência entre dois valores –, proposta por Chalhoub, explica a contento uma narração que, afinal de contas, aparece em primeira pessoa, na voz de um homem endinheirado. A metodologia dá conta de um efeito global do livro e também das relações entre Brás e as personagens dependentes, bem como de algumas entre as possíveis relações entre o leitor e o livro.

Mais uma vez, as conseqüências da visão distorcida da personagem a respeito do próprio poder não significa falta de conseqüências na vida de personagens dependentes – pelo contrário, temos visto como a improdutividade dos meios de produção, que além de improdutivos, ainda por cima são extremamente monopolizados – afunda boa parte da população do país e do romance na miséria. A indeterminação de Brás age na vida dos dependentes na medida em que ele ocupa uma posição de poder em relação a eles – e na medida em que sua riqueza não se transforma em produção, circunscrita, por fim, de miséria e alienação. Nessa relação, como afirma Chalhoub, Brás é incapaz de perceber a alteridade no seu horizonte, o que incrementa ainda mais o senso amalucado de sua vida, que não encontra esteio simbólico em ninguém.

Determinado a ser indeterminado, Brás perde o chão histórico e, sem dar pé, começa a delirar cada vez mais, centrado em seu próprio nariz. Uma riqueza pródiga em dar esmola – no final de sua vida –, mas recatada em pagar salários.

As dualidades pelas quais Brás Cubas organiza o mundo, além de criarem tensões de enredo e possibilitarem todo tipo de graça – com quedas do mais alto e abstrato para o mais baixo e concreto – estão munidas uma contra a outra a partir de movimentos dialéticos que deixam ver uma estrutura na relação. A diferença entre público e privado, externo e interno aponta para um modo de os endinheirados se diferenciarem ilusoriamente da organização opressora que eles pensam que precisam reproduzir para reproduzirem a si próprios. As sucessivas diferenciações entre o Brás personagem e os homens de elite podem ser lidas amplamente como as cisões subjetivas da própria elite na tentativa de se libertar de sua própria opressão. A desavença entre o público e o privado encena decisões autônomas numa organização social em que elas são objetivamente vetadas, não apenas aos dependentes, mas também aos que mandam.

Os escravos e dependentes

José Murilo de Carvalho escreveu: "Tudo isso revela um sistema político muito distante da imagem simplificada de tranqüilo domínio de senhores de terra e de donos de escravos ou de uma autocracia burocrática" (1996, p.322). Ao longo desta seção tentarei apresentar o que pode ser entendido como "tudo isso".

Principalmente a partir dos anos 1980, os programas de pós-graduação em história têm ajudado a construir possibilidades de interpretação do país e essas possibilidades raramente têm sido utilizadas na literatura. Fica evidente, quando observamos as notas de rodapé de *Ao vencedor as batatas* e *Um mestre na periferia do capitalismo*, que Roberto Schwarz incorporou os debates da década de 1960, 1970 e 1980 ao seu trabalho crítico sobre Machado de Assis. É um exemplo que, dentro de horizontes bem mais restritos e de possibilidades bem mais limitadas, eu aproveito: estudando, lendo e discutindo os pesquisadores de algumas áreas do saber diferentes da minha e que estudam, nesse momento, nossa sociedade.

A história social tem descoberto e proposto espaços de relativa autonomia que escravos e dependentes construíam a partir da estrutura escravista. Talvez falar em autonomia, mesmo relativa, seja algo demasiado, posto que as condições de trabalho fossem realmente cruéis; a política, segregadora e concentrada; o analfabetismo quase universal. Assim, em que

pese a estrutura embrutecedora, limitadora e cruel, desde o início da escravidão, das mais diversas maneiras, os relatos históricos nos mostram que os escravos e ex-escravos lutaram contra a escravidão, das mais diversas maneiras (capoeiras, associações, irmandades, processos judiciais, sabotagem de instrumentos, quilombos, cooperação nas compras de alforria, estabelecimento de laços familiares e de apadrinhamento) − bem como, muitos deles, competiram de maneira bastante atuante na sua manutenção, como feitores, capitães-do-mato, cagüetes e trabalhadores, e, não raro, as duas coisas ao mesmo tempo. O fato de essas lutas e contradições não terem repercutido (ao menos até recentemente) na historiografia não significa que elas não existiram – da mesma forma que não existem para Brás Cubas.

A partir de agora, tentarei apresentar, brevemente, algumas das propostas recentes de historiadores da escravidão no Brasil, possibilitando que conheçamos e levemos em consideração a luta e o sofrimento dos milhões de escravos que viveram aqui e também para que possamos levar em consideração o poder crítico da estilização empreendida por Machado de Assis – pois ela apresenta uma forma de cegueira histórica, que por décadas e até séculos nos impacta com força de realidade. Além disso, tais propostas criam os pressupostos para que possamos compreender aquilo que Brás Cubas não consegue compreender, indo além do narrador.

John Gledson comenta, ao estudar *Ao vencedor as batatas* e *Um mestre na periferia do capitalismo*, que Machado percebeu o "potencial realista dos absurdos de Alencar" (GLEDSON, 2006, p. 275). A inconsciência histórica e social de Brás Cubas seria um tipo de realismo, um modo de ser posto em flagrante delito. Contudo, a volubilidade – que caracteriza a narrativa – não explica ao mesmo tempo o chão social histórico, porque faz parte da constituição da construção da realidade de uma classe para si mesma. Quando vista a partir da volubilidade, a mimese é uma mimese de classe.

Não é propriamente o que Schwarz faz, uma vez que ele salienta a volubilidade como postura de classe. No entanto, há uma ambivalência em seu *Ao vencedor as batatas* – a meu ver, em parte superada em *Um mestre na periferia do capitalismo.* Essa ambivalência traz o favor para ser centro explicativo de uma sociedade escravista. Ao mesmo tempo, o favor também é ideologia e meio de reprodução das classes mais pobres. Por fim, ele é entendido como a mediação quase-universal, sempre tendo como centro um proprietário todo poderoso.

É importante, assim, que falemos um pouco da escravidão e do escravismo. Quanto a este, vimos anteriormente que passa pelo centro nervoso da hierarquia social e da construção de subjetividades. Agora é o momento de atentarmos um pouco para a escravidão.

Um problema a ser considerado é o de que o escravo era uma propriedade, passível de herança, troca, compra, venda, aluguel etc. Tinha, em termos jurídicos, todas as características de uma mercadoria, exceto uma: era punível. Florentino e Góes parafraseiam Jacob Goerender (ver mais abaixo), no mesmo texto em que tirei os dados da frase anterior: "o crime era o primeiro e único ato do escravo que o humanizava" (FLORENTINO & GOÉS, 1997, p. 31). Isso pode significar que as ideologias produzidas nas relações com os escravos e deles entre si tenham se tornado invisíveis em nossa vida social, mesmo que tenham tido presença quase ubíqua. Assim, o escravo desaparece a menos que seja um objeto aparentemente dócil ou então que seja um criminoso, fugitivo ou assassino. Obviamente, ele não participava da vida social apenas com docilidades e/ou fugas, no entanto, as estruturas de nosso modo de pensar o reduziram a esses esquemas – com efetiva colaboração da literatura (como ficará claro mais adiante, quando abordarmos um estudo de David Brookshaw).

Célia Maria Marinho de Azevedo, em estudo sobre como as elites paulistas percebiam os escravos, aponta que o medo dos fazendeiros em relação aos movimentos e revoltas escravas importou para a consecução das políticas imigrantistas quando elas sobrepujaram as posições emancipacionistas e abolicionistas. Se havia alguma "contra-ideologia" e alguma "contra-utopia", elas partiram efetivamente de escravos e ex-escravos – isolados ou em cooperação –, cabendo à elite e aos jornais uma campanha abolicionista de caráter conservador, na qual importava mais o bem-estar da sociedade branca, do que uma organização social mais justa.

Trazer a participação das elites abolicionistas para primeiro plano, minorando o imenso trabalho de rebeldia coletiva e individual dos escravos repercute a idéia de que a elite branca deve pensar o país enquanto os negros servem para trabalhar − e, depois da abolição, nem isso. Importante ainda notar a presença constante da palavra "medo" para descrever o modo como a elite via a possibilidade de revolta dos escravos.

Celia Maria Marinho de Azevedo repara um sutil "tirar o negro de cena", mesmo quando se tratava de estudar o negro – justo porque o "objeto" de análise jamais era um sujeito. Debates racistas em prol da imigração de europeus, principalmente a partir de São Paulo, teriam contribuído para tanto. Uma vez tirado de cena na historiografia do mundo dos proprietários, o negro passou a ser descrito como deslocado na sociedade. Assim, se constata uma pretensa falta de instrumentos do negro para lidar com a subjetivação moderna e o

trabalho livre, falta de instrumentos que passou a ser vista quase como congênita, como uma inevitabilidade histórica e social[29].

A pretensa inevitabilidade da condição degradada levou, por sua vez, à consideração de que os negros, por si, não tinham nada a dizer, nem como agir − ou, caso tivessem, eram completamente impossibilitados −, resultando num vetor de silenciamento que em nada representa os espaços rebeldes extremamente ativos, dentro de todos os limites estruturais, dos últimos anos de escravidão, por exemplo[30].

A proposição de que o nexo escravista pudesse submeter totalmente o escravo ou o dependente merece, portanto, reparos críticos − e assinala que as investigações dos mais sérios e profundos pensadores do Brasil não puderam se desvencilhar do discurso vazado por aspectos do "imaginário patriarcalista", em que patriarcalismo significa, seguindo Sidney Chalhoub, ação de uma classe sem reconhecimento de alteridade, embora a "alteridade" estivesse agindo, negociando, lutando, resistindo, cedendo, conforme fosse possível − isto é, agindo como sujeito para si mesma.

Houve um silenciamento, nos discursos científicos e literários de um modo geral (a descontar as exceções), do escravo-sujeito, sua luta, seu sofrimento, suas contradições. Não me vai muito espaço até admitir a hipótese de que o silenciamento persiste inclusive em críticas tão agudas quanto a de Roberto Schwarz. Uma hipótese seria que as idéias dos escravos e ex-escravos ao não entrarem nas formações discursivas da elite branca se tornaram em alguma medida invisíveis socialmente, ao menos quando avaliadas dos pontos de vista possíveis nas ciências humanas, como explicita em síntese algo contundente a seguinte passagem: "o que parece fora do lugar não são necessariamente as idéias, mas o negro quando não está imobilizado como uma categoria, subjugado como um objeto, ou re-presentado como uma alegoria" (FIGUEIREDO e PINHO, 2002, p. 206).

A não existência de um discurso agenciado pelos escravos seria um efeito discursivo a trabalho do patriarcalismo – tal como o entendeu Chalhoub –, já que todo ser humano fala,

---

[29] Penso que aqui Celia Maria de Azevedo Marinho faz uma crítica um tanto quanto injusta a Florestan Fernandes, mas procuro entender o momento em que ela escreveu seu livro – o começo dos anos 1980. O momento, talvez, reivindicasse uma firme oposição à teoria do escravo-coisa. Não pude ler o estudo em três volumes de Florestan sobre a integração do negro na sociedade de classes. O primeiro volume, que tive tempo de consultar, parece exigir uma leitura mais cuidadosa do trabalho de Florestan, que, infelizmente, não tenho condições de fazer aqui.

[30] Ver, por exemplo, *Rebelião escrava no Brasil*, de João José Reis, ou *As camélias do Leblon* e *Dom Oba II da África*, de Eduardo Silva. Para uma visão oposta a essa, ver *A escravidão reabilitada*, de Jacob Goerender.

simboliza, entra em contato com outros seres humanos − quanto mais uma classe social que persistiu nas formações sociais de um país ao longo de 350 anos. Se não ouvimos, como estudantes da sociedade, a fala e as ações desses homens, isso não significa que esses sujeitos não falem e ajam, mas sim que não ouvimos, não entendemos ou não sabemos perceber certas falas e ações − ou seja, que certas organizações sociais produzem sistemas de silenciamento (e ensurdecimento) aos quais nem a mais bem pautada ciência, nem a mais alta literatura conseguem conscientizar e objetivar.

Um descendente de escravos, Adrelino, fala a respeito da seguinte maneira:

> Acontece o seguinte, grande parte dos negros naquele tempo sofria muito, eles sofriam. Eles sofriam mas eles não contavam não. Não contavam pra ninguém, não. Aquilo ficava com eles mesmo, que sofria a vida toda. E também evitava de estar falando essas coisas com alguém por causa do sofrimento. (CASTRO e RIOS, 2005, p.105)

Outra descendente de escravos, Benedita, fala nos seguintes termos:

> Contam que ficavam entre eles, conversando a língua deles, quando o senhor via que eles estavam conversando na língua africana, gritava! Não era pra falar mais. Tiveram que perder a língua à força. Não era pra falar mais, então falavam escondido. (CASTRO e RIOS, 2005, p. 67-68)

O silêncio corta as duas palavras, que parecem por sua vez de algum modo ascendidas pela possibilidade de dizer algo... sobre o silenciamento.

O escravo, nesse caso, aparece cercado na relação com a fala ou, posto de outra maneira, ele é um sujeito que fala sem ser ouvido; existe para as instituições e para boa parte das pessoas como mercadoria,

> objeto das mais variadas transações mercantis: venda, compra, empréstimo, doação, transmissão por herança, penhor, seqüestro, embargo, depósito, arremate e adjudicação. Era uma propriedade. O ordenamento jurídico da sociedade o constituía como tal, exceto no que concerne à trangressão da lei. Goerender tem razão, aliás, ao considerar que 'o primeiro ato humano do escravo é o crime'. (GOÉS e FLORENTINO, 1997, p.31)

− Dentro disso, o escravo não participou da vida ideológica apenas e somente se entendemos vida ideológica a partir de um ponto de vista preciso: o que aceita que uma estrutura pode transformar, sem rompimento de contrato, o ser humano em mercadoria/instrumento de trabalho ao longo de mais de três séculos.

Enquanto Schwarz acompanhou, com a propriedade que já reconhecemos, a volubilidade do narrador das *Memórias póstumas*, isso impedia de evidenciar o silêncio de todo o entorno – que, no entanto, com o perdão do clichê, é um silêncio eloqüente. Nesse caso, o favor como categoria de mediação social e a volubilidade como centro das *Memórias* repete o silenciamento do outro, sem perder com isso a capacidade de explicar algumas circunstâncias das relações sociais – inclusive com tônus crítico. Quando voltamos a atenção

para o nexo escravista, procurando dar continuidade e desdobramento − em que pese a crítica que lhes faço − aos trabalhos iniciados pelo autor de *Um mestre na periferia do capitalismo* – fica mais evidente que nem sempre ou mesmo quase nunca os escravos reais calaram a boca amplamente. Benedita e Adrelino acabaram de nos ensinar, por sinal, que há mais coisas no silêncio do escravo e sobre o escravo do que tem suposto as filosofias, críticas e literaturas.

Depois de ler os trabalhos de Schwarz e usando um pouco de seus próprios métodos; depois de conhecer o que é produzido atualmente a respeito da escravidão, pressuponho que houve "vida ideológica" a partir da multidão de escravos em relação às outras duas classes e delas em relação aos escravos. Isto, entre outros inúmeros motivos, porque eram os escravos os responsáveis pela reprodução objetiva das três classes apresentadas por Schwarz, e, posta essa "infra-estrutura", as diversas produções sociais podiam se articular para reproduzir encadeamentos de classes em que o senhor dispunha do favor.

Emília Viotti da Costa escreveu um livro tão criticado quanto elogiado, *Da senzala à colônia.* Em três partes (I. Aspectos econômicos da desagregação do sistema escravista; II. Condições de vida dos escravos nas zonas cafeeiras e III. Escravidão e ideologias), o estudo de Viotti da Costa é um dos que, dentre os que tive acesso, melhor destrincha aquilo que John Gledson e Sidney Chalhoub consideram ser a decadência da classe patriarcal-latifundiária.

Na parte III de seu estudo, o sugestivo título de "Escravidão e ideologias" conduz para discutirmos com Schwarz as proposta que já vimos a respeito da vida ideológica. Como isto já foi feito, para evitar repetições, aponto apenas que Viotti da Costa mostra como, do início do século XIX até a abolição, os discursos em torno da escravidão mudaram. Primeiro, as discussões desconsideravam o escravo, a não ser que fosse rebelde e/ou metesse medo nos senhores. Após, já século XIX adentro, haviam emancipadores e escravistas, portanto, o escravismo estava em questão. A partir de 1850 e, principalmente, por volta de 1870, havia os abolicionistas e os emancipadores. "Desacreditava-se aos poucos a instituição [o escravismo] e desmoralizava-se o direito senhorial" (COSTA, 1989, p. 382).

Lembremos que Machado de Assis escreveu as *Memórias* no final da década de 1870. De 1883, por exemplo, data *O abolicionismo*, de Joaquim Nabuco, seu fiel amigo. De 1875, é *A escrava Isaura*. Ele escreve num momento em que o fim do escravismo é questão de tempo – perto da abolição, a porcentagem de escravos em relação à população livre estava bem abaixo dos dois dígitos.

O próprio Brás, da eternidade, narra, não obstante, depois de sua morte, em 1869, isto é, final de uma década que marcava as primeiras "intromissões" do governo no santo direito de propriedade, sobretudo, a propriedade de homens. De 1869, por exemplo, é a lei que limitava as separações de famílias escravas, determinadas pelo crescente tráfico interprovincial.

Brás começa quebrando as cabeças de seus escravos. Quando chega a hora de dar seu primeiro beijo, já não o dá em uma escrava, como, conforme Gilberto Freyre, era comum. O primeiro beijo é em Marcela. Ou Machado preferiu não falar da possível relação de uma personagem como Brás com suas escravas, criando um problema de verossimilhança, ou visou alertar para um processo de modificação. O tio de Brás ficava de rebuliço com as escravas, enquanto elas lavavam roupas. Por que Brás, uma geração depois, não disporia dos mesmos "direitos" sobre as mulheres de classe escrava, "portanto submissas"? Ou, ainda mais relevante: um beijo em uma escrava não contava como beijo?

A partir do capítulo do vergalho, quando o narrador anuncia que deixará os Prudêncios e os Romulados de lado, a palavra "escravo" aparece bem menos do que no início. Na verdade, os escravos literalmente desaparecem do romance – são deixados de lado. Brás, por exemplo, receberá cartas. Sabemos bem quem levava e trazia cartas. Dessa vez, porém, as cartas são entregues por um sujeito oculto, na terceira pessoa[31]. No final do romance, há uma evidentemente proposital substituição do vocábulo pelo menos ostensivo "criado", talvez a insinuar que os escravos haviam sido libertados, mas nem tanto. Também em *Quincas Borba* isso acontece, sendo "criado", naquele livro, um sinônimo de "escravo", embora às vezes se refira aos imigrantes espanhóis e franceses. Curioso que, ainda falando sobre *Quincas Borba*, os imigrantes recebem nome. Nenhum escravo do romance merece tal distinção.

Mas adianto a linha de argumentação da segunda parte deste trabalho. Estamos vendo que os antagonismos entre senhor e escravo produziram, reproduziram (e ainda produzem) duradouras posições sociais, instituições, leis, costumes, comportamentos, modos de vestir, olhar, conversar, fazer piadas, compor modinhas, pensar, ver, olhar, julgar etc., bem como modos de pensar, narrar, projetar, fantasiar, recordar etc.; assim, deduzo, esses antagonismos de algum modo compõem a forma literária e aos seus temas.

---

[31] Os correios têm um corpo de carteiros e serviço de entrega de cartas a domícilio a partir de 1844. Mesmo assim, a literatura continuou a representar escravos como os principais encarregados, mesmo na Corte, de trazer e levar correspondências. Um exemplo em que o papel do escravo como mediador de correspondências é fundamental é *O demônio familiar*, de José de Alencar. Fica a ressalva de que nas *Memórias*, os correios são representados e é um carteiro quem engana Dona Plácida para fugir com cinco contos.

Estamos falando de um modo de pensar e agir socialmente calcado na escravidão, reproduzido pelo escravismo – a volubilidade – que, no entanto, não funciona no horizonte social de Brás Cubas. Ele continua sendo volúvel, mas na lógica do romance, o capricho e o arbítrio da elite são como que ridicularizador sutilmente.

A esse respeito, inquieta notar uma particularidade do pensamento de Schwarz, que talvez nos faça desviar um pouco do assunto, mas mais adiante poderá ajudar a nos aprofundarmos um pouco mais nele.

Como vimos, Schwarz argumenta que a volubilidade é uma característica da classe hegemônica brasileira. Em determinado momento, uma das notas de rodapé chamadas para construir a noção de volubilidade remete a um estudo de Hannah Arendt. É ele que nos levará a um breve desvio, porque enriquece as posições de Roberto Schwarz de um modo inesperado para mim.

As origens do totalitarismo – citado pelo crítico em nota de rodapé de *Um mestre na periferia do capitalismo* (p. 36-37) – é um livro dividido em três partes: anti-semitismo, imperialismo e totalitarismo. Ao descrever, na segunda parte, as elites francesas, inglesas e alemãs − cada qual em sua especificidade −, Arendt aponta para o arbítrio com o qual essas elites manejavam pontos de vista, procurando manter posições sociais hegemônicas. A autora enfatiza a relação entre a reprodução da posição social e a produção de idéias. Por fim, o mais importante: para ela, há ligação explícita entre aquele modo de ser das elites descritas e o totalitarismo no século XX (do mesmo modo como o arbítrio de nossas elites estava ligado, evidentemente, com o holocausto da escravidão, insinuando aquilo que Adorno salienta: a barbárie não é ocasional na ascensão do capitalismo. A indiferença do homem em relação ao homem é sua regra).

Portanto, se o arbítrio é uma característica da elite escravocrata brasileira, como quer Schwarz, isso significa que a relação escravista o produz − porque o próprio escravismo reproduz a elite. Contudo, a leitura de Hannah Arendt e, para dar outros exemplos, Karl Marx[32] e Michelle Perrot[33], deixa evidente que arbítrio diz respeito a esferas mais amplas do

[32] "Há uma espécie de riqueza que é inativa, pródiga e devotada ao prazer, cujo beneficiário se comporta como um indivíduo efêmero de atividade sem propósito, que encara o trabalho escravo dos outros, sangue e suor humanos, como a presa de sua cupidez e vê a humanidade, e a si mesmo, como um ser supérfluo e votado ao sacrifício. Assim, ele adquire um desprezo pela humanidade, expresso na forma de arrogância e de malbaratamento de recursos que poderiam sustentar cem vidas humanas, e também na forma da ilusão infame de que sua extravagância irrefreada e interminável consumo improdutivo é condição indispensável ao trabalho e à subsistência de outros. Ele vê a realização dos poderes essenciais do homem apenas como a realização de sua própria vida desordenada, de seus caprichos e de suas idéias inconstantes e bizarras. Tal riqueza, contudo, que vê a riqueza somente como um meio, como algo a ser consumido, e que é, portanto, tanto senhora como escrava,

que as escravistas, no capitalismo mercantil, seguramente, mas também no capitalismo industrial, por exemplo, com suas inúmeras leis anti-vadiagem etc.

Contudo, é preciso compreender bem o que o crítico articulou como "nacional" e específico, já que sua construção teórica lança atenção para aspectos amplos da história colonialista e imperialista; ou, como já se disse, para a construção do capitalismo como um todo. A história nacional ficaria constituída no fulcro dependente de sua economia, na relação desigual e dependente com os centros[34]. Resulta possível dizer que o arbítrio constitui o que as *Memórias* tem de mais universal, ao mesmo tempo que é tido, por Schwarz, como uma singularidade da elite nacional. É precisamente aquilo que a faz uma elite singular, em dia com as barbáries das elites futuras, daqui e de alhures.

Vemos que em matéria de crueldade nossas elites eram de primeiro mundo. Mesmo porque a extensão do arbítrio é do tamanho da extensão do tráfico de escravos, que tinha qualidade mundial, envolvendo não raro quatro continentes (por exemplo, o escravo africano, o exportador europeu, o reexportador americano e o fornecedor do escambo asiático; a Costa da Mina, Lisboa, Rio de Janeiro e Macau ou Goa, digamos)[35]. Conforme estudos recentes, o tráfico teve um papel central nas economias coloniais e nacionais, financiando a liquidez dos que tinham acesso às movimentações implicadas no negócio (cf. FRAGOSO, 1998). Com isso, entender os antagonismos entre senhor e escravo passa por compreender uma estrutura alastrada mundialmente, em diversas regiões, contemplando uma gama diversa de interesses locais por posições sociais e econômicas − e, enfim, ajuda a compreender a orientação do sistema de relações e as contradições de interesse aí imantadas. Autores contemporâneos como Luiz Felipe de Alencastro, Manolo Florentino, José Luís Fragoso e Alberto da Costa e Silva e mesmo estudos mais distantes no tempo, como os de Kátia Mattoso, explicitam a

---

generosa como mesquinha, caprichosa, presunçosa, vaidosa, refinada, culta e espirituosa, ainda não descobriu a riqueza como uma força inteiramente estranha, mas vê nela seu próprio poder e fruição antes que riqueza... meta final." O trecho acima, dos *Manuscritos econômicos e filosóficos* me parece ser uma descrição adequada de Brás Cubas e, ademais, de uma boa quantidade de senhores de escravo que conhecemos pelos relatos históricos: vida desordenada, consumo improdutivo e ostentatório como condição de subsistência do dependente, proposição de que o escravo estava sendo civilizado, "idéias inconstantes e bizarras" e "generosidade" (entre mil aspas) acompanhada do capricho, da mesquinhez, da presunção e da vaidade. Some-se a indicação de uma vida supérflua e teremos que concluir que a descrição de Brás Cubas, senhor de escravos, é muito semelhante à descrição que Marx faz do industrial inglês ou francês, burgueses da melhor cepa.

[33] "Detentores de um poder arbitrário (lembremos que, na época, os regulamentos fabris emanam diretamente da vontade dos industriais), os patrões são 'opressores' que recusam qualquer participação e discussão, e exigem total submissão" (PERROT, 1988, p.85). O texto de Perrot procura compreender como os operários viam os patrões franceses, entre os anos 1880 e 1914. Explicitar o que Perrot chama de "olhar do outro" é um pouco o que pretendo na leitura das *Memórias* que faço aqui.

[34] O *Crítica à razão dualista* é um livro importante a esse respeito.

[35] Cf. *Em costas negras*, de Manolo Florentino, e *Francisco Félix mercador de escravos*, de Alberto da Costa e Silva.

importância de se compreender a escravidão como parte da densa rede de interesses que nada tem de pré-capitalista, antes o contrário. O escravo foi um dos mais lucrativos produtos ao longo da história do capitalismo mercantil. Não há dúvidas de que o tráfico de escravos no Atlântico sul capitalizou boa parte da agricultura cafeeira, e, mais tarde, o início da industrialização no Brasil; assim como competiu para possibilitar a construção da burguesia européia como tal. Ainda assim – como já foi dito a partir do trabalho de João Luís Fragoso –, os lineamentos da economia colonial eram não capitalistas, o que garantia à elite brasileira e africana, por exemplo, continuar lucrando, mesmo frente aos ciclos negativos do mercado internacional (FLORENTINO e FRAGOSO, 2001, p.19 e p.117).

Fragoso lembra que uma economia assim, com ciclos internos a ela mesma, tendia a promover em seus agentes comportamentos que visassem reproduzir posições dessa economia – nesse sentido Schwarz estaria corretíssimo, isto é, há uma particularidade em nossa elite. Com isso, era comum o que Fragoso chama, conforme vimos em outro momento, de reconversão de capital em terras e escravos[36]. Os grandes comerciantes localizados na praça do Rio de Janeiro preferiam lucrar menos, investindo dinheiro não apenas no comércio atlântico (com taxas de lucro de 19% ao ano), mas principalmente em escravos e terras (com taxas de lucro variáveis, que jamais passavam dos 10%). A reconversão se explica, segundo os Florentino e Fragoso, porque, na sociedade da época escravos e terras significavam poder, inserção social e possibilitavam participação política.

Algumas poucas famílias mantinham monopólios do comércio interno e externo de escravos, açúcar e charque, por exemplo, com o que se apropriavam dos excedentes regionais e, por meio de um sistema de créditos que empatava safras futuras, ajudavam na reprodução de um sistema colonial de produção, mesmo depois da independência.

Ou seja, a hierarquia escrava fazia parte da economia com traços não capitalistas – isto é, em que não se visa racionalmente o lucro, antes, em que o objetivo social é a reprodução da posição de senhor de escravos e proprietário de terras. Fragoso não comenta o assunto, mas podemos dizer que havia uma forma de subjetividade construída por essa organização social,

[36] Um estudo de M. I. Finley recorrentemente citado pela historiografia sobre escravidão afirmaria que o Brasil, ao lado de Roma, Grécia, o sul estatunidense e o Caribe seriam as únicas cinco sociedades propriamente escravistas da história. Tal afirmação prevê uma diferença entre sociedades escravistas e sociedades escravocratas. Nas primeiras, os escravos seriam fundamentais na reprodução das próprias elites, enquanto nas últimas, não. João Luís Fragoso, como se vê, argumenta na mesma direção. O estudo de Finley apareceu no final dos anos 1960. Rafael Bivar Marquese, resenhando um livro de Keila Grinberg, critica Finley por não perceber a importância das alforrias para a manutenção do escravismo brasileiro. Em direção diversa, Lovejoy, citado acima, procura entender o escravismo como modo de produção (caso das Américas), instituição (mundo islâmico) ou prática residual.

qual seja, a subjetividade escravista, possibilitada pelo amplo comércio de escravos, que os tornava mercadorias relativamente baratas – a não ser no momento da compra de si próprios. Assim, os senhores podiam articular uma ampla rede de negociação de alforrias, que, por sua vez, reproduzia a rede de favores diretamente ligada ao trabalho escravo.

O enredo realista dessa sociedade exploraria uma ascensão social particular, em que, lá pelas tantas, a personagem teria que dizer: "Nossa, como eu gostaria de ter escravos e terras, eu seria tão feliz!" – e todo o enredo seria uma série de desenganos e sucessos em busca desse nobre objetivo, no final alcançado ou não, conforme fosse o caso.

Portanto, além de dizer o que já sabemos, isto é, que o Brasil dependia do trabalho escravo, se torna fundamental acrescentar que dependia sobretudo do tráfico de escravos, sem o que fica difícil de entender os movimentos sociais, econômicos e culturais em nosso país ao longo de todo o século XIX.

Isso, contudo, não ocorreu da mesma forma em todos os lugares do Brasil. Sabemos das grandes diferenças entre a escravidão rural, urbana, na mineração, na fabricação de charque e assim por diante (ver GOERENDER, p. 423 a 507). O Rio de Janeiro, por exemplo, estando tão próximo à corte, talvez fosse o lugar em que as modificações nas leis e costumes escravistas mais tivessem impacto. De toda maneira, já a partir de 1850, ser proprietário de escravos passa a não ser algo natural, digamos assim. Vimos o que Emília Viotti da Costa comentou. O comércio intra-provincial de escravos, por outro lado, gerava instabilidades para as famílias de escravos ou ex-escravos. Na justiça, processos começavam a dar ganho de causa para escravos que reivindicavam direito de liberdade. Um dos argumentos utilizados nesses processos era de que não poderia haver escravos nascidos após 1830[37]. Sidney Chalhoub revelou como Machado de Assis – enquanto funcionário do Ministério da Agricultura – zelou, sempre em prol dos escravos, a lei de 1871.

Portanto, a partir de 1850 – ou bem palidamente, a partir de 1830 –, pouco a pouco, o poder de alforriar os escravos migrou dos senhores para o governo – leis dos sexagenários, lei do ventre-livre e abolição. Entre uma coisa e outra, também os castigos físicos passaram a ser mais e mais regulamentados. A partir dos anos 1860 e de maneira contundente a partir do final da Guerra do Paraguai, a sociedade se organizava, em termos objetivos e subjetivos, de um modo diverso daquele sustentado ao longo dos três séculos anteriores.

[37] Cf. *Visões da liberdade*, de Sidney Chalhoub e *A lei da ambigüidade*, de Keyla Grinberg.

Há um lento ocaso do ponto de vista senhorial-escravocrata, que tinha sido, por sua vez, o ponto central da construção das subjetividades mais reconhecidas e proeminentes da sociedade brasileira, ao longo de séculos. Embora estejamos aqui falando de uma historiografia mais recente, cumpre notar a análise que Caio Prado Jr. faz no capítulo 20 de *História econômica do Brasil*. Nele, o autor procura apontar para o período de "franca prosperidade e larga ativação da atividade econômica" que sucede a proibição do tráfico de escravos, em 1850, e vai até a Guerra do Paraguai, para então ganhar novo impulso. Prado Jr. afirma que as elites ficavam cada vez mais ricas e o país cada vez mais miserável – exatamente como no romance.

Nesse ambiente sócio-econômico de substituição gradual do trabalho escravo para o trabalho assalariado, Brás Cubas não tem posição, assim como o negro, ex-escravo, aliás. Isso estabelece no livro uma curiosa e patética contra-parte: em meio à miséria geral, um homem endinheirado se percebe sem ter o que fazer[38]. Suas idéias tensionam, como Schwarz mostra, subjetividade e objetividade. Por um lado, ele acompanha as novas visões racistas e científicas. De outro, permanece em uma "imobilidade intransigente", que estabelece um dos efeitos críticos do livro, o da riqueza que se funda na miséria, sem vergonha de lhe dar esmola, mas fazendo mil cálculos antes disso.

É o estudo de David Brookshaw, já citado, que nos apresenta a sucessão de estereótipos, que começam com o escravo preguiçoso e indolente, que ganha como castigo a liberdade, e vão até o mulato incapaz de trabalhar, malandro e bastante estúpido.

Para Brookshaw

> the figure of the Negro in Brazilian literature prior to 1850 (...) is practically non-existent. This is surprising if one considers the every-day roles fulfilled bay slaves in many activities. It has been claimed that their total absence from literature is an indication of the view that the Brazilian writer did not consider the slave in any way a human being, and there is no doubt some truth in this. (1986, p. 21)

Mais adiante, depois dos anos 1850, Brookshaw afirma que "the literature of the middle decades of the century exalts the mild, passive, and faithful nature of the slave, summed up best" (1986, p. 24) e também constrói a figura do demônio familiar, no que a literatura ora ficcionaliza o escravo como violento e incapaz de viver as boas normas sociais,

[38] Ver a referência a Celso Furtado logo adiante. Conferir também a sucessão dos capítulos organizados por Luiz Felipe de Alencastro em *História da vida privada no Brasil* – Império: a corte e a modernidade nacional. Alencastro parece ter organizado o livro para construir uma espécie de sucessão. Nos primeiros capítulos, os autores focam a vida escravista, enquanto nos últimos passam a acompanhar o fim do escravismo. Os artigos de Robert Slenes e Hebe Maria Mattos de Castro mostram como as relações sociais mudam, mas ao mesmo tempo continuam arcaicas, com o fim do escravismo.

ora como criança submissa e dócil. Mais tarde, já a respeito da década de 1880 e seguintes, Brookshaw considera:

> One could therefore conclude that by the time the Abolition law was passed, the literary stereotypes of the Negro were well and firmly established. On the one hand, the passive, faithful slave became the resigned, vanquished Negro; the violent slave evolved to include the passionate rebellious mulato, while the stereotype of the immoral slave lived on in the figure of the lascivious mulata, the black woman herself, like her male counterpart, being relegated to passivity, biological defeat, and complete social abandonment. Originating in Abolitionist literature, none of these stereotypes was the product of a reformed vision of the Afro-Brazilian. Rather they stemmed from the fundamental resentment of slave interests at the relentless pull of anti-slavery economics. Later, they were justified and elaborated as a result of contact with scientific theories governing racial categories. As a chattel, the Negro had been regarded as sub-human. His entry into literature in the nineteenth century helped to gel his sub-humanity for posterity. (1986, p. 42)

Não cabe, para os propósitos desta dissertação, entrar pelo século XX. Ainda assim, não custa apontar que Brookshaw vê continuidade entre as concepções de Alencar e Macedo e aquelas apresentadas pelo naturalismo e também pelo que ele denomina de *new intelligentsia*, Coelho Neto, Afrânio Peixoto e Graça Aranha[39]. Haveria uma

> twin view (...) inherited on the one hand from the original romantic vision of the Faithful Slave, and on the other from the Naturalist, and scientifically explained, vision of him as an incurable savage. (1986, p.76)

Talvez não seja gratuito que nas *Memórias*, como mostra Chalhoub, o escravo seja, de início, submisso e calado (o estereótipo romântico do escravo), e, ao final, a "ciência" seja chamada para explicar o orgulho da servilidade (o método naturalista de considerar as desigualdades). Há, no andamento da personagem e do narrador, uma expressão do andamento dos estereótipos a respeito dos negros no Brasil – um movimento que, consciente ou não por parte do escritor, é apresentado metodicamente pelo livro.

Este é mais um dos motivos pelos quais considero um engano de Chalhoub (e também de Schwarz) ver no romance a descrição de uma época de hegemonia "inconteste" do poder patriarcal. Como eu já disse, o romance organiza a problemática social de maneira mais mediada e o fato de o tempo saquarema estar no auge durante a vida de Brás não significa que Machado estivesse falando a respeito disso. Pelo contrário, distanciado historicamente, ele

[39] O capítulo 5 do livro de Brookshaw apresenta uma leitura atenta de Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Hollanda e Affonso Arinos de Mello Franco, além de algumas obras literárias, como as de José Lins do Rego. O objetivo é tematizar o declínio do sistema patriarcal. Embora seja discutível o modo como Brookshaw trata o conceito de homem cordial, sua tentativa de estudar o negro como personagem e como pensador na cultura brasileira (na segunda parte do livro) merece continuidade e aprofundamento. Cumpre lembrar ainda que, na p. 180, Brookshaw fala da trilogia de Machado como um comentário sobre o cinismo e a desonestidade de uma sociedade supostamente virtuosa. Brookshaw lembra ainda que Machado nunca utilizou a palavra mulato em seus escritos e que, mesmo em contos como "O caso da vara", ele não se aprofundou na consciência de personagens escravas (1986, p.180-181).

conseguiu traçar as características conservadoras das modificações em curso, apontando as ruínas de um modo de ser.

Celso Furtado, em *Formação econômica do Brasil*, aborda o problema expressando que na segunda metade do século XIX a "oferta de mão-de-obra constitui o problema central da economia brasileira". Furtado remete ao modo como o ciclo da borracha na Amazônia e do café no sudeste buscaram imigrantes, nordestinos no primeiro caso e europeus no segundo. E complementa:

> não seria avisado deixar de lado um outro aspecto desse problema, que aos contemporâneos pareceu ser em realidade de todos *o mais fundamental*: a chamada 'questão do trabalho servil'.
>
> Mais que qualquer outra matéria, nesta *dificilmente se conseguem separar os aspectos exclusivamente econômicos de outros de caráter social mais amplo*. Constituindo a escravidão no Brasil a base de um *sistema de vida secularmente estabelecido*, e caracterizando-se o sistema econômico escravista por uma *grande estabilidade estrutural*, explica-se facilmente que para o homem que integrava esse sistema a abolição do trabalho servil assumisse as proporções de uma '*hecatombe social*'. (FURTADO, 1985, p. 136)

Talvez não haja síntese mais acabada para a minha argumentação. Os grifos são todos meus e procuram marcar no argumento de Furtado um encadeamento que corrobora meus próprio argumentos. Pela ordem: o escravismo é fundamental para entender o Brasil do século XIX, em todos os aspectos, não apenas no aspecto econômico; formou um "sistema de vida" estável e duradouro o suficiente para se incorporar aos comportamentos das pessoas; a derrocada do sistema escravista representava para a classe dominante uma "hecatombe social". Dito isso, procurarei mostrar no romance como Brás Cubas representa essa sensação de hecatombe, em meio à qual a elite precisa reconstruir as maneiras pelas quais exerce poder e ganha significação e prestígio social.

As elites e o escravismo

Ao tratar do que chamou "região de agricultura mercantil-escravista", isto é, a Corte habitada por uma elite mercantil que lucrava com os negócios escravistas, o historiador Ilmar Rohloff De Mattos escreve a seguinte passagem:

> Na medida em que eram proprietários em condições coloniais; em que ao complementar por meio de uma produção os interesses metropolitanos acabavam por se contrapor a eles por estarem obrigados a um consumo; em que se relacionavam de modo contraditório por meio da *ideologia do favor*, com os homens livres e pobres; e em que opunham seu modo de vida e suas concepções aos de outros contingentes sociais; os plantadores escravistas construíam lentamente sua individualização, possibilitavam o recorte de uma região e pareciam mesmo constituir uma classe social. (MATTOS, 2004, p. 51-52)

O grifo é meu e assinala um ponto que pode ao mesmo tempo corroborar e discutir a idéia de Schwarz.

Corroborar caso entendermos o favor como ideologia justificadora de relações sociais por meio de um imaginário favorecedor da posição hegemônica; discutir ao entendermos que se o favor é ideologia então ele é produzido a partir de um nexo que esse favor ao mesmo tempo explica e desmente, reificando um processo.

Schwarz entendeu o favor em si como "nexo da vida ideológica", portanto, ele o entendia como ideologia, de um lado, e como relação objetiva que produz ideologia – a outra relação, escravista, segundo ele, baseava-se na força. Nesse ponto procuro manter a ambigüidade de sua interpretação. Entendo que a "combinação sui generis de núcleos de significado"[40] sociais na obra de Machado de Assis demanda, se seguirmos a proposta interpretativa que se aproveita da estrutura de classes do país, além da explicação do nexo do favor, elucidações via nexo da escravidão, justamente porque ele não se dava somente no uso da força.

A constituição da classe social dominante, para retornar à letra de Mattos, passa pela individuação. "Os plantadores escravistas", diz ele no trecho recortado, "construíam lentamente sua individualização, possibilitavam o recorte de uma região e pareciam mesmo constituir uma classe social". Algo parecido se passa na análise de José Murilo de Carvalho sobre a "elite política imperial". O trecho que segue procura descrever a homogeneização da elite, estabelecendo que a subjetividade de um homem dessa classe dependia menos de sua posição tradicional na sociedade do que da "socialização e do treinamento".

> A continuidade propiciada pelo processo de independência, pela estrutura burocrática e pelo padrão de formação de elite herdados de Portugal certamente deu ao Estado imperial maior capacidade de controle e aglutinação do que seria de esperar de simples porta-voz dos interesses agrários. Mas, em contrapartida, não havia na elite e na burocracia condições para constituírem um estamento nem podia o Estado ser tão sobranceiro à nação. A burocracia era dividida em vários setores e a homegeneidade da elite provinha mais da socialização e do treinamento do que do status comum e de privilégios que a isolassem da produção agrícola de exportação e encontrava na necessidade da defesa dos interesses dessa produção um sério limite a sua liberdade de ação (2002, p.40).

O trecho, como fica evidente, dialoga com Raymundo Faoro, para criticá-lo. Embora esse seja um aspecto fundamental do que diz José Murilo de Carvalho, saliento o limite da "liberdade de ação" da burocracia para chegar ao ponto de entender que a individuação das classes hegemônicas se dava através de determinações e encaminhamentos mais ou menos restritos − do mesmo modo como explicita Mattos.

Algo disso se assemelha com a argumentação de Antonio Candido a respeito das condições objetivas da formação de um sistema literário no Brasil e ganha elaboração fundamental na forma schwarziana de que a volubilidade do narrador de *Memórias póstumas*

[40] A expressão é de Antonio Candido em "De cortiço a cortiço".

tem equivalente no ser social da elite dominante no Rio de Janeiro do século XIX. Dessa maneira, fica posta uma compreensão política e histórica da possibilidade objetiva de Machado de Assis, a partir das posições sociais que foi ocupando, compreender criticamente aquele protocolo acusado por Mary Karasch e que começava a ser trincado, embora de maneira enviesada para a elite, como o demonstra o teatro de José de Alencar e Joaquim Manoel de Macedo. Logo retornaremos à Antonio Candido. Antes é preciso colher mais um argumento no texto de Roholoff de Mattos, mais precisamente, a respeito do momento em que o historiador problematiza e analisa o "tempo saquarema", que coincide em grande parte ao tempo no qual a personagem Brás Cubas está vivo e participando da sociedade.

> (...) o aumento da felicidade, a restauração de monopólios e a expansão da riqueza constituíam-se em objetivos fundamentais para Luzias e Saquaremas, a razão essencial que os distinguia tanto do "povo mais ou menos miúdo" quanto dos escravos. E tais objetivos acabavam por pôr em destaque dois atributos fundamentais nessa sociedade: liberdade e propriedade.
> (...)
> Talvez valha a pena lembrar, nesse ponto, que a palavra *escravo* não aparece em um único trecho dos cento e setenta e nove artigos que compunham a carta de 1824. (MATTOS, 2004, p.128-129)

O escravo não era concebido como alguém que pudesse "praticar atos de vontade". Ele − para os termos da imaginação luzia e saquarema, isto é, das classes hegemônicas em termos políticos − dependia da vontade de um senhor. Evidentemente, no dia-a-dia, os escravos praticavam atos de vontade. A questão é que a escravidão e o escravo não aparecem nas pesquisas e na literatura no justo ponto em que são fatores fundamentais.

Tendo esse amplo movimento histórico em mente, Candido foca sua análise na individualização da classe senhorial e da classe burocrática − acompanhando nesses sujeitos as características psicológicas mais ou menos complexas que seriam condição objetiva e subjetiva para o aparecimento do romance no Brasil[41].

Retomando o trecho acima: liberdade e propriedade "são atributos fundamentais" nessa sociedade, isto é, a liberdade de ser patriarca. Através desses atributos, conforme Mattos, a constituição classificava os brasileiros como cidadãos ativos, não ativos ou como não cidadãos. Os cidadãos que podiam votar e ser votados eram aqueles que possuíam propriedades e eram livres. Não bastava somente ser livre. Com isso, não é demais dizer que possuir escravos era uma exigência para a cidadania plena. O que a constituição não diz é que liberdade e propriedade podem ser invertidas em uma frase como: não ser escravo e ter escravos possibilita a um homem ser cidadão no Brasil. Mais um argumento para dizer que a

[41] A individuação é um tema recorrente na obra de Candido. Aparece na *Formação da literatura brasileira* e pode ser interpretada, segundo entendo, como um tema importante também em "De cortiço a cortiço". Nesse ensaio, Candido defende que a sociedade patriarcal brasileira era, em relação às sociedades capitalistas européias, pouco diferenciada. Daí, a diferença entre os enredos que apanham parcelas de classe isoladas, em Zola, e o enredo de Aluísio de Azevedo em *O cortiço*, que flagra a proximidade das classes e sua desigualdade.

divisão de classes proposta por Schwarz tem uma só estrutura a configurar os limites de cada classe, e esta estrutura é a escravista, dado ser ela a referência política de base. E, embora estruture o conceito de cidadania presente na constituição de 1824, lembremos sempre, a escravidão não aparece nominalmente. Está apagada[42].

Por este motivo, haveria, ao lado do caminho para a consciência literária proposto por Antonio Candido[43], ainda por ser feito, um estudo da constituição do sujeito escravo e sua consciência, estudo, aliás, que a literatura de um modo geral parece ter abandonado sem antes tentá-lo[44]. Note-se que para enredos românticos, realistas ou naturalistas, a vida dos escravos teria sido fonte interessantíssima, mesmo, ou sobretudo, do ponto de vista das elites do momento. Histórias de assassinatos de filhos pelos pais, de luta pela liberdade, de conflitos morais pela caguetagem de companheiros, o longo processo de transformação pela aceitação dos termos senhoriais e/ou pela resistência a eles, a constituição de famílias em meio a dificuldades objetivas cruéis, o estabelecimento de grupos e apadrinhamentos, as relações das escravas com os senhores e toda a gama de conflitos daí resultante, filhos bastardos, mortes, rupturas familiares por venda, migrações, migrações forçadas, aprendizado de novas línguas e novos protocolos sociais, ascensão na hierarquia escrava, queda nessa hierarquia por transferências etc. Nada disso parecia e parece interessante aos nossos escritores, mas, se foi assim no "sistema" literário, não foi muito diferente − a seguirmos Karasch − em termos científicos, políticos etc.

Não obstante as dificuldades institucionalizadas, as expressões dos escravos − individualmente ou em grupos − produziram efeitos sociais em todos os níveis da sociedade e do início ao fim da escravidão (em termos jurídicos, religiosos, políticos, econômicos e culturais). Por sinal, a razão do presente trabalho é justamente perscrutar de que modo esses efeitos são material das obras literárias, no caso, em particular, o romance *Memórias póstumas de Brás Cubas.* Ou, colocando o problema de modo mais adorniano: como um

---

[42] A Constituição de 1824 não cita a palavra escravo, mas cita duas vezes a expressão "libertos" (ver art. 6 e art. 94), uma vez para garantir sua cidadania, outra para restringir seu direito de voto. A palavra ingênuo é citada uma vez, se referindo aos filhos de escravos. Caso tivesse nascido no Brasil, era considero cidadão. Mas, como afirma Rohollof, a cidadania plena estava interditada a todos eles.

[43] A aproximação entre Candido e Mattos não é fortuita. O livro de Mattos apresenta uma sucessão de notas de rodapé rementendo à obra de Candido e também à de Schwarz. Importante para o que vem sendo aqui discutido é lembrar que na nota 77 do capítulo 2, na página 140, Mattos cita o Candido da *Formação da literatura*, quando o crítico literário fala da importância da "individuação nacional" para a estética romântica. Antes disso, na página 132, Mattos cita a passagem em que Brás Cubas chicoteia Prudêncio. O objetivo é ilustrar como "as relações de poder inscritas na ordem escravista" deviam ser "vivenciadas e interiorizadas por cada um dos agentes, dominados ou dominadores".

[44] Lembre-se o caso de Luiz Gama, poeta negro, propondo uma estética poética da marimba em contraste às musas européias.

conjunto de estruturas e antagonismos sociais se tornam estruturas e antagonismos internas à obra?

Da família do senhor aos próprios escravos, todas as camadas da população sentiam e elaboravam esses efeitos. Entretanto, como os processos ideológicos se passam em grande parte e necessariamente em níveis que poderíamos chamar, em termos subjetivos ou sociais, inconscientes, é possível que a produção de sentido do escravo na vida Imperial fosse imperceptível ou perceptível apenas pela mediação de uma reação da sociedade branca, o medo das revoltas de escravos, por exemplo. Como exercício a comprovar esse parágrafo, sugiro ao leitor ir até uma biblioteca que possua livros sobre a escravidão. Abrindo esses livros nos capítulos a respeito de como os proprietários de escravos percebiam a escravidão, encontrará sem dúvida − sobretudo nos discursos de época − palavras que giram no campo semântico de medo (ver REIS, 2005; AZEVEDO, 1987; FLORENTINO e GOÉS, 1997; MATTOSO, 1990 e outros). A partir do medo, uma série de medidas autoritárias, policiais, políticas e econômicas foram tomadas − inscrevendo economia e política num campo irracional − e, com o perdão da insistência, trazendo à tona uma vez mais que a vida ideológica grossa, isto é, aquela que naturaliza os sentidos, se passou durante 350 anos, no Brasil, em grande parte, pelos discursos sobre o escravo e sobre escravidão. Era esse o nexo social que produzia ideologia, enfim.

Mais um trecho de Mattos:

> O existir cotidiano da sociedade imperial, na primeira metade do século passado, assinalado pelas manifestações várias de rebeldia negra, fazia que os homens livres, e particularmente os segmentos proprietários, não mais encarassem os escravos apenas como “as mãos e pés do senhor de escravo”, mas sobretudo como “nosso inimigo inconciliável”, no dizer de um fazendeiro da região de Vassouras. (MATTOS, 2004, p. 130)

Schwarz, em *Mestre na periferia*, argumenta que a volubilidade do narrador é um dispositivo literário que configura uma redução estrutural “de um movimento que a circunstância histórica impunha − ou facultava, conforme o ponto de vista − à camada dominante brasileira” (2002, p.35). É precisamente o ponto que pretendo desenvolver, mas além de confirmá-lo será preciso, como se viu, discuti-lo.

Confirmá-lo porque a volubilidade caracteriza a classe dominante brasileira como o mostram, além do próprio Schwarz, um sem número de estudiosos nos incontáveis relatos de sadismo, crueldade, capricho e ganância da classe senhorial (FREYRE, 2002; KARASCH, 2000 e outros). Discuti-lo porque o arbítrio e a volubilidade não descrevem apropriadamente o romance quando tomado para além do aspecto formal (mais adiante trocarei em miúdos esse problema).

De tudo o que foi dito até aqui, ficam dois pontos:

(1) se a redução estrutural da volubilidade da elite para a volubilidade do narrador de *Memórias póstumas* deve ser melhor estudada, pode ser que tenhamos algum resultado caso suponhamos que possa haver redução estrutural impregnada pelo nexo da escravidão; era o único nexo que atravessava toda a sociedade com força suficiente para se tornar imanente às diversas formações isoladas (sujeito, família, direito, política, literatura), ainda mais porque, como vimos, o nexo escravista tendia e tende a desaparecer em seus próprios termos e reaparecer como "medo", "favor", "dependência", "volubilidade" etc, conforme forem as esferas sociais que estavam se racionalizando na época, entre elas, a literatura.

(2) É preciso pesquisar um método para desvendar a redução estrutural determinada pelo nexo escravista, sempre levando como suposição que ela ocorra e seja uma boa maneira de estudar a obra literária. Como o nexo ideológico da escravidão constitui, em termos imanentes, o livro? A redução ocorre ou é preciso, em relação ao nexo escravista, rever a idéia de redução estrutural?

Toda essa primeira parte procurou discutir os postulados de Roberto Schwarz localizando-os em uma espécie de estrutura formal que – se esta dissertação tem algum cabimento – vem produzido efeitos em obras de interpretação do Brasil desde os anos 1930 até a década de 1970. Chamei de ambivalência a essa estrutura formal em que pesquisadores afirmam que a escravidão ou o escravo é fundamental, determinante, central para entender o Brasil do século XIX, mas ao mesmo tempo deixam tanto a escravidão quanto o escravo – ora um, ora outro – secundarizados na organização formal de suas apresentações (o que também acontecia nos estereótipos literários). Isso deixa entrever um ponto de vista persistente em todas essas análises – que, ao mesmo tempo, o criticam: o ponto de vista da elite hegemônica escravista. Sob seus conceitos a alteridade fica reconciliada com propósitos conservadores, quer pelo equilíbrio mestiço dos antagonismos, quer pelo silenciamento do escravo-coisa. Roberto Schwarz não desvia de todo dessa tradição – e, ao que parece, não havia mesmo como fazê-lo na década de 1970. Já no livro de 1990, há um processo de superação, segundo entendo, processo que tem muito a ensinar a quem, como eu, inicia a pesquisar agora. Meu objetivo foi me manter no rastro dessa superação, proporcionada, a meu ver, pelo aprofundamento no romance – que exigia outro ponto de partida (não o favor, mas a volubilidade) – e pelo contato com a historiografia recente a respeito do século XIX. Com isso, tanto favor, quanto volubilidade, explicam o narrador e sua ideologia, mas deixam por ser explicado o negativo do livro, isto é, aquilo que o narrador e a personagem desconhecem sobre si e sua posição na sociedade e que, não obstante, constituem ambos.

A volubilidade narrativa silencia a alteridade social do narrador, ou, em termos para mim mais precisos, a luta de classes. Logo, a volubilidade como conceito que visa reter a totalidade do ser social subsume as particularidades que a contrariam no processo social. Passa a compartilhar, assim, certa ideologia, pela qual uns falam e os outros obedecem e/ou apanham. Nesse sentido, o “cala a boca, besta”, que Brás Cubas grita quando chicoteia seu escravo, acaba por ecoar um modo de ler o romance sem levar em conta aqueles a quem Brás pensa que sempre subjuga em todos os aspectos.

PARTE II

4 O narrador em *Memórias póstumas de Brás Cubas* – ilusão e volubilidade

O propósito desta parte é apresentar uma leitura das *Memórias póstumas de Brás Cubas*, publicadas por Machado de Assis em folhetim na Revista Brasileira, de março a dezembro de 1880, e em livro, em 1881. Principalmente, procuro entender como as estruturas escravistas constituem a forma do romance – supondo, como suponho, que o façam ainda atualmente – isto é, que o silenciamento da alteridade presente no romance como estrutura de construção da personagem e do narrador continua sendo efetuado por leitores, diante do livro, nas ruas e instituições.

Estrutura escravista fica compreendida, para meus propósitos, como o "complexo patriarcal" de reprodução das elites e das hierarquias sócio-econômicas no Brasil, tal como vimos descritas em João Luis Fragoso e José Murilo de Carvalho.

O complexo patriarcal e a estrutura escravista não decaíram concomitantemente. O que Chalhoub chama de "imaginário patriarcal" continua funcionando no modo como construímos a realidade. Na linguagem de Adorno, seria um tabu:

> sedimentação coletiva de representações que, de um modo semelhante àquelas referentes à economia, já mencionadas, em grande parte perderam sua base real, mais duradouramente até do que as econômicas, conservando-se porém com muita tenacidade como preconceitos psicológicos e sociais, que por sua vez retroagem sobre a realidade convertendo-se em forças reais. (ADORNO, 2008a)

Por associação, a derrocada da organização escravista não correspondeu diretamente à derrocada do complexo patriarcal – o que gera um descompasso interessante para a literatura. Em outros termos: a sedimentação coletiva de representações escravistas perdeu suas bases reais, mas evidentemente se conservou como preconceitos. Apenas levando o olhar crítico para além dos preconceitos do narrador é possível fazer uma leitura radical das *Memórias.* A meu ver, as *Memórias póstumas* ficcionalizam a decomposição do corpo econômico escravista, ao mesmo tempo que representam a permanência da linguagem – no que tentei chamar de inércia ideológica – do complexo patriarcal. Aparentemente, o narrador tem sérios

limites e algumas idéias ridículas, mas não há mais como negar que algumas das estruturas por meio das quais ele enxerga sua realidade são compartilhadas em certo sentido pelo que de melhor se produziu nas ciências humanas do século XX. Ou seja: ainda é preciso construir mediações para conseguir ler as *Memórias* contra a visão de Brás Cubas. Sem grande esforço teórico, correremos o risco de acreditarmos que ultrapassamos o narrador, quando, na verdade, compactuamos, mesmo que em parte, com seus preconceitos e limites.

Antonio Sanseverino, em sua tese, mostra que Machado de Assis trabalha consistentemente com variações realismo-alegoria (por exemplo, o narrador tem consistência histórica e está morto). A forma alegórica (tal como Benjamin a pensou, como uma espécie de ruína) e a forma realista procuram apreender um movimento social profundo, em que os sujeitos são incapazes de conscientizar a própria decadência[45].

Argumentarei que o escravismo em sua decadência é uma espécie de estrutura de fundo, recalcada no andamento do romance e na constituição da posição da principal personagem, insegura e vacilante em suas opiniões. O escravismo no romance ganha ao longo da trama consistência proibitiva. Não se fala nele – ele talvez constitua o que Fredric Jameson pensava ser o inconsciente político. Propriamente, o andamento das *Memórias* recalca o escravismo.

A luneta que uso para ler o romance, por assim dizer, é a ilusão do narrador a respeito das próprias capacidades e possibilidades. Tal ilusão aparece como uma espécie de conflito subterrâneo entre um complexo de concepções degradadas e um complexo de concepções que surgia com o desaparecimento iminente, plenamente sentido a partir da década de 1850, da escravidão, e a organização de novas relações sociais e políticas.

Procuro demonstrar que a volubilidade do narrador não descreve adequadamente o romance em sua totalidade. Descreve, como Schwarz demonstrou, a forma das *Memórias*, mas deixa em aberto o conteúdo social e a mediação crítica que iluminaria esse conteúdo. A ilusão desautoriza o efeito de realidade construído pelo narrador – que é uma maneira de ele estabelecer seu poder – para evidenciá-lo (o narrador e o efeito de realidade que ele constrói) como ruína, alegoria, no sentido em que os modelos que Brás manipula ou pensa manipular estão vazados pela estrutura da organização social que morre[46]. O poder que o conceito de volubilidade subentende é uma ilusão que o narrador tem a respeito de si próprio, ilusão que

[45] A tese de doutorado de Antonio Sanseverino desenvolve a tensão entre alegoria e realismo na obra de Machado como um todo.
[46] Ver os fragmentos de *O drama barraco alemão*, de Walter Benjamin, que iniciam nas páginas 56, 57, 76 e 199, bem como a seção III do capítulo "Drama barroco e tragédia", principalmente a parte sobre Hamlet.

nunca deixa de induzir também o leitor. Como personagem literária, Brás Cubas está construído sob a dupla característica de enganar a si e aos leitores a respeito de seu poder ou, nas palavras do próprio Schwarz, de sempre procurar pretexto para uma supremacia qualquer.

O método, construído a partir dos desenvolvimentos apresentados na primeira parte desta dissertação, será o de ler o romance procurando não atenuar as contradições que ele constrói explicitamente entre forma e conteúdo (entre hegemonia inconteste e aberta luta de classes). Em parte, trata-se de seguir de longe os ensinamentos de Antonio Candido na segunda parte do livro *O discurso e a cidade*, quando o crítico faz o que chama de "descrições críticas". Não atenuar as contradições implicaria constituir a análise a partir das contradições do objeto de estudo e da escrita acadêmica que tem servido para falar dele. Com isso, a operação crítica procura entender que a ambivalência que tem levado a expor o escravismo e o escravo como fundamentais, deixando os dois de lado na hora da exposição teórica, é uma ambivalência social – a mesma que o romance problematiza –, que a escrita crítica nem suprime, nem é capaz de revelar apropriadamente. No fundo dessa ambivalência, está uma recusa secular a se pesquisar, a partir de um ponto de vista dialético que incorpore a visão do escravo e do dependente, a organização social do século XIX[47]. Como conseqüência, tem-se estabelecido o pressuposto de que a visão volúvel da elite é capaz de reter a totalidade do ser social naquele século, quando, por suposto, ela explicita um momento das relações mais amplas e nuançadas entre as diversas posições sociais. Caso, pelo contrário, ainda entendermos que a volubilidade supõe uma espécie de identidade entre o poder do senhor e a ação dos escravos e dependentes, podemos lembrar do argumento de Adorno na tentativa de dialetizar negativamente:

> Es precisamente el insaciable principio de identidad el que perpetúa el antagonismo mediante la represión de lo contradictorio. Lo que no tolera nada que no sea como él mismo impide la reconciliación por la cual se toma. La violência de la igualación reproduce la contradicción que extirpa. (ADORNO, 2008, p. 139)

A volubilidade narrativa, tal como Schwarz a desenvolve, não fica subsumida como expressão do próprio narrador. Pelo contrário, é um procedimento crítico dos mais interessantes, que se aliena do seu objeto, permitindo que o compreendamos de modo crítico. Não é meu propósito negar o conteúdo crítico das formulações de Schwarz, que estão presentes a cada linha de seus escritos. Aponto apenas esse problema de fundo histórico que, no que se refere à visão dos conflitos e lutas de classe, coincide em aspectos relevantes com o objeto de sua crítica.

---

[47] Adorno e Horkheimer escreverem em *Dialética do esclarecimento:* "O burguês nas figuras sucessivas do senhor de escravos, do empresário livre e do administrador é o sujeito lógico do esclarecimento" (1985, p. 83).

A forma ambivalente – se estou correto – deve ser referida ao conteúdo social do apagamento e silenciamento da escravidão e do escravo, mas não significa, como já se disse, um julgamento depreciativo do que tem sido feito em ciência. Seria uma prepotência sem tamanho. Antes, procura ser um modo de descrever uma espécie de estrutura que tem servido como base histórica na avaliação literária das *Memórias.* Em Schwarz – nuançada por um trabalho de mediação que seria preciso estudar melhor –, ela aparece do seguinte modo: a sociedade do século XIX é baseada na escravidão, sendo ela determinante e fundamental. No entanto, o nexo efetivo da vida ideológica a explicar o Brasil "como um todo" – e também a literatura – é o favor. E o modo de ser da elite, determinado ou facultado pelo favor, é a volubilidade. Por esta razão, o narrador das *Memórias*, um homem da elite, é volúvel e esta volubilidade estaria diretamente ligada ao exercício discricionário do poder deste narrador frente aos dependentes, escravos, leitores e literatura.

Minha questão é manter a escravidão e o escravismo no horizonte da análise, para com ambos tentar a insurgência do diverso, do contraditório no horizonte do livro e do complexo patriarcal – a partir da suposição, baseada em tudo o que temos visto, que o apagamento do contraditório é conteúdo social recorrente nos séculos XIX e XX. Trata-se de incorporar a ambivalência, sem a preocupação de resolvê-la teoricamente numa síntese ou retê-la numa totalidade. Como a dizer: no horizonte do poder existem pessoas e isso deve ser levado em toda consideração porque nos leva a, ao menos, perscrutar constelações de sentido apagadas ou silenciadas, mas que constituem os ângulos e plataformas para criticar sentidos prontos.

A inspiração – como terá ficado claro – vem do trabalho de Walter Benjamin – sua concepção de Idéia em *Origem do drama barroco alemão* – e Theodor W. Adorno, especialmente de seu *Dialética negativa*. Com os dois, procuro compreender a volubilidade pela maneira como ela não foi construída – considerando possibilidades históricas da construção desse conceito que ficaram subsumidas nele próprio. Acredito que essas possibilidades históricas estão objetivamente disponíveis com o andar das discussões de historiadores recentes a respeito da escravidão. Assim, o que a volubilidade subsume não é um problema conceitual, mas um problema social de fato, como procurei mostrar. A constelação, aqui, por assim dizer, não fica construída a partir de um ponto de vista distanciado, capaz de perceber a ligação entre os corpos celestes. A constelação é vista de um corpo para o outro, supondo uma sociedade complexa, em que a principal diferenciação existente era a de senhor – escravo. Para meu uso, li Adorno e Benjamin a partir da seguinte

problemática: como construir uma leitura que considere os conflitos e as contradições da nossa história no objeto – as *Memórias póstumas*?

É bem verdade que o favor pode ser entendido como uma particularidade das estruturas escravistas (e, sendo particularidade, mais propício à interpretação estética e literária, conforme argumentaria, talvez, Lukács), o que obrigaria a dizer que tanto faz que esteja o favor ou o escravismo no centro da análise, já que se referem, por assim dizer, a aspectos de uma mesma organização jurídica, social, econômica – e, então, dependerá do ponto de vista que se queira privilegiar em cada análise.

Contudo, a volubilidade não corresponde ao andamento mais amplo do enredo e como que o desmente. Dito de outro modo: a volubilidade narrativa está formulada a partir do horizonte social do narrador, como afirma Schwarz, mas, ao contrário do que ele afirma, não implica este narrador ficcionalizar as elites do século XIX como um todo (pelo contrário, como mostramos, o narrador não pertence ao "clube"). Da mesma maneira, as posições de poder que a elite ocupava não são ocupadas por Brás, nem ele consegue conscientizar – na lógica do romance – as contradições e resistências que encontra. A volubilidade descreve o romance em sua forma, mas não serve para entender o "conteúdo social" sedimentado nessa forma, que é o consistente silenciamento da alteridade – porque partes das relações que produzem e reproduzem os conteúdos sociais estão silenciadas e apagadas no romance e no modo como, muitas vezes, o lemos. A volubilidade é um momento da constelação, mas está calcada no ponto de vista do proprietário.

Forma e conteúdo são difíceis de separar sem cometer grosserias teóricas e, de imediato, tendemos a equipará-los: são inseparáveis, momentos da mesma coisa etc. Contudo, ainda que um modo de pensar pós-estruturalista nos ensine a criticar esse tipo de dualidade, ele não deve nos levar a esquecer que a divisão e a hierarquização são conteúdos efetivos da forma deste romance. Mesmo sendo erigida como crítica, a volubilidade corresponde em algum aspecto à ilusão do próprio narrador a respeito de si mesmo e das características da alteridade social, isto é, o conteúdo social da forma volúvel é, segundo acredito, propriamente a inconsciência e instabilidade das subjetividades formadas em um sistema escravista de exploração. A particularidade do romance está em desmentir o poder de Brás, não porque Machado pensasse que as elites não concentravam poder – e isso é muito importante –, mas porque o romance problematiza outro momento da consciência hegemônica, qual seja, a do descompasso entre o que se pretendia fazer com o país e o desenraizamento das diversas formas de conhecer e modificar a realidade em relação a essa mesma realidade. Nesse sentido,

as idéias fora do lugar, como mostra Schwarz, passaram de problema estético para qualidade artística, a partir de uma viravolta ideológica do autor.

Schwarz (2000, p. 58-59) argumenta de modo inspirador que o romance, até o capítulo IX, é regido por uma forma volúvel que, depois de estabelecida, caracterizando a "feição social do narrador", virá a ser conteúdo na estrutura do livro. Tudo isso permitiria que a volubilidade fosse entendida em três níveis, condição humana, feição pessoal e característica brasileira. Apontei acima que os exemplos que o próprio Schwarz traz, de Hannah Arendt e Eric Hobsbaw, apontam para uma característica abrangente do arbítrio e, talvez, da volubilidade, o que permitiria entender a questão para lá na nacionalidade. Quer dizer, não há elementos, a partir do material que os historiadores nos oferecem, e a partir do material sugerido pelo próprio Schwarz em suas notas de rodapé, para sustentar o argumento de que a volubilidade seja uma característica da elite nacional. Pelo contrário: ela caracteriza as elites de diversos países.

Ainda assim, há boas razões para insistir com o conceito. Veja-se o capítulo 4 de *Um mestre*: "satisfação subjetiva e frustração objetiva estão ligadas sistematicamente no andamento da prosa" (2000, p. 50). A volubilidade tal como Schwarz a entende supõe que a objetividade nega e resiste aos arrancos da personagem. Trata-se agora de incorporar à interpretação aquilo que a análise já explicitou.

Sob a plataforma de leitura construída pela concepção acima eu tento fundar minha leitura. Contudo, a satisfação subjetiva e a frustração objetiva não serão vistas a partir dos andamentos da volubilidade, mas da contraposição de Brás e outras personagens, sobretudo personagens "dependentes".

Como vimos, em *Um mestre* Schwarz praticamente abandona a concepção de favor – central em *Ao vencedor as batatas* –, que dá lugar às volubilidades social e formal. Com isso, ler *Ao vencedor as batatas* e *Um mestre* em seqüência embaralha o avanço do segundo livro em relação ao primeiro. Tenho defendido que, contrariamente ao que o próprio Schwarz reivindica, é possível ler os dois volumes como dois trabalhos distintos em que a diminuição da presença do "favor" no segundo volume representa um ganho e complexificação de visão histórica. No rastro dessa superação de Schwarz em relação ao seu próprio trabalho tento instalar minha própria leitura, que procura "imitar" na minha trajetória e planejamento de pesquisa aquilo que penso ser parte das condições objetivas para que Schwarz tivesse feito o salto: por um lado, seu cuidado em estar em dia com as discussões recentes a respeito do país – nos campos da História, da Economia, da Sociologia, da Psicologia e da Literatura – e por

outro lado sua permanência ao longo de anos em torno das mesmas questões e problemas. Embora, evidentemente, minhas possibilidades, meios e capacidades não mereçam sequer comparação, procurei fazer o que estava à minha mão para me colocar nos passos desse tipo de trajetória e aprender com ela. Não suponho com isso que acompanhar os debates contemporâneos – do modo iniciante e amador como o pode fazer um mestrando – conforme vão acontecendo significa uma constante "evolução" nos trabalhos acadêmicos. Os avanços e recuos são relativos e o que hoje vemos como avanço, logo ali adiante fica esclarecido como tolice. Assim, se trata apenas de fazer parte do esforço de compreensão das estruturas fundamentais do nosso país, procurando questionar – sem negar a possibilidade de engano, correção e debate – os pressupostos que nos fazem atuar nelas como atuamos.

A ilusão de Brás Cubas

O escravismo de fato não tem grande importância quando observamos o movimento das *Memórias* frase a frase. Como diz Schwarz, o narrador desconversa o tempo inteiro. Contudo, se damos um passo atrás, o romance fica um pouco diferente. Por exemplo: todas ou quase todas as mudanças importantes na vida de Brás Cubas (ou seja, no enredo do livro) não foram decididas por ele próprio – estão atreladas a uma espécie de destino que ele é incapaz de entender e que passa pela decadência de sua classe social (e, portanto, do escravismo).

Primeiro, é o pai quem lhe arranca de Marcela e manda para a Europa. Quase uma década depois, a morte da mãe lhe traz de volta para o Brasil. Enlutado, ele se mete numa fazenda e, não fosse seu pajem, Prudêncio, ele não iria ver Eugênia. Seu pai aparece e oferece uma cadeira de deputado e um casamento. A coisa não dá certo. Mais tarde, já amante de Virgília, o destino de Brás dependerá das decisões de Lobo Neves e da própria Virgília. Na hora de casar, Brás está compelido por três forças, conforme ele mesmo diz: sua irmã, Sabina, o filósofo Quincas Borba e seu amigo de todas as horas, "o gosto de luzir". Que volubilidade encontraríamos numa frase como a que Brás diz ao pegar na mão de sua amante, diante da iminência de sua partida para uma província, com o marido: "Nesta pequenina mão está toda a minha existência"? Adiante, é a irmã Sabina quem arranja para que Brás se case com Nhã-Loló e é Cotrim quem lhe arranja a cadeira de deputado. Ao fim, Quincas Borba lhe dirige os movimentos e idéias (é quando Brás descreve a si mesmo como uma peteca jogada entre as vontades de Virgília e as de Quincas). No entremeio, uma série de dependentes lhe passa a

perna. Marcela faz pouco do adolescente Brás. Dona Plácida consegue pratas usando de algumas mentirinhas e teatralizando prantos. Eugenia não se deixa enganar pelo amor falastrão de Brás e opta por ficar longe dele. E, no lado rico da força, Virgínia, centrada nos próprios interesses, com mais ampla autoconsciência, jamais se deixa levar por Brás e suas maluquices ("Fujamos!")[48].

Com tudo isso, é de se perguntar onde está a volubilidade do narrador? E até mesmo: podemos continuar sustentando que a volubilidade é o princípio formal do livro?

A volubilidade corresponde ao movimento frase a frase, dando a impressão de um narrador e uma personagem dominadores. Seria o caso de inverter o ponto e propor, além daquela, que descreve o movimento frase a frase, outra volubilidade, externa ao narrador, que lhe dirige os movimentos e determina a existência – como se ele fosse uma peteca. A volubilidade do fraseado – com a qual o narrador tenta convencer a si e ao leitor de sua superioridade – e a volubilidade externa, do enredo, que determina o narrador e o leva para lá e para cá, à revelia de si próprio, como um joão-bobo, se entrelaçam sutilmente, mas esta última, na maior parte das vezes, não se realiza em nível consciente.

Vendo por este ângulo, o personagem não manda quase nada e em quase ninguém. Sua volubilidade e poder têm, no enredo, muito de ilusão do próprio narrador e, antes, da personagem. É como se ele quisesse nos enganar, escrevendo sobre um poder que de fato não faz parte de sua existência social adulta. Foram-se o tempo e os sonhos de criança, quando seu pai achava que estava diante de alguém que seria grandes coisas e ele mesmo podia chicotear Prudêncio como quisesse, como se o escravo fosse uma besta pura e simples. Um exemplo do que ficou dito talvez seja a passagem em que, depois de perder o ministério, Brás diz a Quincas: "Tantos sonhos, meu caro Borba, tantos sonhos, e não sou nada" (Cap. CXLI).

O historiador José Murilo de Carvalho (1996) ensina que o Imperador escolhia ministros e senadores a partir de uma lista tríplice, construída por votação. Geralmente, os que chegavam a ministro tinham recebido um treinamento especial, com anos de vida pública. Vinham de famílias influentes, passavam pela magistratura, pela imprensa, por uma deputação provincial, uma deputação geral e, não raro, por uma presidência de Província[49].

Brás Cubas, portanto, não soube ler a situação. Suas chances eram rigorosamente nulas, não só quando medidas pela trajetória "real", que devia estar bem presente aos leitores

[48] Brás também pensa em fugir com Marcela, no que também é frustrado por vontades que não as dele.
[49] Ver, a esse respeito, especialmente, o capítulo "Unificação da elite: a caminho do clube" (p. 107-127). O caminho para o ministério fica visível em um quadro, na página 113, anexado a este trabalho.

coevos, mas também quando medidas pelas trajetórias propostas na lógica interna do romance, a de um Lobo Neves, por exemplo[50].

Brás está construído ficcionalmente como alguém que se imaginava e se imagina (até o ponto onde isso ainda é possível, depois da morte) alguém com poder – um poder em franca discrepância com suas ações, ridículas frente aos objetivos que pretendia alcançar, o que é corroborado ao extremo pelo episódio do emplasto. A esse respeito, mais uma vez, a análise de Schwarz traz importante colaboração: se trata de uma personagem em que os problemas se resolvem e transitam na imaginação.

As *Memórias*, do modo como as leio, contam a história de um homem iludido a respeito do seu poder e possibilidades de agir, um homem que se expressa por meio de uma linguagem-tabu, inadequada aos problemas da sua vida e da sociedade que se reformulava. Essa ilusão, contudo, não é escancarada; o narrador poucas vezes consegue compreendê-la. Isso talvez evidencie o tratamento consciente e estruturado que Machado de Assis deu ao assunto ao longo do romance – ao feitio para enganar a nós, leitores. É preciso atentarmos para os diversos movimentos (ou ao menos para os mais relevantes dentre eles) da trama (nos dois sentidos), para que não nos deixemos levar pelo narrador amplamente não confiável. Seu poder aparentemente discricionário e abusivo, conforme tentarei demonstrar, é um poder em parte delirado, um tipo de compensação imaginária para a perda de poder real – ou seja, sob esse aspecto, volubilidade também é ideologia.

Se temos a imagem de senhores de escravos ou homens da elite extremamente poderosos, arbitrários e volúveis, não é necessariamente essa a figura que o livro nos apresenta[51], ao menos não do início ao fim. Se a criança Cubas parece realmente toda-poderosa, o adulto terá sérias dúvidas de sua capacidade de influenciar os que estão ao seu redor. Com isso, peço perdão se me repito, não se quer negar a possibilidade de arbítrio e volubilidade dos senhores e da elite, apenas dizer que é preciso mediá-los pelo que está sugerido na estrutura formal do romance. Não estamos tratando de um homem de elite do século XIX, mas de uma personagem literária.

Vendo por esse ângulo, o livro mantém o tom crítico?

---

[50] Batista, de *Esaú e Jacó* é outro exemplo.

[51] Remeto ao que foi dito no capítulo "Estudos recentes sobre o século XIX", seção 2, "Os escravos e os dependentes", na presente dissertação, principalmente a citação de José Murilo de Carvalho que procura relativizar o tranqüilo poder dos senhores sobre os escravos.

A meu ver sim, como já deve ter ficado evidente. A crítica passa menos por anunciar a volubilidade desse narrador frente a tudo e mais por apontar a debilidade subjetiva dos agentes da decadência – e até desaparecimento – de uma classe e um complexo social, justo a classe escravista e o complexo patriarcal. Um sistema econômico improdutivo, em que a riqueza não circulava tanto quanto o *status*, e uma organização política excludente, que tentava tornar a maior parte dos brasileiros irrepresentáveis e afastava a política dos problemas efetivos dos habitantes, são temas da vida de Brás Cubas – e de nosso tempo, em que a concentração nos meios (subjetivos ou objetivos) de produção de riqueza, o poder de decisão e discussão política concentradíssimos e a miséria andam de par.

A decadência é tematizada de diversas maneiras. Uma delas, pouco ostensiva, mas por isso mesmo interessante, é o bacharelado em Coimbra. Segundo Carvalho (1996), o bacharelado levava à magistratura e, daí, a outros cargos e a uma carreira política. Não é o caminho de Brás, que pega o diploma e fica rodando a Europa.

Anos mais tarde, surgem quatro faculdades de direito no Brasil. A partir de então, os estudantes dessas faculdades, criando laços de amizade, compadrio e também relações políticas baseadas em socialização e idéias comuns, tornaram-se a ponta da elite (Bento Santiago, em Dom Casmurro, cursou direito em São Paulo, o que evidencia a preocupação de Machado com a verossimilhança externa das trajetórias de seus personagens). Bacharelar-se em Coimbra não significava o *status* anterior, nem tinha as conseqüências práticas que tivera, a não ser que o sujeito se empenhasse em atualizar suas relações e poder a partir do interior do "clube".

Brás vai para Coimbra antes da criação das faculdades brasileiras. Portanto, sua trajetória teria que ser: Coimbra, magistrado, deputância, presidência de província, ministério – e, mesmo seguindo os passos, nada garantiria o sucesso da empreitada. Se ele estivesse no corpo magistrado, teria chances de dar seguimento ao que Carvalho chama de socialização e treinamento. Poderia então fazer amizades com velhas e novas figuras – que já não entram na política apenas por serem magistrados (a defender os direitos da nação), mas, pouco a pouco, sobretudo por serem advogados[52] (a defender direitos civis, inclusive dos escravos, ou melhor, daqueles que intercediam por eles, dado que escravos não eram cidadãos) –, construir contatos políticos e dar seguimento à sua vida. No romance, contudo, a personagem não faz nada disso.

[52] *Dom Casmurro*, de 1900, tematiza um período um pouco posterior da história do Brasil e é escrito por um advogado. Talvez esteja aí mais argumentos para quem defende, como eu, a idéia de que havia uma mimese cuidadosa e atenta de Machado, principalmente em alguns "detalhes" como profissão e trajetória social das personagens.

Ainda assim, continua acreditando nas possibilidades políticas, como se elas fossem um direito dos homens de sua classe.

Toda essa decadência, e a ilusão inscrita nela, segundo entendo, está baseada na gradual construção de uma sociedade que tornava subjetividades como a de Brás Cubas literalmente inúteis e irrelevantes – da mesma maneira que produziam uma subjetividade escrava pretensamente incapaz de se adequar ao novo mundo, a ser substituída pelos imigrantes. Está visível no romance o desaparecimento dos escravos (o narrador o explicita no capítulo 69) – mas uma série de mediações foi necessária para que notássemos que também desaparece o senhor de escravos, justo aquele que nos narra a história como se ainda fosse o dono de tudo.

O romance narra a vida do narrador, desde seu poder ilimitado quando criança até o embrutecimento de sua ilusão a respeito do próprio poder, que alcança o momento de morrer, com os delírios a respeito do emplasto. Nesse momento da narrativa, o fantástico e convincente último capítulo, no qual o narrador esnoba todas as possibilidades da vida de seu tempo – se separando habilmente da personagem-Brás – ficcionaliza e esconde, pela negação, a afirmação da fatuidade de sua vida. Afinal, ele almejou tudo o que nega, com ironia superior, nessas linhas. O leitor se vê diante de dois complexos em muitos aspectos coincidentes: o patriarcal, regido pela lei do pai, pela herança familiar, que é negado; o burguês, da propriedade, da família, do trabalho, também negado.

Sidney Chalhoub, no capítulo em que investiga a ciência nas *Memórias*, em *Machado de Assis historiador*, propõe que o romance trata do tempo de hegemonia da ideologia patriarcal, o tempo saquarema, de 1853 até 1871. Também José Murilo de Carvalho vê o período entre 1853 e 1871 como o "apogeu" do período regencial. Há ainda o livro do historiador Ilmar Rohollof. Nele, o autor esclarece as diferenças que havia entre luzias e saquaremas ou entre liberais e conservadores – frequentemente tidos como semelhantes ou idênticos, conforme o ditado. A partir deste estudo, se pode ter uma idéia das diferenças intra-elite e das lutas que levaram do ministério Paraná ao ministério de Rio Branco. Nesse caso, existem diferenças fundamentais entre o romance e a política, entre o narrador Brás Cubas e as elites nacionais da época e entre a hegemonia saquarema da história tal como a conhecemos e a decadência de Brás. Machado não se propunha a mimetizar a elite como um todo, mas uma parcela decadente dela – e fez isso em chave ridícula, altamente estetizada, como, aliás, Raymundo Faoro soube precisar no seu *A pirâmide e o trapézio* e em outros trabalhos. Na passagem abaixo, Faoro utiliza Simão Bacamarte, mas poderia ter utilizado Brás

Cubas – da mesma forma que no final de *Os donos do poder* recorreu a Dona Benedita (e igualmente poderia ter recorrido a Brás Cubas):

> O processo por necessidade externa, a progressão, impulsionado por uma vontade tecnocrática não é mais do que um fim subjetivo de um grupo de pessoas, incapaz, por não se irradiar como força interna, de se incorporar à história. Por isso, em certos casos, as modernizações, depois que chegam ao fim, que é quando a elite, como a encarna Simão Bacamarte, muda de objetivos, parecem nunca ter existido. Elas se circunscrevem ao tempo circular, com uma memória condicionada ao tempo precário, que duram enquanto outra onda se sobrepõe à atual, desfazendo-se ambas. A história que daí resulta será uma crônica de déspotas, de governos, de elites, de castas, de estamentos, nunca a história que realiza, aperfeiçoa e desenvolve. A história, assim fossilizada, é um cemitério de projetos, de ilusões e de espectros. (FAORO, 1992)[53]

Meu argumento, portanto, se diferencia um pouco do de Chalhoub, justo no sentido que o período de vida de Brás, quando medido pela lógica da História, é de evidente e consensual predomínio da ideologia escravocrata e patriarcal. Contudo, a lógica do romance não especula sobre esse domínio, mas sobre as conseqüências dele na subjetividade de uma personagem como Brás Cubas, levando a uma idéia de poder desmedido, quando ele já não podia funcionar como funcionava anteriormente. A estetização de Machado atenta para o momento da decadência do patriarcalismo, porque Machado – e o próprio Brás narrador – escreveu já sabendo o que aconteceria a partir do fim da Guerra do Paraguai[54].

Se essa maneira de ler tem cabimento, podemos compreender o romance como uma ridicularização do poder em alto e bom som, algo mais corrosivo do que a ironia, uma espécie de ironia em segundo grau.

A idéia de Chalhoub, de que tanto em *Memórias póstumas* quanto em *Helena*, a estrutura de fundo é a "metodologia dos dependentes", de ambivalência entre a concepção senhorial e a concepção dos agregados, fica de certo modo instável diante do narrador em primeira pessoa das *Memórias*, mas permite um bom contraponto em relação a Schwarz e ajuda a entender como o romance se estrutura para não ter uma verdade estanque, mas sim preparar modos de aproximação a ele que não desmentem o leitor mais conservador, mas que o mantém no campo de sua crítica.

---

[53] É curiosa a proximidade entre o modo como Faoro descreve as modernizações e o modo como Schwarz critica as modas universitárias se alternando sem aprofundamento e conseqüência maior.

[54] Raymundo Faoro escreveu: "O estamento dos bacharéis, incapaz de se renovar e de se enriquecer, cede lugar ao estamento dos militares, transitoriamente, até que as oligarquias estaduais entrem na cena" (2001, p. 401).

A questão inverte, com produtividade: se em Schwarz havia um predomínio arbitrário do narrador sobre a massa narrada, em Chalhoub, o narrador pensa dominar a matéria narrada, que, no entanto, lhe desmente o tempo inteiro.

O historiador utiliza a incapacidade de Brás em compreender que a alteridade possa ser de fato alteridade, com um movimento subjetivo particular e um desejo não dedutível de seu próprio desejo – estruturado pela relação desigual, mas não necessariamente submetido ao pólo dominante da relação – para descrever o "imaginário patriarcal" ou a "fantasia histórica do patriarcalismo", justo aquela em que escravos e agregados jamais têm vontade própria, restringindo-se sempre ao que diz e manda o senhor. Fixado na ponta de seu nariz, Brás não vislumbra a alteridade dos dependentes e escravos.

A trama do livro está para lá de Brás Cubas e também dos dependentes, sua trama procura evidenciar uma estrutura social que decompõe indivíduos, justo a estrutura escravista – que gera e concentra uma grande riqueza improdutiva, signo do Brasil até hoje. É uma espécie de destino trágico, que é também dos leitores, mas com a particularidade de que está construído a partir da história – que, contada pela escrita-tabu de Brás faz lembrar a descrição de Benjamin para a alegoria: a face hipócrita da história como "protopaisagem petrificada" (1984, p. 188).

Por tudo isso, acredito que o principal do romance se passa no tempo de consolidação (1840-1853) e apogeu (1853-1871) da ideologia patriarcal escravista, que era uma ideologia em defesa da elite escravista – Brás Cubas vive entre 1805-1869 –, mas que isso não significa que toda a elite do período participasse do apogeu, nem que a literatura que fale das elites deva necessariamente ficcionalizá-las como poderosas. Como demonstra Rohollof, o Brasil era um complexo de regiões e interesses. Como vimos anteriormente, não devemos pensar que só porque Brás Cubas possui 300 contos quando morre, pertence às elites de sua época entendidas como uma totalidade homogênea; nem fica certo dizer que só porque a elite patriarcal escravista estava no apogeu de seu poder, isso significa que Brás Cubas representa em termos ficcionais uma figura da elite dominante. É preciso ir ao livro para ver como as coisas acontecem e, no livro – ao contrário da História –, não se trata de apogeu, nem de domínio irresoluto, pelo contrário, se trata de uma personagem que vai perdendo influência, morre sem amigos, sem família, sem poder – e, não obstante, cheio de dinheiro.

Uma das estruturas primordiais do romance, portanto, é a formação das hierarquias políticas, econômicas e sociais. Brás está no topo da hierarquia econômica (ainda que fora do campo produtivo), tenta crescer na hierarquia política, mas fica longe do topo, e é

visivelmente ridicularizado por uma baronesa que visita Virgília, o que, ao lado de seu malogrado enterro, mostra que não integrava de todo a elite social. O desencontro entre as hierarquias e o processo que leva a cada uma delas estrutura, de certo modo, o romance. De outro lado, a ilusão de poder leva o narrador a desconsiderar os dependentes como agentes de seus (deles, dependentes) interesses, de maneira que ele fica enganado pelos de cima e pelos de baixo e, para rematar, engana-se a si mesmo, como era costume seu pai fazer.

De que maneira o romance apresenta tudo isso?

Proponho começarmos pelo capítulo IV, "A idéia fixa". Nele, Brás comenta sua idéia fixa de inventar um emplasto para a melancolia. De modo hiperbólico[55], lança as considerações para o plano da História, quando tenta ilustrar a seguinte concepção: "Viva pois a história, volúvel história que dá para tudo; e, tornando à idéia fixa, direi que é ela a que faz os varões fortes e os doidos; a idéia móbil, vaga ou furta-cor é a que faz os Cláudios – formula[56] Suetônio."

Brás considera a própria idéia com o adjetivo de fixa. Contudo, o leitor tem à sua frente, o tempo inteiro, a dependência da personagem em relação aos projetos alheios, numa sucessão de mudanças repentinas. Brás diz uma coisa, mas o que narra nos mostra outra. Por exemplo: temos boas razões para adjetivar as idéias de Brás com o adjetivo de móveis.

A mobilidade de Brás fica esclarecida por uma passagem do capítulo XI. "Outrossim, afeiçoei-me à contemplação da injustiça humana, inclinei-me a atenuá-la, a explicá-la, a classificá-la por partes, a entendê-la, não segundo um padrão rígido, mas ao sabor das circunstâncias e lugares." Frases adiante, o narrador dirá que o que lhe governava eram "os nervos e o sangue" – espécie de pulsão em que o social e o corporal se encontram, sacudindo o indivíduo.

Teríamos que emendar Brás e dizer que além das circunstâncias e lugares também as pessoas o faziam mudar de idéia o tempo inteiro. Ele incorpora os movimentos causados por tantas mudanças à própria sensação de domínio e poder frente a tudo. Tentará nos convencer que suas idéias são fixas, mas tudo o que faz deixa claro que elas são móveis e, principalmente, não dependem de uma decisão sua.

---

[55] Utilizo a expressão a partir de Eugênio Gomes, em *O enigma de Capitu*.
[56] Há divergência na grafia da palavra. Nas obras completas da Aguilar e da Jackson aparece "formula". Em diversas edições populares aparece "fórmula". Optei pela grafia da edição da Aguilar, mas fica a ressalva.

É nesse ponto que a volubilidade, como descrita por Roberto Schwarz, mostra seu apuro analítico. De fato, o narrador não se sustenta e afirma no capítulo XI quase o oposto do que dizia no capítulo IV.

Chama a atenção que Brás chega aos nervos e ao sangue, no que a literatura exemplifica um processo de naturalização ou incorporação da história – ou do arbítrio, ainda que imaginário (e nem por isso menos contundente), de Brás. Os nervos e o sangue – os sucessivos repelões – passarão a explicar as atitudes da personagem, em lugar de sua posição social e histórica. O enredo, contudo, vai deixando pistas de acusação da imediatez dos repelões, sugerindo que está construído por uma história tornada corpo, gestos, modos de pensar e modos de escrever (exatamente como demonstrou Schwarz). É então que Brás – conduzido com mão de mestre por Machado – alcança um dos raros momentos de auto-conhecimento apropriado:

> O que importa é a expressão geral do meio doméstico, e essa aí fica indicada – vulgaridade de caracteres, amor das aparências rutilantes, do arruído, frouxidão da vontade, domínio do capricho, e o mais. Dessa terra e desse estrume é que nasceu esta flor.

O trecho tem algo de redundante, um aspecto interpretativo que atropela o espaço do leitor. Como se o narrador pretendesse, em certos momentos – "Valha-me Deus! É preciso explicar tudo" –, deixar clara a superioridade de suas próprias interpretações quando comparadas com a de qualquer outro. As idéias "fixas" mudam o tempo inteiro, no movediço terreno dos repelões e do autoritarismo patético do narrador.

O meio doméstico, no capítulo X, considerava que o menino poderia ser de tudo: bispo, cônego, Napoleão. Como todas as opções não passavam de brincadeiras de adultos, o pai acolhe o bebê em seu colo e diz que ele seria o que Deus quisesse. O efeito cômico se constrói adiante, a partir do capítulo XXVI, quando será o pai de Brás (Deus?) que decidirá o que o maroto deve fazer.

Se antes a história ficava condensada num repelão de nervos, agora ela se transfere para Deus. Sempre um movimento, algo aristocrático, que não apreende as posições dos sujeitos na história – uma subjetividade sem eu nem outro, em que id e superego governam alternadamente, ora como repelão, ora como Deus.

Indo adiante no enredo, o problema ainda é semelhante. O Brás jovem, metido na galera que o levaria para Lisboa, começa a esquecer Marcela (comicamente descrita como "idéia fixa") no momento em que o capitão do barco lhe prediz um "grande futuro".

> Um grande futuro! Enquanto esta palavra me batia no ouvido, devolvia eu os olhos, ao longe, no horizonte misterioso e vago. Uma idéia expelia outra, a ambição desmontava Marcela.

> Grande futuro? Talvez naturalista, literato, arqueólogo, banqueiro, político, ou até bispo – bispo que fosse –, uma vez que fosse um cargo, uma preeminência, uma grande reputação, uma posição superior. (...) Adeus, amores! Adeus, Marcela! Dias de delírio, jóias sem preço, vida sem regime, adeus! Cá me vou às fadigas e à glória; deixo-vos com as calcinhas da primeira idade.

Este é o princípio do capítulo XX. A estrutura se constrói num jogo retórico entre aquilo que aparentemente ficava no Brasil e na infância e as características da vida adulta. A vontade será negada já no capítulo seguinte, e as calcinhas da primeira idade continuarão servindo no acadêmico. A primeira frase, uma exclamação do chefe do navio, provoca toda a fala de Brás; como que abre o ralo de sua retórica. Como é comum Brás seguir idéias alheias, conforme lugares e circunstâncias, o patético do momento pode ser entendido como metonímia de um movimento mais amplo do livro, em que o desvão entre o que Brás diz e faz se abisma mais e mais, sendo a vontade aparentemente dominante guinada de lá para cá por outras vontades – que, não obstante, é como se não existissem.

Mikhail Bakhtin caracteriza em *Os problemas da poética de Dostoievski* os modos como as vozes das personagens são suscitadas por outras personagens na polifonia de *Crime e castigo*. Nesse caso, a voz do capitão da galera não tem qualquer peso porque se refere apenas ao próprio Brás – a voz do outro, qualquer que seja, ao mesmo tempo, determina o movimento de Brás e se perde na indeterminação da personagem. O movimento externo, a fórmula vazia da frase ecoante – "um grande futuro" – é uma espécie de ignição para que Brás oriente seus movimentos. Como se nas relações em que entra não existisse "outro" e nem existisse "si mesmo".

É uma maneira pela qual o romance organiza a personagem, por si tão desorganizada: o narrador compara a palavra alheia com o chocalho que a mucama balançava na sua frente para fazê-lo andar. No caso do capitão, tudo soa como uma comédia – tamanha a caricatura que o Brás narrador monta a respeito de seu interlocutor. Mas, observando com cuidado, a caricatura não é apenas a do capitão, como o narrador cuida por fazer crer. Há inúmeras pistas da própria caricatura que Brás é: o grande futuro e a maneira de alcançá-lo dura menos do que uma vaga do oceano e logo ele estará metido com a boemia romântica. Móbil, Brás não passa de um abóbora, segundo seu próprio julgamento – que, no entanto, o próprio Brás é incapaz de reverter contra si. Para si próprio, será sempre um grande homem, guiado por idéias fixas (fixas como a de Marcela...).

Seguindo o andamento do romance, veremos que depois da morte da mãe, o jovem parece desistir da vida. Nada lhe dá ânimo até que o pai vai visitá-lo, chacoalhando em sua frente, outra vez, um grande futuro, "um lugar de deputado e um casamento".

> Não estrague as vantagens da tua posição, os teus meios...
>
> E foi por diante o mágico, a agitar diante de mim um chocalho (...) e a flor da hipocondria recolheu-se ao botão para deixar a outra flor menos amarela, e nada mórbida – o amor da nomeada, o emplasto Brás Cubas.

Desta feita, o fato de Brás ser governado magicamente por uma vontade alheia salta aos olhos. Quando, capítulos adiante, os projetos do pai para o jovem Cubas não dão certo, o pai fica atônito – era Deus sendo contrariado:

> Eram tantos os castelos que engenhara, tantos e tantíssimos os sonhos, que não podia vê-los assim esboroados, sem padecer um forte abalo no organismo. A princípio não quis crê-lo. Um Cubas! Um galho da árvore ilustre dos Cubas! E dizia isto com tal convicção, que eu, já, então informado da nossa tanoaria, esqueci um instante a volúvel dama [Virgília], para só contemplar aquele fenômeno, não raro, mas curioso: uma imaginação graduada em consciência.

A análise que Brás faz do pai serviria para si mesmo, caso ele pudesse revertê-la. Esse modo de pensar sobre si mesmo ao julgar os outros – restando o si-mesmo quase sempre no nível inconsciente –, ocorrerá outras vezes, o que talvez seja um modo que Machado encontrou para construir ficcionalmente a inconsciência da personagem a respeito de si e a indecisão dos limites entre a subjetividade precária e os estímulos externos. Trata-se de uma mina para diversas leituras e interpretações.

É como se Brás pensasse mais via processos primários do que secundários, se lembrarmos por um instante o postulado freudiano. Acrescente-se que, no caso de Brás, os processos primários garantem efeito de realidade. Para abonar a idéia, pode-se recolher talvez mais de uma dúzia de passagens. O delírio, o capítulo do almocreve, a associação entre Virgília e uma moeda, a seqüência a respeito da borboleta preta, as sucessivas reflexões disparatadas, a própria idéia do emplasto. É, portanto, uma técnica literária que procura ficcionalizar um modo de ser ou, invertendo a lógica do narrador, uma consciência decomposta em imaginação.

Como estamos investigando o processo de ilusão crescente de Brás a respeito de si mesmo e da sociedade tal com ficcionalizada no romance, a passagem que exemplifica o predomínio dos processos primários que levam Brás a se expressar recorrentemente via transferências e condensações preponderantemente inconscientes é aquele em que encontra o Quincas Borba mendigo, nos capítulos LIX e LX. Brás se espanta com as condições do antigo amigo de escola, chega a pensar um projeto movido pela necessidade de “o regenerar, de o trazer ao trabalho e ao respeito de sua pessoa”. Em duas frases, o projeto está esquecido – mais uma vez, apresenta-se a idéia móbil que faz os abóboras e simplórios.

O narrador conta o que a personagem sentiu ao ver o mendigo: “não pude deixar de comparar outra vez o homem de agora com o de outrora, entristecer-me e encarar o abismo que separa as esperanças de um tempo da realidade de outro tempo...”.

Na passagem, o pensamento de Brás a respeito do amigo não poderia ser mais adequado... para que Brás pensasse sobre si mesmo. O homem de agora tinha se tornado amante de Virgília e “o grande futuro” de outrora não se concretizara. Havia uma efetiva diferença entre “as esperanças de um tempo” e a “realidade de outro tempo”. Um abismo, de fato, que Brás constata quando se trata do amigo, mas que é incapaz de ver em si mesmo, quanto mais perscrutar o que fazer efetivamente para se enraizar nos problemas de sua sociedade e se tornar de algum modo um homem de seu tempo. A própria decadência está recalcada para o entendimento de Brás, na mesma proporção que a escravidão e os escravos são conteúdos recalcados da literatura.

A contraposição entre lucro e sede de nomeada, tantas vezes apresentada no romance, lembra seguidamente daquele procedimento para o qual Fragoso chamou nossa atenção (e, de outra maneira, Sergio Buarque de Holanda): o projeto racional em direção ao lucro – que demanda um tipo de subjetividade – não tem lugar na mente de um homem que ainda entende o funcionamento social como guiado pela ostentação de signos de *status*, típico do escravismo.

Se não estou enganado, fica claro como Brás não ficcionaliza a classe dominante brasileira do século XIX, mas uma parcela dela – e, mesmo assim, uma ficcionalização de fato, em que entram processos estetizações sofisticadas, que visam colocar em ação um tipo de subjetividade no momento em que apodrece diante do funcionamento social.

Algo parecido, mas menos claro, ocorre quando Cotrim procura Brás para convencê-lo a não ir para uma província nos calcanhares de Lobo Neves. Brás considera que o cunhado o acompanhava de longe e que, mesmo depois da briga que os dois tiveram quando tentaram dividir a herança do pai de Brás, “teve sempre interesse, orgulho, vaidade nos meus triunfos. Ouvia o que se dizia a meu respeito, nas ruas e nas salas; era um concerto de louvores e admirações”.

A essa altura, o leitor não se furta de perguntar: mas que triunfos, Brás? Rigorosamente não houve triunfo algum, pelo contrário, uma sucessão de fracassos, os burros sempre dando na água. Então, seria possível pensar – embora a interpretação não seja rigorosamente assentada no texto – que Brás afirma o que pensa de Cotrim ao dizer o que

acha que Cotrim pensa dele, Brás, sem jamais conscientizar isso. Os triunfos de que fala são um delírio, não apenas pelo que sabemos dos capítulos anteriores, mas também pelo que saberemos nos capítulos seguintes: no XCIX, por exemplo, não por nada intitulado "Na platéia", Brás concebe a idéia de que assiste a vida passar – "galgara os quarenta anos, e não era nada, nem simples eleitor de paróquia"[57].

Os elementos para que narrador e personagem tomem consciência de suas ilusões estão cada vez mais presentes para o leitor. O abismo se agiganta. "Morriam uns, nasciam outros: eu continuava às moscas", diz o narrador um capítulo antes de conhecer o humanitismo. Quando fica claro que o ministério era de fato um delírio – em capítulo famoso, recortado de Xavier de Maistre, Brás silencia sobre a derrota –, e comunica a Quincas: "vou meter-me na Tijuca; fugir aos homens. Estou envergonhado, aborrecido. Tantos sonhos, meu caro Borba, tantos sonhos, e não sou nada".

Existe um andamento na trama, que faz supor crescente conscientização, por parte de Brás, personagem e narrador a respeito de sua derrocada. O pretenso poder imaginado desde a infância, o grande futuro, capítulo após capítulo, vai ruindo. Brás enuncia o fato através de uma espécie de refrão, que cruza a narrativa: "havia sonhos, mas eles estão dando errado". Contudo, a subjetividade não se testa pelo princípio da realidade e então Brás se sai com a "invenção" do emplasto.

Ele, que não possuía os "aparelhos próprios" da química, inventa um emplasto, mas é como se decretasse que, uma vez tendo a idéia, estava feito o trabalho. Evidentemente, o projeto não dá certo – como no caso do Ministério, era preciso algo mais do que ter a idéia. Brás, com suas maneiras hiperbólicas, nos informa que, posta a inexistência do emplasto, "vós ficais eternamente hipocondríacos", como se toda a humanidade melancólica dependesse dele para se curar: é o remate das ilusões, em que melancolia e ironia se fundem.

Bem verdade que se pode objetar o parágrafo acima com a ironia. Não estaria o narrador fazendo pouco do leitor? Não estaria piscando de olho, dizendo algo em que não acredita, falando por inversões?

Acredito que não – embora, evidentemente, respeite a opinião contrária. O livro se torna mais e mais concreto com o passar dos capítulos, no sentido em que se no início a

[57] A Constituição de 1824 define os cidadãos conforme diversos âmbitos. Dependendo de sua riqueza e posição social, um homem podia ou não votar em determinados âmbitos. O âmbito paroquial era aquele em que todos os cidadãos podiam votar, até mesmo os libertos. Com isso, vê-se que a expressão utilizada é bem mais do que uma expressão formal e pode designar um grande desconforto da personagem.

personagem aparentemente conseguia agir no mundo a seu bel prazer, conforme os capítulos passam, já a partir da entrada de Marcela, pouco a pouco as relações sociais esgarçam a prepotência de Brás. Com isso, a possibilidade da ironia direta vai se desgastando e seu estilo, ele mesmo o diz, não é mais tão lesto – o que não deixa de criar uma ironia mais profunda, que foge ao próprio narrador. A ironia, nesse caso, passa a ser também ela criticada, como uma postura elitista, um humor de classe, uma desfaçatez.

A modificação efetiva na história conduz à prevalência das rabugens de pessimismo na caracterização do narrador. Por isso, o capítulo das negativas não pode ser visto apenas como uma vitória irônica do narrador sobre sua vida e seus fracassos. É também a descrição de um enorme descompasso entre subjetividade e objetividade, em que tudo o que a subjetividade nega na objetividade – o fim do escravismo e seus signos de *status* – constituiu suas pulsões e desejos mais profundos.

A segmentação do livro

Na seção anterior, procurei demonstrar que Brás Cubas, tanto como personagem, quanto como narrador, está enredado, ao longo da trama, em inúmeras situações que acenam para uma ilusão a respeito de si mesmo e seu poder social e político. No entanto, conforme junta evidências disso, o narrador e a personagem preferem se distanciar da conclusão que seria desastrosa para o senso que ambos possuem a respeito de si.

Nesta seção, a ilusão será tratada a partir do enredo. O intuito é demonstrar que ela importa algo mais do que um tratamento temático e que o romance a articula conscientemente como um processo de fundo. Ela é, por assim dizer, o conteúdo da volubilidade – um conteúdo altamente estilizado, que não corresponde ao que se esperaria que fosse seu conteúdo social histórico, qual seja, o apogeu da sociedade escravista. Ou seja: Machado de Assis problematiza no romance não a hegemonia inconteste do escravismo, mas sua derrocada.

As *Memórias* abrem ao leitor uma literatura intricada, fragmentada, mas somente até o décimo capítulo. Depois disso, até o capítulo final, a história segue linearmente, ainda que, às vezes, com grandes saltos e momentâneas interrupções. Schwarz interpreta a alteração como uma passagem da volubilidade formal para uma volubilidade de conteúdo. O narrador não deixa de marcar a diferença entre as duas partes, quando, no capítulo final escreve que entre

sua morte e a de seu amigo Quincas “mediaram os sucessos narrados na primeira parte do livro”.

Ao longo dos capítulos, o narrador volúvel precisa se adequar a procedimentos que parecem se sobrepor a ele, de fora para dentro, o subjugando o tempo inteiro: “Que melhor era dizer as coisas lisamente sem esses solavancos!”. A escrita é vazada, constantemente, por uma força exterior ao narrador, algo que o domina.

Talvez o romance sobreponha duas formas de narrar. Uma mais moderna, apontando para o século XX, denotando, como diria Adorno, a reificação, a racionalização e a individuação estruturadas pelas instituições capitalistas. Outra mais antiga, que coincide com o romance burguês de adultério, mas também com os problemas da ascensão social próprios da organização social brasileira, em que favor e escravismo são fundamentais.

O curioso é que o moderno deságua no antigo – e o que parecia novo se concretiza efetivamente como o velho – deixando de sobreaviso o crítico que pretenda elogiar o “novo” ou a “inovação”. Com isso, o arranco de autonomia e espírito de individualidade, ao romper com as tradições ou citá-las fora do contexto – nada mais pós-moderno, aliás –, avança para a adequação à lei paterna ou, em outros termos, à internalização da decadência como uma utopia – um desejo político.

Se nos deixarmos levar pelos primeiros capítulos, tenderemos a descrever o livro como fragmentário e arbitrário, o que pode levar a uma ênfase no poder de Brás. Segundo entendo, tais adjetivos não cabem para os capítulos que vão do IX até o CLX, nos quais a história de Brás Cubas apresenta alguns segmentos, mas encadeados linearmente. Brás os anuncia ora como vontade de sua pena, galhofeira e melancólica, ora como um estilo que lhe corta o fio da narração. No entanto, até mesmo o tempo da escrita, na eternidade, está contaminado pelo poder do tempo vivido. A pena volúvel fica realizada como artimanha inconsciente do narrador – nesse sentido, sintoma de um recalque, que procura afastar de si a própria decadência ou desaparecimento social. Ele tenta se convencer e nos convencer de que tudo ainda está como ele espera que esteja, submetido ao seu poder. Nos eternos céus, por exemplo, ele se resguarda do poder de contar toda a verdade – mas como contar com verdade uma ilusão?

Antonio Candido, em seu *Esquema de Machado de Assis*, afirma que não importa, no universo machadiano, que a convicção de Bentinho seja falsa ou verdadeira, imaginária ou real, pois ela destrói a vida e a casa o narrador de *Dom Casmurro*. Nas *Memórias* a ilusão do

narrador, por ser ilusão, não tem menos contundência, tanto na sua vida como na vida de muitos outros. A meu ver, um dos motes organizadores da trama passa pela inconsciência de Brás diante da própria riqueza e as conseqüências que isso tem na vida de um sem número de personagens. Nesse sentido, a improdutividade da riqueza, seu acúmulo perdulário, tem conseqüências graves para o horizonte social e provoca na forma literária certa falta de sentido.

A análise precisa sair, por momentos, do centro de imantação da volubilidade, para tentar perceber alguns aspectos panorâmicos do romance. Vejamos os segmentos do enredo, ou ao menos uma das possibilidades de segmentação.

a.1) "Ao leitor" e capítulos 1 ao 9 – apresentação de uma forma de escrever aparentemente arbitrária e discricionária; construção da personagem principal e narrador do livro como um menino-diabo (pai do homem?), nascido em 1805 em uma família abastada.

a) Capítulos 10 ao 13 – infância de Brás Cubas.

b) Capítulos 14 ao 18 – relacionamento com Marcela.

c) Capítulos 19 ao 21 – viagem e estudos na Europa.

d) Capítulos 23 ao 36 – morte da mãe; retorno da Europa; período de luto na Tijuca; propostas do pai para casamento e carreira política; encontro com Eugênia.

e) Capítulos 37 ao 49 – articulação do casamento com Virgília; encontro com Marcela; Virgília desiste de casar com Brás; o pai de Brás morre; Brás fica mais ou menos dez anos sem fazer nada.

f) Capítulos 50 ao 116 – Virgília casa com Lobo Neve; após dez anos das primeiras promessas, Brás e Virgília iniciam seu longo adultério; Brás encontra Quincas Borba; arranja a casinha na Gamboa; encontra Prudêncio batendo em um escravo; conhece (e conta) a história de Dona Plácida; acompanha os projetos de Lobo Neves; Virgília tenta uma herança, em vão; Brás e Quincas se aproximam depois de este receber uma herança; Virgília engravida e aborta; Brás e Virgília quase são flagrados por Lobo Neves na Gamboa; Lobo Neves aceita uma presidência de Província; Brás e Virgília se separam; Brás escreve sobre sua tristeza.

g) Capítulos 117 ao 160 – Brás conhece o humanitismo de Quincas Borba; arranja casamento com Nhã-Loló, que morre em seguida; se faz deputado; começa a teorizar quase a cada capítulo, com princípios, retificações, aforismos; deixa Dona Plácida morrer à míngua;

tenta fundar um jornal; doa dinheiro para a caridade; reencontra Marcela e Eugênia; vê Quincas Borba morrer. Por fim, o capítulo das negativas.

Tudo isso, escusado dizer, narrado por um defunto. O tempo de escrita e o tempo da história narrada se diferenciam, o que, estruturalmente, abre espaço para a série de comentários que Brás faz a respeito de sua vida, da própria escrita e assim por diante.

Vê-se que a parte f) e a parte g) poderiam ser desdobradas em alguns segmentos. Não fiz isso para enfatizar dois personagens, Virgínia e Quincas Borba, que dominam essas passagens, dirigindo amplamente as decisões, pensamentos e ações de Brás.

O que esta segmentação nos mostra? As mudanças ou cortes entre um segmento e outro partem de "fora" de Brás Cubas. De b) para c) o pai dele interrompe, com certa violência, o relacionamento com Marcela. De c) para d), a iminência da morte da mãe o traz de volta para o Brasil. De d) para e) é o pai quem constitui as opções tanto do casamento quanto da carreira política. De e) para f), Virgília decide casar com Lobo Neves e abandona Brás. Depois eles se tornam amantes (antes de Virgília, Eugênia havia se afastado de Brás, contrariando-o sutilmente). De f) para g), Lobo Neves aceita uma presidência de Província e provoca o fim do romance de Brás e Virgília. Em g), Quincas dá a idéia de um jornal e incentiva Brás a "lutar". Por fim, uma pneumonia corta a possibilidade do emplasto – que não seria inventado mesmo que a personagem galgasse um século – e encerra a vida da nossa personagem.

Partindo desse tipo de descrição, penso ser difícil sustentar o movimento volúvel da personalidade ficcional de Brás, caso volúvel signifique a conseqüência no modo de ser do narrador de um exercício de poder discricionário, caprichoso, arbitrário tal como o da elite do século XIX. Se poderia objetar a isso argumentando que a volubilidade externa se tornou interna e Brás como que mimetizaria os movimentos da volubilidade, que são sociais – e seguiram sendo, mesmo depois do fim do escravismo. Schwarz, afinal de contas, entende que a volubilidade se apresenta como totalidade, do andamento subjetivo até o andamento político. Mas o argumento de Schwarz se utiliza do capricho e do arbítrio para compor a volubilidade e, nesse ponto específico é preciso discordar dele. Para Schwarz, a volubilidade de Brás resulta num poder imenso, discricionário, da personagem e do narrador, sobre os dependentes e sobre a forma literária. O que estamos vendo é que a forma volúvel da narrativa não possibilita uma descrição adequada das ações de Brás, amplamente determinadas por diversas personagens, de todas as classes, desde seu escravo Prudêncio até o cunhado Cotrim, desde Marcela até Virgília.

A elite volúvel, a política volúvel, embora sejam temas do romance, não descrevem adequadamente a personagem Brás, que está submetida a diversas personagens e mesmo ao procedimento literário que, não obstante, ele pretende fazer de pouco o tempo inteiro.

O principal centro das mudanças na vida de Brás são o pai dele (a lei patriarcal – incluindo nela a política, que cristaliza um estranho imaginário que aliena o sujeito não no desejo de sua mãe, como seria comum pensar, mas no destino paterno) e a morte. Também são importantes Virgília e Quincas Borba, aquela enrolando Brás por anos a fio e atrelando seus destinos às decisões, bastante volúveis, de Lobo Neves; este incitando a fundação do jornal (contra a vontade de Cotrim) e oferecendo sustentação imaginária para a não menos imaginária posição social de Brás Cubas. Por fim, Sabina influencia – ou mesmo determina – as idéias de casamento com Nhá-Loló.

Vejo a fragmentação da parte a), composta com as impertinências do narrador, como uma técnica utilizada – por Brás, mas sobretudo por Machado – para convencer o leitor de um poder que a personagem não possui. Essa técnica possui dois gumes, por assim dizer. Aquele que se apresenta ostensivamente e que cumpre seu papel – isto é, nos convence, a nós, leitores e críticos, que o livro apresenta um narrador capaz de tudo, poderoso e discricionário até mesmo contra a literatura. E aquele que desmente o narrador por meio de aspectos sugeridos pela descrição da alteridade, de Marcela a Dona Plácida, mas também do pai; pela desconversa freqüente diante de tristezas fortes e pelo descompasso entre alguém que vê na vida de todos um motivo para servir à sua própria vida (o narrador toma tal atitude quando fala a respeito de Dona Plácida, em passagem bastante referida, mas pensa da mesma forma com relação a Virgínia – basta ver o capítulo “O travesseiro”). Por fim, o modo acanalhado como Brás trata seu leitor funciona como outra maneira de tentar uma última palavra.

A forma tida como mais moderna é utilizada para expor o conteúdo mais atrasado – a ideologia do narrador, o modo como ele mesmo enxerga a si próprio. A forma tradicional expõe a ilusão de Brás, permitindo que o leitor se afaste do narrador.

A proximidade entre leitor e narrador é evidentemente uma das armadilhas do romance. O leitor que se identifica com Brás, afinal de contas, se identifica com uma posição social que, por sua vez, não é capaz de conceber identificações, dado que o escravo não é outro, mas – ilusoriamente – o si mesmo replicado. Por essa razão, quando Brás acusa ter resolvido enigmas, revelando “verdades” da condição humana, passa a ser preciso duvidar do narrador exponencialmente. Esses momentos da narrativa são aqueles em que tendemos a

dizer que Machado de Assis revela os meandros da alma, quando, em contrário, o narrador está sendo obtuso e vazio.

A escrita propõe, para dar um exemplo, constante diferenciação entre as causas externas e confessáveis e as causas internas e inconfessáveis. Com isso, somos levados a crer que está resolvido o debate, que Machado de Assis desnudou, com ironia, a alma humana, mostrando que por trás das bandeiras públicas está a sombra da vaidade e outras "causas secretas". Contudo, nas *Memórias*, pelo menos, a narrativa está organizada de maneira a não repercutir sem crítica tanto o espadim de Brás quanto a espada de Napoleão. Quer dizer, o espadim de Brás não está ali para nos revelar uma verdade ou essência humana, pelo contrário, no enredo, tal como o leio, essa estrutura não vem em detrimento de uma consciência moral apessoal que pudesse estabelecer o que é virtuoso e o que é lamentável nas ações humanas, pelo contrário, vem em detrimento da consciência do narrador a respeito dos movimentos sociais que o determinam. O livro ergue diante do leitor uma espécie de cegueira, tema e forma de sua prosa. Brás não consegue perceber adequadamente como conquistar posições sociais e políticas. Sua inconsciência a respeito das relações sociais, do chão social e histórico, faz da ignorância o próprio chão social e histórico. E sabendo o que aprendemos até aqui, talvez não exageramos se dissermos que a cegueira de uma classe é uma forma de construir realidade que apaga a alteridade do horizonte social.

Quando observamos a maneira pela qual Brás Cubas lê sua própria vida, é notável a ausência irresoluta de mediações, processos – trabalho –, o que, talvez, explique um pouco o senso a cada vez mais amalucado de suas elaborações (e, quanto mais amalucados, em certo sentido, mais realistas). Por esse motivo, não é possível dar o trabalho de crítica como pronto depois de estabelecer os lineamentos principais da consciência de Brás Cubas e seus modos de agir. Afinal, o romance não está construído para nos levar apenas até este ponto cego e nos abandonar aí, ao sabor dos repelões do narrador. Nesse caso, é preciso, com o perdão do pedantismo, mediar a mediação. A redução estrutural que, em Schwarz, leva da volubilidade da elite para a volubilidade do narrador não ocorre no romance porque o romance está estruturado para apresentar uma personagem que pensa ser como a elite política e econômica, mas não é. Uma inversão cômica do épico, como defende Enylton de Sá Rego em *O calundu e a panacéia*.

Aquilo que Brás Cubas se mostra não representa necessariamente o movimento da elite brasileira como um todo. Ele ficcionaliza uma fração da elite decadente, cujos valores são pouco a pouco soterrados por valores capitalistas. Significa propriamente que Machado

criou uma personagem que incorpora aos delírios de sua classe os argumentos científicos, mas que é incapaz de agir no mundo. Essa personagem não mimetiza necessariamente um comportamento comum das elites brasileiras do século XIX, pelo contrário. Como afirma Lukács, a categoria estética por excelência é a particularidade, o que leva a considerar que a crítica construída por Machado não está propriamente em imitar a elite, mas estilizá-la por meio de uma estrutura ficcional particular.

Em tempo, Schwarz explora isso melhor do que ninguém, embora, a meu ver, em alguns momentos torne a particularidade do volúvel como universalidade expressiva do todo do romance, o que, espero estar demonstrando, não está de todo acertado.

O narrador morto poderia ser interpretado como um meio que Machado encontrou de enfatizar a particularidade de seu procedimento. Não se tratava, digamos, de um homem de elite, escrevendo suas memórias – no leito de morte. Trata-se de um defunto, escrevendo memórias póstumas, reivindicando a possibilidade de contar toda a verdade a respeito de uma vida de ilusão e inconsciência. Sem estar morto, o narrador poderia ser compreendido por uma espécie de verossimilhança externa – isto é, poderia ser compreendido como um homem da elite em pleno mando. No entanto, o narrador morto deixa evidente uma organização ficcionalizada do material social. A fábula aponta para um desvio do histórico, cujo significado é evidentemente discutível e amplo, mas cuja presença é ostensiva demais para ser ignorada.

Assim, as mediações a serem produzidas pela análise e posterior interpretação do romance precisam ter o cuidado de diferenciar do diagrama crítico básico a consciência de Brás Cubas, tal como a forma do romance a apresenta. Em outros termos, para além dos dualismos mostrados por Schwarz e que evidenciam uma logicização do real, por parte do narrador e da personagem Brás, a mediação crítica instaura – na concepção de Antonio Candido – um terceiro termo, que não sintetiza, nem agrupa o que está separado no romance, mas, pelo contrário, procura iluminar a divisão em si como um modo de hierarquização e entendimento do real por parte de determinados sujeitos, inclusive leitores.

Schwarz, num lance de extrema perícia, aponta para como o mundo de Brás se organiza em dualismos. Para o crítico, eles denotam uma espécie de apoteose da razão sobre a realidade – mas também da imaginação sobre a realidade.

Os dualismos constantemente armados pelo narrador, inclusive deixando ao leitor a possibilidade de escolher uma ou outra coisa – possibilidade às vezes entendida ingenuamente

como uma estratégia de Machado para dar liberdade de escolha ao leitor – é uma ficcionalização apropriada do que Adorno classificou como “mentalidade dominante”, aquela que aparece de preferência como “alternativas entre as quais escolher” (2008, p. 40).

A análise de Schwarz explica os dualismos como racionalização de Brás, ou seja, como domínio do modo de Brás pensar sobre a realidade que o circunda. Contudo, a mentalidade dominante de Brás não se concretiza, isto é, ela não se concretiza como ação dominante – ao menos não na maior parte das vezes. Há uma não-identidade entre a racionalização ficcional e o “real” ficcionalizado.

Mesmo no que se refere ao leitor, a sujeição só se realiza quando o leitor está preso a uma estrutura de dominação. Um campo de leitura não totalmente reificado possibilita objetivamente que o leitor se posicione em outros pontos além daquela dualidade disponibilizada por Brás, “graves” ou “frívolos”. Além disso, para que o leitor consiga entrar em pé de igualdade na “luta pelo sentido” instaurada no romance também é preciso que ele entenda criticamente a própria posição, não supondo imediatamente que superou a gravidade e a frivolidade de todos os outros – pois, justamente, medir-se por isso para se posicionar como leitor seria se reportar ao modo dominante de reificar o espectro dos outros leitores. Porque quando o leitor se posiciona diante da reificação, a crítica dela se torna um privilégio do leitor reificado – ou, nas palavras de Adorno, a crítica do privilégio se torna um privilégio, uma distinção que seja. Foi Antonio Candido quem melhor especificou o procedimento pelo qual Machado adula a preços módicos a inteligência do leitor. Deixar-se adular, debochando dos demais “confrades”, é repercutir na leitura a estrutura social autoritária que o romance, afinal das contas, critica, mas que o narrador, afinal de contas, constrói.

Certamente a estrutura do romance elabora os dependentes como gente mais esperta do que Brás, sempre conseguindo algum dinheiro dele, mas, via de regra, ficcionaliza o olhar do próprio Brás a respeito dos dependentes. Se o leitor passar a rir dos confrades, se posiciona em ponto análogo ao de Brás.

A fatura do romance está montada para evidenciar um processo de perda de contato com a realidade, ao mesmo tempo que essa perda de contato começa a soar como realidade ou, vendo de outra maneira, como realismo extremo, cínico e assim por diante – como uma racionalização triunfante de todo o espectro do real, incluindo aí, os leitores. Como se o romance ficcionalizasse o processo de legitimação que um sujeito de uma parte decadente da elite constrói para fazer valer seu modo de ser e pensar – ou, como explicita Chalhoub, a

passagem das vias de fato para a ciência como sustentáculo das hegemonias, moribundas ou não.

Olhar assim para o romance permite entender um pouco de porque ele está posto entre as grandes obras do século XIX. Hannah Arendt, Lukács, Adorno e Marx procuraram investigar de que modo o subjetivismo burguês, o individualismo surgido naquele período, corrói a compreensão da realidade, ainda por cima invertendo a problemática: as questões mais universais se tornam visíveis apenas no isolamento e passam a ser compreendidas como fenômenos isolados e isoláveis. As abstrações imediatas, que identificam o particular sob o universal – como ocorre à profusão no romance – apontam esse modo de ser. A possibilidade teórica de criticá-lo, como vimos, não é um caminho fácil e apenas recentemente as condições objetivas de percebê-lo começaram a ser construídas. Isso talvez ocorra porque a experiência individualizada não seja propriamente o problema enfrentado pela ficção das *Memórias*. A ilusão de Brás Cubas realiza também uma fascinante decomposição da subjetividade a partir de uma pletora de vontades diversas dos desejos e emoções dessa mesma subjetividade. É o limite em que Machado de Assis soube ver que a contradição resiste naquilo que escapa ao sujeito Brás Cubas – na objetividade aparentemente submetida pela razão dominante, surgem sujeitos insubmissos e uma razão subalterna.

A escravidão silenciada

Nos capítulos anteriores, temos visto dois modos de interpretar as *Memórias*.

A volubilidade, de um lado, nos apresenta um narrador arbitrário e caprichoso, imperador de todas as barbaridades, direcionadas ao leitor, à forma literária, aos dependentes e aos escravos. Observamos que nossa própria interpretação não concorda com essa, porque entende que a volubilidade não está relacionada a um poder do narrador, mas a seu delírio de poder. O andamento volúvel frase a frase não coincide com o andamento amplo, segmento a segmento.

A conseqüência é que a análise que considera a personagem um homem cheio de poder compactua com alguns – mas seguramente não todos – os limites da concepção histórica do narrador e da personagem e do que elas significam socialmente.

Ficou argumentado também que isso não deveria ser entendido como um erro de leitura, ou um posicionamento pessoal, circunscrito de algum crítico. Pelo contrário, tal interpretação está baseada num modo de ver e escrever que tem raízes na melhor ciência brasileira tanto de sua época quanto anterior – talvez seja uma razão para a coincidência entre o ponto de vista do narrador e do crítico a respeito dele ter um efeito de realidade enorme, além de grande profundidade analítica.

A outra leitura, talvez em oposição, nos diz que a metodologia dos dependentes seria uma estrutura de fundo do romance, marcada na sobranceria de Eugênia, na esperteza de Marcela e Dona Plácida (que finge chorar para conseguir umas pratas), no silêncio de Prudêncio que, afinal de contas, cavou uma alforria e assim por diante. Isso tudo evidenciaria o que Eduardo de Assis Duarte aponta como um ponto de vista afro-descendente e popular detectável na obra de Machado, segundo Chalhoub, desde os primeiros romances.

Como as pesquisas disso que chamo, talvez de modo inadequado, de nova historiografia, datam dos anos 1980 para cá, não fica difícil ver que somos a primeira geração de estudantes de literatura que tem acesso a essas elaborações, quais sejam: descrições do que pensavam e de como agiam os escravos; revelação da importância fundamental do tráfico na organização da economia colonial (em diversos anos, a importância financeira do tráfico, em valores absolutos, foi maior do que a da monocultura de exportação); aparecimento de estudos sobre o lado africano da moeda, que permite ver a complexidade da vida escrava nas senzalas rurais ou urbanas e a complexidade da formação do Brasil.

A procura desta pesquisa por mediações possíveis que ajudassem a compreender o romance tendeu a visar uma escolha entre os dois pontos de vista, de Schwarz ou Chalhoub. No entanto, ao longo das leituras, a partir de estudos de Gilberto Freyre, Caio Prado Jr., Sergio Buarque de Holanda, Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso, pareceu algo evidente que a contradição entre o ponto de vista senhorial – construído como volúvel, caprichoso, sádico e com poder de coisificar até a subjetividade do escravo – e o ponto de vista do escravo ou dependente, quando resolvida, acabava por ser mantida em termos formais de maneira um tanto quanto inconsciente, em prol do ponto de vista senhorial; isso, mesmo que eu afirmasse o contrário, criticando justo o ponto de vista senhorial.

Um modo de lidar com o problema, pelo menos liminarmente, seria não procurar resolver a contradição. Não optar nem pela volubilidade, nem pela metodologia de dependente, mas tampouco encontrar uma síntese, porque a síntese, nesse caso, retém uma espécie de inércia ideológica da linguagem científica.

Talvez seja prudente imaginar uma situação em que não havendo síntese real, objetiva, tampouco se possa produzir síntese teórica – radicalizar, nesse caso, seria instalar um movimento incessante entre os dois pólos. Ao que parece, sínteses não devem ser apenas movimentos da consciência, mas, sobretudo, movimentos de práxis social, sem os quais perdem o sentido, viram uma brás-cubada. Justamente porque as *Memórias* seriam uma espécie de descrição da inércia ideológica ou do tabu que concerne à concepção de Brás Cubas a respeito das prerrogativas de sua classe social. Um tabu que persiste no século XX, tornando-se "força real" nas interpretações do Brasil[58].

Ao resguardar os conceitos de volubilidade e metodologia de dependentes para a luta social que eles implicam, supondo que essa luta se instala na leitura do romance somente caso o leitor seja capaz de instalá-la, talvez a mais profícua opção seja enxergar as *Memórias* como um objeto contraditório, na própria acepção que apresenta sobre a realidade. Isto é: se lemos a partir de um ponto de vista da classe proprietária, temos certas conclusões; se lemos a partir de um ponto de vista da classe subalterna, temos outras conclusões; se entendermos as duas classes lutando pela própria consciência, outras ainda e assim por diante. Em termos mais concretos, é preciso cuidar para não construir na crítica literária uma reificação da leitura semelhante àquela proposta na lógica dual do narrador, em que as leituras ou são frívolas ou são graves, ou em que o leitor pretensamente devesse escolher entre a opinião de um cônego e de um padre. Quer dizer, concretamente, o poder volúvel do narrador ou as soluções dos dependentes não são campos distintos, nem no romance, nem na sociedade que ele procura glosar. Perder a estrutura relacional desses conceitos, optando por um ou por outro, pode nos levar a perder o que de mais impressionante e radical o romance oferece.

Por essa razão, em nenhum dos dois casos, ao contrário do que pode parecer, se perde de todo a possibilidade de uma visada crítica tanto da obra quanto da sociedade. Basta ver que a interpretação de Schwarz vê no narrador alguém poderoso e subjugador – sendo ainda assim bastante crítica. Caso não desmentirmos o narrador radicalmente, acabamos por compartilhar – mesmo que a criticando – de sua cegueira histórica e dos limites de sua consciência, incapaz de conceber – devido ao treino obtido na sociedade escravista – alteridade e desejo nos que estão ao seu redor. Ganhar em prazer de leitura, sob os efeitos pré-fabricados de cinismo,

[58] Ver *Modernidade seletiva:* uma re-interpretação do dilema brasileiro, de Jessé Souza, especialmente os capítulos finais, em que fala de "herança ibérica" a partir de Sergio Buarque, Raymundo Faoro e Roberto DaMatta. No capítulo final, Jessé Souza recupera a obra de Gilberto Freyre, propondo, a partir dele, uma conscientização das idéias-mestras que dirigem as interpretações sobre o Brasil e mostrando sua atualidade.

pessimismo, ironia e assim por diante, pode resultar numa experiência prazerosamente conservadora.

A mediação que não aplaque os contraditórios pode ser capaz de se enraizar nas contradições e problemas do processo de pesquisa sobre literatura, tal como ele ocorre no Brasil – incorporando-as a si mesma. Passa a ser uma mediação composta nos desvãos entre os campos da literatura, da sociedade (tal como é construída pela História, pela Sociologia, pela Economia) e da crítica. Seria possível, desse modo, lidar com a produção de modos de ler instalados na divisão do trabalho acadêmico, supondo mais cuidado com o objeto em si (o que não deixa de ser problemático, dado que não existe "objeto em si") do que com determinado modo de apreender esse objeto. Na lógica adorniana, o primado do objeto abre caminho para a construção social de modos de compreender a alteridade, uma tarefa crucial quando se trata de entender tempos em que uma grande camada da população era trucidada diariamente.

Um caminho que me parece profícuo investiga o espaço de tensão social ainda hoje vivo entre os dois pontos de vista mal resumidos acima – isso evitaria que cooperássemos em, aos poucos, fazer das idéias de Schwarz e Chalhoub dois pontos reificados no campo de leitura – ao modo dos leitores frívolos ou graves. Significa dizer que, conforme muda a plataforma histórica de interpretação do Brasil pode mudar também a plataforma de leitura para compreensão das *Memórias*. Caso talvez parecido ao de *Dom Casmurro*, em que o romance vai acompanhando os preconceitos e lutas contra eles, em cada geração.

Georg Lukács sugeriu, em *História e consciência de classe*, que a luta de classes é uma luta pela consciência a respeito das determinações e possibilidades do ser humano na sua classe social.

Nesse sentido, acreditar na consciência de Brás Cubas é um pouco entregar à sua posição de classe – de resto decadente – a determinação das possibilidades para o Brasil. Como diz Brás a respeito de Quincas Borba: "A necessidade de o regenerar, de o trazer ao trabalho e ao respeito de sua pessoa enchia-me o coração; eu começava a sentir um bem-estar, uma elevação, uma admiração de mim próprio... Nisto caia a noite; fui ter com Virgília".

Talvez não seja gratuito que nas *Memórias*, como mostra Chalhoub, o escravo seja, de início, submisso e calado (o que mostra um narrador preconceituoso em tons românticos, e não naturalistas), e, ao final, a ciência seja chamada para explicar o orgulho da servilidade. Há, no andamento da personagem-narradora, uma expressão do andamento dos estereótipos a respeito dos negros no Brasil – basta lembrar do que expus antes a partir dos trabalhos de

Brookshaw e Karasch – um movimento que, consciente ou não por parte do escritor, é apresentado metodicamente pelo livro.

Memórias póstumas de Brás Cubas, a meu ver, ficcionaliza uma fabulosa desconversa – uso aqui expressão utilizada por Schwarz – a respeito da decadência do escravismo.

A desconversa do narrador é explicitada no final do capítulo "Um grão de sandice", aquele que segue o bastante conhecido episódio em que o ex-escravo Prudêncio chicoteia seu escravo. Brás Cubas afirma em "Um grão de Sandice": "deixemos os Romualdos e Prudêncios".

De fato, após este capítulo, que é o LXIX, a palavra escravo não aparecerá mais, a não ser quando o narrador for tratar do "verdadeiro Cotrim". E o enredo, que, até aqui, tinha escravos, moleques, pajens e mucamas por todos os lados, evitará a todo o custo que eles voltem a aparecer. Quando uma carta é entregue, não se trata mais de moleques ou escravos, mas de um estranho sujeito oculto. Do mesmo modo, ao final do romance, Brás, o alienista e Quincas Borba filosofam a respeito de "criados" e não mais de "escravos".

O narrador desconversa maravilhosamente, instalando em plenos anos 1880 – que é o tempo da escrita –, aquele protocolo de silêncio típico dos anos 1840. Veja-se, portanto, que o narrador passa por um processo ao longo da narração, algo que mimetiza também um processo da personagem Brás Cubas. Ele começa afirmando a escravidão e o poder do senhor sobre seu escravo sem qualquer vergonha. Trata-se de bater em Prudêncio e mandar que cale a boca. Mais tarde, durante a discussão da herança, Prudêncio está alforriado e os demais escravos entram na partilha – ficando mais uma vez evidente o direito dos senhores sobre o destino dos escravos. Entre uma coisa e outra, Prudêncio é descrito no mesmo nível de uma espingarda e alguns livros e Paulo, o boleeiro, é visto como se fosse extensão do veículo que guia. A partir daí, Brás não se descreve mais como um escravista. Defende o escravo de Prudêncio contra a ira de seu senhor e dá a entender certa contrariedade com a crueldade de Cotrim, embora, em seguida, a justifique – mas, se a justifica, é porque tem no seu horizonte um interlocutor que, doravante, exige justificativas quanto a uma prática, até aqui, tão *natural e clara*.

Como mostra David Brookshaw, a escravidão entra para a literatura sempre a partir do ponto de vista do senhor de escravos. As elites, que, conforme João Luís Fragoso, reconvertiam capital líquido em escravos e terras porque dinheiro vivo ou capital mercantil não constituíam o *status* social que possuir escravos constituía, precisam doravante fincar os

esteios de sua subjetividade a partir de outros signos de distinção. Pouco a pouco, a partir dos anos 1850, ter escravos passou a ser mal visto.

Portanto, há um silêncio consistente na história do Brasil, mimetizado na forma da escrita de Brás Cubas. Ao dizer "deixemos os Romualdos e Prudêncios" Brás anuncia um modo de recalcar a escravidão, abrindo vasto espaço para que a inconsciência lide com a questão. A mesma atitude abrupta, algo apavorada, aparece nos episódios em que Brás está triste devido a mortes (da mãe, do pai), a rompimentos (com Eugênia, com Virgília) ou a fracassos (o ministério). Brás foge deliberadamente desses assuntos, ainda que, visivelmente, sejam eles que determinam as mudanças e rupturas de sua vida. Não deixa de espantar a semelhança entre o procedimento de Brás tentando deixar para lá os Romualdos e Prudêncios e o procedimento formal do próprio Schwarz, em *Ao vencedor as batatas*, ao dizer que a relação escravista é clara, logo, deixemos para lá...

Se, por um lado, há consciência na repressão dos assuntos mais melindrosos para o narrador, por outro lado, há procedimentos menos conscientes de sua parte – que algumas vezes a forma do livro denuncia como inconscientes, para que os leitores – por sua vez – possam conscientizar o processo no qual Brás Cubas se esbate. A esses processos, dei em passagens anteriores o nome de recalques: se trata da morte, do amor, do fracasso, da tristeza, do trabalho.

Repressão e recalque se estabelecem em um tipo de consciência singular, que Machado de Assis tinha o propósito de investigar. Como alguém constrói um mundo pretensamente sem trabalho, amor, morte, fracasso e tristeza? Como decide desconversar a respeito do assunto mais relevante da época?

Por enquanto, não deixemos os Prudêncios e Romualdos.

Tentarei acompanhar a presença do escravismo nas *Memórias*, para compreender melhor o apagamento da palavra 'escravo' e sua substituição pela palavra 'criado'.

A primeira referência ao escravismo no livro é uma reticência. No capítulo III, em que trata da "genealogia" da família, o narrador lembra, não sem certo desprezo mal contido, de seu cunhado, "o Cotrim, um sujeito que...". Essa reticência será esclarecida apenas no capítulo CXXIII, quando sabemos que o cunhado de Brás passara um tempo "contrabandeando com escravos". Cotrim ganhava a vida e o lugar na sociedade trabalhando com um negócio ilegal – mas, ao mesmo tempo, essencial para a reprodução da vida social e econômica. De algum

modo, o romance procura apresentar um receio do narrador em revelar a tarefa de Cotrim. Desde o capítulo III, o leitor pode ir construindo o tamanho da “desconversa” de Brás.

Um capítulo depois, ao comentar sobre sua idéia fixa, Brás procura uma comparação. “Era fixa a minha idéia, fixa como... Não me ocorre nada que seja assaz fixo nesse mundo.” Penso que novamente os três pontos poderiam ser substituídos da seguinte maneira: “Fixa como a escravidão”. Ao tratar de Cotrim, a escravidão foi escancaradamente retirada. Aqui – com a possibilidade de um exagero na interpretação – novamente aparecem os rastros de um apagamento. Fixa como a “finada dieta germânica”. Um sutil deslocamento: mesmo aquilo que é mais fixo pode se desfazer. Mesmo a escravidão? A partir do capítulo LXIX, o procedimento ganhará sistematização. Como se o resto da história fosse, no que concerne à escravidão, um enorme etc.

Antes, porém, os escravos aparecem quase que em todos os capítulos e estão espalhados no tecido social. Marcela possui ao menos um pajem e um moleque. Quando fica pobre, ainda tem moleques. Dona Eusébia, mãe de Eugênia, possui escravos e, quando Brás vai visitá-la, encontra-a xingando um escravo jardineiro. Prudêncio, assim que liberto, possui um escravo quitandeiro – isto é, de ganho. Cotrim e Sabina, sem dúvida, possuem escravos e herdaram outros. Ou seja, quase todas ou até mesmo todas as personagens do livro são donas de escravos – não importa de qual classe social elas sejam. Quando não são donas de escravo, as personagens, o pano de fundo do romance engole as figuras, num panorama embaçado em que os escravos organizam festas, cozinham, lavam roupa, transam com o tio de Brás, servem como brinquedo, servem como mucamas, levam e trazem correspondências e recados, guiam seges, são chicoteados, viajam com os senhores para Portugal e assim por diante. Isso mostra que, de algum modo, Machado também não conseguia fugir de um modo de organizar a realidade em que apenas proprietários de escravos eram, de fato, possíveis de serem representados na literatura.

Ainda assim, uma presença tão ostensiva não poderia ser apagada do romance a não ser que fosse propósito de seu autor provocar alguma reflexão a respeito de tal apagamento. E ele acontece em duas frentes: primeiro com o escravo constituído como pano de fundo, mas silenciado de protagonismo (cala a boca, besta) e, depois, nem isso. Os escravos desaparecem, são “deixados”, literalmente, como também foram “deixados” para lá – nas políticas públicas – com o final da escravidão.

De maneira semelhante, em análise de Luiz Felipe de Alencastro (1997, p. 63-67), as mucamas passam a não ser recomendadas, pela medicina da segunda metade do século XIX,

como amas-de-leite. As imigrantes portuguesas crescem em prestígio para esse serviço, mas as mucamas continuam tendo a primazia na educação e cuidado das crianças – como Alencastro aponta em texto contundente, no epílogo do livro, ao discorrer a respeito de uma fotografia de autoria desconhecida em que aparecem uma escrava, Mônica, e o sinhozinho, Vilella: "O mistério dessa foto feita há 130 anos chega até nós. (...) Uma união fundada no amor presente e na violência pregressa. Na violência que fendeu a alma da escrava, abrindo o espaço afetivo que está sendo invadido pelo filho de seu senhor. Quase todo o Brasil cabe nessa foto" (p. 439-440, ver anexos). Na constituição, na literatura, no jornalismo, na fotografia, na crítica literária, o apagamento e o silenciamento do negro e do escravo cruzaram os dois séculos de nossa existência como nação. Do mesmo modo que Schwarz entendia o "torcicolo cultural" como um elemento que era social, mas se internalizava em cada obra como um problema estético, temos boas razões para crer, usando o mesmo método, que o apagamento e o silenciamento das vozes escravas no nível das instituições públicas – e não, certamente, entre os próprios escravos – era um movimento social internalizado pelas *Memórias póstumas.* O torcicolo, aliás, não deixa de ser uma maneira pela qual se deixa de ver a escravidão.

Dessa forma, a estrutura de classes montada por Schwarz em *Ao vencedor as batatas* acaba se tornando inadequada para ler o romance e a concepção de favor precisará também ela se explicar melhor. Afinal, na categoria senhor de escravos nós temos uma cortesã, uma dependente, um ex-escravo, um contrabandista de escravos, um homem rico, etc. Como dizer, por exemplo, que, ao ser homem livre, Prudêncio fosse dependente, se ele mesmo dava um jeito de viver expropriando o trabalho escravo? O que dizer de Eugenia e sua mãe? E de Marcela? Eram dependentes-senhores? Senhores-dependentes? Apenas senhores?

De modo bem direto: a estrutura de classes montada por Schwarz, com o favor no centro, não serve para explicar boa parte das relações constantes no romance – à exceção das relações tais como o próprio Brás imagina.

De resto, como estamos vendo, a própria figuração das personagens como personagens do enredo e não apenas como pano de fundo demanda que elas não sejam, em algum momento de suas vidas, escravos e, pelo contrário, que sejam senhores. Nenhum dos "dependentes", tal como o romance os apresenta, não possui escravos. Logo, a escravidão não apenas é fundamental na estrutura social, como ela estrutura uma espécie de inconsciente político amplo, formado pelo recalque – ou, como tenho preferido dizer, o silenciamento e o apagamento – ora da escravidão, ora dos escravos. Como se os proprietários de escravos no

século XIX pensassem: “Ok, somos um país escravocrata, mas vamos falar de outra coisa. Veja esse meu criado, por exemplo”...

Gilberto Freyre exemplificou sua concepção de sadismo e masoquismo como estruturais nas posturas políticas de mando e desmando no Brasil com o menino Brás chicoteando o escravo Prudêncio e dizendo, ao mais discreto murmurar deste: “Cala a boca, besta” (Cap. XI).

Também com as escravas a relação do menino era caprichosa e volúvel. Mimado pelo pai, ele não constrói qualquer senso de alteridade. Nos capítulos que narram a infância da personagem, os escravos fazem todo o trabalho de fundo, da criação do menino – ele tem uma mucama –, passando por seu brinquedo e alimentação. Como Quincas Borba, que tinha um pajem, Brás também ganhará um pajem, o Prudêncio.

A crueldade da relação de Brás com o garoto escravo e o arbítrio de sua relação com as escravas estão bastante expostos na fatura do romance. Mas isso não é assim durante todo o enredo. Aparentemente, Machado de Assis optou por transformar o modo como o escravismo aparece no romance. Isso leva a crer que a crueldade deve ser incluída numa espécie de processo pelo qual a personagem passa, enquanto traços muito delicados vão nos indicando que a sociedade também os enfrenta – lembremos, por exemplo, que os curiosos que viam Prudêncio chicotear seu escravo de ganho, “cochichavam suas conjecturas”.

A segmentação do romance e o apagamento do escravismo e de virtualmente todas as personagens que não são ou serão senhores aponta para aspectos da realidade não representáveis, ao menos do modo como a vê Brás Cubas[59].

Adorno explicita uma relação de não-identidade entre o particular e o universal, em que o que falta no particular é significativo da violência que o todo exerce sobre a parte. O todo, nesse caso, é o modo de pensar de Brás Cubas, descrito no romance como tendente a criar uma “unidade moral de todas as coisas pela exclusão das que me eram contrárias”[60]. A volubilidade é a característica desse modo de pensar, seu modo de ser.

Espero que ao levarmos em conta a ilusão do narrador, fica possibilitada uma percepção da qualidade resistente dos objetos do olhar de Brás. Quer dizer, não se pode

[59] Adorno, 2008, p. 37: “Sólo fragmentos, en cuanto forma de la filosofía, harían honor a las mónadas ilusoriamente proyectadas por el idealismo. Serían representaciones en lo particular de la totalidad en cuanto tal irrepresentable”.
[60] A filosofia da ponta do nariz é outro exemplo desse procedimento.

identificar pura e simplesmente as vontades de Brás e as ações dos dependentes e do escravo Prudêncio. Na nossa base teórica, com Lukács, Benjamin e Adorno, soaria, sem exagero, um absurdo propor essa identidade. Uma violência teórica que mimetiza a violência econômica e física das elites e do Estado – ou o tabu da dominação irrestrita – na forma crítica. O que garante a identidade é a ilusão de Brás, jamais a objetividade das relações sociais, nem muito menos o modo como o romance está escrito.

Se Prudêncio é o que aparece de mais visível a respeito do escravismo no romance, cabe-nos estudá-lo.

Os capítulos nos quais a personagem aparece são o XI, o XXV, o XLVI e o LXVIII, LXIX. Em ordem, eles se passam, respectivamente, na infância de Brás, no período posterior à morte da mãe, no período posterior à morte do pai e no momento em que Brás aluga uma casinha, que faz às vezes de alcova para sua relação com Virgília. Nesse período, Prudêncio vai sendo, por assim dizer, promovido: brinquedo de Brás, pajem, liberto e, por fim, senhor de escravo.

A passagem da servidão para a liberdade traz consigo, aparentemente, o autoritarismo da "liberdade". Prudêncio chicoteia seu escravo de ganho, por considerá-lo "um vadio e um bêbado muito grande". No episódio em que bate no seu escravo, repete a frase que seu senhor gritava quando ele, Prudêncio, servia como jumento: "Cala a boca, besta". O espelhamento causa algum espanto ao enfatizar, em seguida, a obediência com que Prudêncio pára de bater no seu escravo e segue os conselhos de Brás. Aqui a identidade senhor-escravo salta aos olhos e serviria para desmentir o que se disse no parágrafo anterior. Mas a obediência de Prudêncio se assemelha com aquela de Marcela, que, segundo Brás, "ia pôr o vestido, a renda, os brincos, com uma obediência de encantar". Todos sabemos quanto Marcela "obedecia" e não fica despropositado supor que Prudêncio finge obedecer seu patrão por uma razão diplomática, até mesmo para não correr riscos diante de uma recusa da alforria; mas, ao mandar seu escravo quitandeiro para dentro de casa, fica bastante sugerido pela cena, que Prudêncio continuará batendo no infeliz. O simbolismo da cena salta os olhos: Brás sabe que o espaço público já não tolera cenas como aquela. É preciso que tudo esteja escondido. Prudêncio, de outro lado, não pode perceber que chicotear um escravo publicamente não é coisa de senhor que se preze (que pagaria alguém para fazer o serviço), mas percebe perfeitamente que pode "obedecer" Brás, mandando o escravo entrar e continuando o castigo no aconchego do lar.

Sob esse aspecto, não haveria como escrever um livro em que a escravidão continuasse no horizonte, identificada plenamente com a vontade do senhor. Como Brás tenta de todas as maneiras se convencer de sua própria importância social, era amplamente indesejável que os escravos continuassem a aparecer sem qualquer eufemismo.

Apresenta grande interesse uma passagem na qual Brás Cubas escreve, ao chegar de Portugal: "Não nego que, ao avistar a cidade natal, tive uma sensação nova. Não era efeito era efeito da minha pátria política; era-o do lugar da infância, a rua, a torre, o chafariz da esquina, a mulher de matilha, o preto do ganho, as coisas e cenas da meninice".

O preto de ganho está inscrito – num procedimento que se repetirá ao longo do romance – entre os objetos de saudosismo, ao lado do chafariz, por exemplo, chafariz no qual muitos escravos de ganho trabalhavam, carregando água para toda a cidade. O homem da elite lembra do preto de ganho como um objeto idílico, que lhe dá saudades e concomitantemente transfere a violência para o próprio escravo. A violência transferida é a violência sublimada como beleza. O "lugar da infância", nesse sentido, significa um lugar político que Brás ocupará pelo resto da vida – significa, talvez, a não superação da posição construída numa hierarquia escravocrata (e, na sua economia psíquica, pelo desejo do pai).

É mesmo chocante que Prudêncio seja visto, repetidamente, como um autômato obediente e repetidor. Não apenas a possibilidade de ele fingir que obedece para exercer a violência dentro de casa nega a lógica de Brás. No capítulo XXV, Prudêncio aparece como uma personagem consciente a respeito dos movimentos sociais necessários para a manutenção do *status* de seu senhor, ao contrário deste.

Brás está de luto e decide ir para um sítio. Ele diz: "Travei de uma espingarda, alguns livros, roupa, charutos, um moleque – o Prudêncio do capítulo XI –, e fui meter-me numa velha casa de nossa propriedade". Fica óbvio que, para Brás, Prudêncio está descrito como um dos tantos objetos. Contudo, ao longo do capítulo, o escravo chama atenção do senhor para a proximidade de dona Eusébia e o bom tom que seria visitá-la, posto que ela tinha cuidado do cadáver da mãe de Brás. A passagem é algo sem importância, mas demarca nitidamente uma vontade de Prudêncio. Ele quer que o senhor vá visitar Eusébia. E insiste, argumenta. Por que Prudêncio faria isso? Podemos imaginar algumas razões – talvez bastante mais evidentes para o leitor coevo. Dona Eusébia, pensando em casar a filha, poderia ter prometido algum pagamento a Prudêncio caso ele fizesse Brás visitá-las. Prudêncio podia, por exemplo, estar com vontade de dar um passeio; sentia-se aborrecido, afinal, Brás estava trancado naquele sítio há uma semana, lendo e dando tiros. Pode ser também que Prudêncio não quisesse

retornar para a casa do pai de Brás, onde talvez precisasse trabalhar mais, quem sabe ir aos chafarizes pegar água, brigar com outros escravos e assim por diante. Seja lá o que for, Brás jamais conseguiria perceber esses movimentos interiores a Prudêncio, dado que um desejo resistente à sua vontade era virtualmente impossível de representar. Se os leitores coevos tinham mais consciência dessas malandragens – por viverem entre escravos –, aos poucos, a história apagou o escravo como agente – o próprio romance o apaga. Como resultado, nosso modo de ler é treinado para reconhecer os momentos em que Prudêncio aparece submetido à vontade de Brás, especialmente o episódio do "cala a boca, besta". Todo o resto, embora exista, não ganha efeito significativo. Só conseguimos ver o escravo enquanto estereótipo de submissão e falta de vontade própria.

Veja-se que a conversa entre Brás e Prudêncio no capítulo XXV aparece marcada com verbos no pretérito perfeito, construindo uma cena complexa, em que a interioridade de Brás é consistentemente puxada para fora pela voz de Prudêncio. Na lógica narrativa, as cenas dão certa ênfase ao que está sendo narrado. Já a passagem em que Brás cavalga o moleque Prudêncio está narrada em um sumário, com verbos no pretérito imperfeito, em meio a uma sucessão de outros acontecimentos. Talvez seja uma ilustração do que ficou dito acima, de como acostumamos nosso olhar para a dominação total pretensamente efetuada pelo senhor. Os movimentos de vontade do escravo – efetuados na estrutura de dominação – ficam difíceis de perceber, mesmo quando estão salientados na narrativa do livro por uma cena. O escravo e a escravidão são apagados e silenciados. Mesmo quando não estão apagados e silenciados, isto é, quando aparecem, falam e agem, tem parecido há mais de um século, que tudo o que Prudêncio faz não passa da vontade de seu senhor. "Cala a boca, besta".

O fechamento subjetivo

Em algum momento de suas obras, diversos dos autores citados aqui ponderaram a respeito das relações entre o estabelecimento do capitalismo e a construção de subjetividades como mônadas, ou a respeito das relações entre reificação, alienação e individualização. Adorno, Benjamin, Lukács, Schwarz e Jameson nunca deixam de ponderar a esse respeito.

Preferi dar ênfase em Adorno porque ele – a meu ver de modo mais contundente do que os demais citados – articulou as possibilidades civilizatórias com aquilo que a própria civilização vinha negando ou recalcando, quer dizer, que a civilização historicamente se

realizou por meio de genocídios da diferença, mas que também estão presentes, nos diversos processos civilizatórios, as possibilidades de abrir o campo das diferenças sem referi-lo a um centro autoritário e ordenador. Talvez a concepção de "primado do objeto" seja uma espécie de ponto de apoio dessas elaborações, em que o objeto passa a ser – nas palavras de Marx nas *Teses sobre Feuerbach* – "atividade humana no plano dos sentidos" e não apenas o objeto em si ou uma intuição. Assim, a objetividade idealista corresponde a um campo de objetos reificados, pré-existentes, dados, como os vê o Lukács de *História e consciência de classe.* A subjetividade, por outro lado, se inscreve no campo da utopia, do desejo, da inação, que recebe um mundo pronto, no qual não se pode mais agir[61]. Por isso, Adorno e Horkheimer escreveram em *Dialética do esclarecimento* que "o burguês nas figuras sucessivas do senhor de escravos, do empresário livre e do administrador é o sujeito lógico do esclarecimento" (1985, p. 83).

Em parte, até aqui, estivemos no rastro do "sujeito lógico" do nosso esclarecimento brasileiro. O que se disse nos parágrafos anteriores tem relação com Brás Cubas. As dualidades objetividade-subjetividade; indivíduo-sociedade explicitam Brás como uma máquina lógica.

Ele é uma espécie de conceito do "eu" totalitário, em que o inconsciente, ou aquilo que foi recalcado – isto é, o campo da alteridade como tal, que, como vimos, fica silenciado (não de modo absoluto, mas apenas dessa classe para ela mesma) o tempo inteiro – falseia repetidamente um fantasma de poder. Freud disse em *Além do princípio do prazer* que o médico deve fazer o analisado

> reexperimentar alguma parte de sua vida esquecida, mas deve também cuidar, por outro lado, que o paciente retenha certo grau de alheamento, que lhe permitirá, a despeito de tudo, reconhecer que aquilo que parece ser realidade é, na verdade, apenas reflexo de um passado esquecido[62]. (FREUD, 1976, p. 32)

O fechamento de Brás Cubas em seu "eu" ou seu mundo interior é uma espécie de história incorporada – e é nesse sentido que procuro vê-lo, aquilo de que Marx fala ao se referir à "essência humana" como "conjunto de relações sociais", em que o mais subjetivo aparece como objetivação dessas relações (cf. MARX, 1982, p.3). Trezentos anos de escravidão produzem um tipo de subjetividade centrada no poder discricionário sobre todos os

[61] Wolfgang Leo Maar (2006) escreveu um artigo fundamental sobre o primado do objeto, de onde tirei as concepções deste parágrafo. Jameson trata do primado do objeto em diversos momentos do livro que dedicou a Adorno. Conforme Maar, a tese foi desenvolvida por Adorno nos artigos que serviram como preparação para *A dialética do esclarecimento* e, mais tarde, aparecem na *Dialética negativa.* A minha edição deste último, conforme bibliografia, traz entre as páginas 174-182 as principais explanações sobre o conceito.

[62] Há uma tradução que prefere: "reflexo renovado de um passado esquecido". Encontrei-a nas minhas fichas de leituras, mas não consegui encontrar a referência correta.

trabalhadores e num senso de estima da posição de senhor ("exaltada superioridade" segundo Gilberto Freyre, "sobranceria" segundo Sergio Buarque) que foi rebatido no mundo escravo raramente chegando aos ouvidos do próprio senhor. Brás Cubas ficcionaliza o desaparecimento social do "eu" escravista, que continua pensando que seu modo de ver equivale à realidade quando, afinal das contas, se trata de um "reflexo de um passado esquecido", ou, na visão freudiana, uma atitude escolástica e idealista. Vimos já como esse passado esquecido aparece – se está certa a elaboração que propus – na forma como escrevemos a respeito da escravidão ao longo de quase todo o século XX.

Pergunto-me se não é exagero dizer que se trata de um passado esquecido, na medida em que ainda era muito vivo quando o romance é publicado? É possível que seja exagero, mas com "passado esquecido" remeto àqueles momentos cruciais em que o narrador deixa a escravidão de lado. O "eu" que negou a alteridade para se constituir já não pode mais alienar-se do horizonte social e político sem se alienar de si mesmo. Nesse sentido, Machado aproxima o que chamamos de formações do inconsciente com as formações sociais, entre as quais, as literárias. O silenciamento da alteridade social entrelaça as esferas da vida do século XIX e aponta para um funcionamento inconsciente particular[63].

Soa paradoxal, mas a posição do narrador como defunto não deixa de ser uma manobra de verossimilhança. Para construir uma subjetividade escravista no momento de seu desaparecimento era preciso que, ao mesmo tempo, a subjetividade fosse uma incorporação daqueles três séculos de barbaridade e pudesse – em primeira pessoa – referir-se a esses três séculos a partir do sentimento de sua derrocada.

Articulada com a riqueza improdutiva – uma quantia impensável, 300 contos[64] – a morte aparece como inverossímil verossímil. Isto é, um engenhoso achado estético para ficcionalizar aquilo que ao longo de séculos não era possível ficcionalizar, o inconsciente político construído nas relações escravistas.

O que nos indica que as subjetividades escravistas estavam de fato se modificando e que isso tem importância para o estudo da literatura do século XIX?

---

[63] O psicanalista Tales Ab'Saber (*in:* CEVASCO & OHATA, 2006) comenta uma possível dupla formação de compromisso e uma dupla cisão da estrutura psíquica escravista para postular um inconsciente histórico, produzido nessas relações.

[64] Brás morre possuindo 300 contos. Era uma fortuna. Por exemplo: em 1821 todos os depósitos do público no Banco do Brasil eram de 482 contos (cf. PELAEZ e SUZIGAN, 1981, p. 42). O Banco do Brasil, matriz e filiais, possuía em janeiro de 1862 um total em dinheiro de 8.927 contos (idem, p. 102).

Gosto de ler o *Formação da literatura brasileira* como uma espécie de fenomenologia do espírito literário, historicizada. Isso no sentido em que o livro de Candido procura acompanhar – entre outros processos – a formação de uma "consciência literária". Já foi sugerido que Schwarz estuda em *Um mestre* a forma da formação (RICUPERO, 2008). Por isso, talvez não seja exagerado dizer que a volubilidade narrativa e toda a ironia e acumulo literário que ela supõe é uma forma que retém um momento em que, para esse tipo de julgamento, a um só tempo estético e social, a "consciência literária" surgiu efetivamente. A forma de uma obra pressupõe a consciência histórica, não apenas de Machado, mas da consistência do sistema – jornais, críticos, leitores, livrarias, forma literária.

Vimos em outra parte que conforme avançamos no livro de Antonio Candido também começa a aparecer a formulação de uma subjetividade burguesa, que, para o crítico, seria formada numa organização social mais complexa do que a organização social anterior – que era a escravista. Só então estariam dadas as condições objetivas para que a literatura pudesse explorar os desvãos interiores, as crises de consciência, os embates morais que seriam a característica do romance burguês.

É precisamente o ponto no qual, se meu argumento está correto, as *Memórias* se inscrevem: isto é, uma mudança qualitativa nos esquemas subjetivos. Depois disso, Machado persistirá pesquisando o mesmo problema e suas variações, de *Quincas Borba, Dom Casmurro, Esaú e Jacó* e *Memorial de Aires*.

A obra de Gilberto Freyre como um todo contribui para o debate porque ela oferece um panorama histórico em que conseguimos estudar "modos de ser" psicológicos, individualizados. Ressinto-me de não ter chegado ao *Ordem e progresso*, mas chamo atenção para a seqüência que o autor procurou estabelecer: casa-grande e senzala; sobrado e mucambo; ordem e progresso; jazigo e cova-rasa (esse ficou em projeto). Se tomarmos a concepção de Sidney Chalhoub como exemplar dos esforços da história social no Brasil, veremos inesperadamente certa semelhança com as proposições de Freyre. Vimos que Chalhoub percebe nas *Memórias* uma passagem das vias de fato para a ciência como meio de dominação. Embora feito em chave própria, o argumento poderia se basear nos desenvolvimentos de Freyre. Seria dizer: o romance começa com o patriarcalismo tal como acontecia na casa-grande e acaba no redemoinho ideológico do positivismo (ordem e progresso) – tudo narrado lá do jazigo.

É claro que há uma certa grosseria de minha parte em reduzir assim, a uma espécie de enredo, as formulações complexas de Freyre. Mas chama atenção que, de fato, Brás Cubas

apresenta uma abrangência histórica considerável, imantando uma série de "tipos", desde o menino-diabo (Gilberto Freyre fala de Brás chicoteando Prudêncio, o "leva-pancadas", para exemplificar como acontecia a relação que ajudava a formar o menino-diabo), passando pelo estudante europeizado até chegar ao homem de elite para quem o aprendizado do próprio lugar social passava pela existência de escravos pretensamente inferiores e sem vontades próprias.

Chama atenção também que Jurandir Freire Costa segue um sentido parecido, em que as instituições formadoras das subjetividades são arrancadas do âmbito familiar e processadas no âmbito estatal. Com isso, Brás Cubas, como narrador e personagem, ganha uma faceta inesperadamente moderna. Ele pode ser a forma literária de um processo de superação do complexo patriarcal. Explico por que.

Gilberto Freyre procurou estudar o que chamou na introdução à segunda edição de *Sobrados e mucambos* de "complexo patriarcal". Para ele, essa forma servia de "elemento de superação" teórica das várias "substâncias" do Brasil (por exemplo, FREYRE, 2006, p. 63). O que parece hierarquização abstrata, contudo, ganha nova feição quando posta diante das propostas de Fragoso e Florentino, para quem a reprodução da elite ao longo do tempo – portanto uma forma de hierarquização – dependia da reprodução do tráfico de escravos.

Portanto, a ilusão de Brás Cubas se dá num processo de degradação e desaparecimento do complexo patriarcal, que se reproduzia a partir do tráfico de escravos. O tema não é exatamente novo nas explorações a respeito de Machado de Assis. Faoro via a ficção do escritor como um profundo estudo da passagem de uma sociedade estamental para uma sociedade de classes. Gledson tirou da decadência do patriarcado excelentes interpretações de Dom Casmurro.

Tudo isso está correto também quando analisamos Brás Cubas, mas essa personagem constrói um elemento moderno ainda pouco avaliado. Um lado positivo, por assim dizer. Esse lado pode ser entrevisto no capítulo das negativas. Nele aprendemos, anteriormente, que a ironia também entra no complexo de ilusões do narrador – e a superioridade se reverte em ruína, em melancolia. Contudo, ainda não avaliamos um aspecto importante: o capítulo nega a lei do pai, nega a vida patriarcal e o próprio destino[65]. Sob esse aspecto, poucos personagens da literatura daquele período poderiam ser mais modernos. Não é sem espanto que vemos se desenhar na face de Brás Cubas um trejeito de Capitu.

[65] A correlação entre destino e lei paterna foi feita por Freud no artigo "Dostoiévski e o parricídio".

Schwarz argumenta, em "A poesia envenenada de Dom Casmurro", que a modernidade de Capitu entrou em luta com o patriarcalismo arcaico da época, o mesmo que narra o romance. Nas *Memórias*, a narração é um complexo sobrepor-se de ideologias e visões de mundo, em que autoritarismo e submissão, patriarcalismo e modernismo se entrelaçam na voz do narrador. Por essa razão, o capítulo das negativas não pode ser lido como uma defesa da adequação da personagem. Não se depreende de sua leitura que Brás estaria melhor se tivesse entrado na política, casado, tido filhos, trabalhado – nesse caso, talvez ele fosse um Cotrim. A relativização daquilo que via de regra é valorizado demarca um tipo de escrita complexa, em que a ironia superior e altaneira, a sobranceria, fica corroída pela melancolia da queda não permitindo um ponto de vista específico, mas subentendido, com legitimidade para criticar todos os outros – conforme é comum nos procedimentos irônicos.

Temos visto como Brás acatou muitas vezes as ordens de seu pai e utilizamos isso para salientar que ele ficava à mercê de diversas vontades que nunca eram as suas, mesmo que dissesse, no mais das vezes, o contrário – o mesmo poderia ser demonstrado a partir de Virgília, Quincas, Cotrim. Esse é o resultado. Mas o processo que leva a esse resultado passa por uma sucessão de negativas de Brás ao pai – ao desejo do pai, portanto à hierarquia da "cidade familiar". Ele não quer ser o que o pai quer que ele seja. Demonstra-se inseguro o tempo inteiro, pondera, se afasta. É uma consistente postura anti-patriarcal. Contudo, ela nunca se concretiza – o destino de Brás retorna incansavelmente e, quando retorna, arrasta Brás para as ruínas do patriarcado.

Jurandir Freire Costa, em *Ordem médica e norma familiar,* aproveita a postura desenvolvida por Gilberto Freyre. Costa estuda o que chama de "mundo do semelhante" ou "cidade familiar" (1989, p. 46-48). Argumenta que durante três séculos esse mundo do semelhante dominou as estruturas políticas, sociais e familiares no Brasil. A família, nessa estrutura, tendeu a criar mecanismos de vinculação dos membros com seu propósito. Entre esses mecanismos estava a "auto-referência": "os interesses da propriedade excluíam a possibilidade de que os membros da família orientassem suas condutas, desejos e aspirações em função de outros parâmetros" (Idem, p. 46). Com isso, os limites da casa-grande eram também os limites do mundo. Outro mecanismo era a "dependência do pai": "seu desejo e seu nome davam unidade às aspirações dos indivíduos" (Idem, p. 47), o que fazia com que a propriedade familiar estivesse sempre acima das aspirações do Estado, por exemplo. "Habituados a defender o pai para sobreviverem, os membros da família demoraram a

acreditar que a sociedade pudesse oferecer-lhes meios de autonomia econômica, social e psicológica" (idem, p. 47).

Ao resistir ao desejo do pai, mesmo que de maneira inconsciente e inconsistente, Brás ganha um aspecto apreciável para nós, leitores do século XXI. Sem estar de todo afeito aos parâmetros mais aburguesados do Estado, nem cumprir o desejo do pai, Brás constrói uma posição social instável, em que, apesar de conceder ao poder, produz crítica. A opressão que mata Capitu, também ela decompõe Brás. Ele é um complexo monumento, em que se mesclam vidros modernos sobre fundações arcaicas. Não é correto vislumbrar, como temos feito, o conteúdo crítico das *Memórias* apenas no lado opressor e autoritário de Brás, pois ele se congrega a aspectos críticos e renovadores – sufocados pelo desejo do pai e, mais adiante, pela cegueira da "ordem e progresso" – ainda que esses aspectos críticos e inovadores estejam de imediato presos a uma espécie de regressão ao mundo da infância, o que lhes tira a força e consistência política – bem ao contrário de Capitu, forte e adulta desde menina. Marx e Engels dizem no *Manifesto comunista* que o herdeiro herda a herança, mas a herança também herda o herdeiro. A classe que tem se construído como sujeito da história, subitamente, revela-se objeto de mecanismos sociais que se esgarçavam.

Na forma do romance, a fragmentação inicial que passa a andamento realista provoca certa instabilidade na atitude crítica, que não pode nem se sentir à vontade em entender a fragmentação como proposta formal do romance, nem se sentir à vontade para entender o andamento realista como eixo organizador da prosa. A trama está organizada para criar uma encruzilhada entre as duas possibilidades – sem decidir por nenhuma. Brás se exilou da cidade familiar ao mesmo tempo que não encontrou abrigo na cidade capitalista. O fragmento nas *Memórias* não redime as coisas, como em Walter Benjamin. O fragmento nas *Memórias* imobiliza as coisas – petrifica a história, a personagem e o narrador. Imobilizando o próprio destino no tédio de si – em tudo o que vê, Brás encontra sempre a própria imagem –, a subjetividade patriarcal aprecia a própria decadência com um gozo estético de primeira ordem (cf. BENJAMIN, 1996, p. 196). O fragmento imobilizado não consegue se desvencilhar da história reificada, a não ser, é claro, que o crítico dialético o redima compreendendo que a forma fragmento é o conteúdo mais amplo de uma impossibilidade: o sujeito criativo, atento à vida, sensível ao outro, propositivo da democracia. O aspecto Capitu de Brás Cubas não passa de uma trovoada, menos do que idéia móbil – e, nesse sentido, benjaminianamente, tem muito a nos dizer.

A interrelação, nos narradores da segunda fase, entre rememoração e repetição permite que insistamos um pouco na proposta de Freud em *Além do princípio do prazer*. A repetição do passado – como uma espécie de compulsão seja em Bento Santiago seja em Brás Cubas, que não consegue acertar as contas com o destino paterno – fecha a prosa literária nos limites do "eu", que, no mesmo momento de seu fechamento, se desfaz. O aparecimento da primeira pessoa no romance brasileiro, nesse sentido, estaria ligado ao desaparecimento do "eu" senhorial, que retorna como uma espécie de ressentimento de classe ficcionalizado.

Por essa razão, cumpre analisar o fechamento subjetivo de Brás. O tédio, a melancolia, a ponta do nariz, as regressões infantis – há diversos modos de começar a abordar o problema. Um deles foi apontado em outro momento, sem ser desenvolvido de todo. No capítulo "Triste, mas curto", Brás se refere ao passado conforme já citado:

> Não nego que, ao avistar a cidade natal, tive uma sensação nova. Não era efeito era efeito da minha pátria política; era-o do lugar da infância, a rua, a torre, o chafariz da esquina, a mulher de matilha, o preto do ganho, as coisas e cenas da meninice, buriladas na memória. Nada menos que uma renascença. O espírito, como um pássaro, não se lhe deu da corrente dos anos, arrepiou o vôo na direção da fonte original, e foi beber da água fresca e pura, ainda não mesclada do enxurro da vida.

Na seção anterior procuramos prestar atenção no "preto de ganho", que aqui aparece entre as cenas buriladas na memória. Nesse momento, a ênfase está na liberdade do "espírito" de Brás em limpar suas lembranças dos barros que o "enxurro da vida" traz para as águas frescas e puras da fonte original. Essa passagem antecede a morte da mãe de Brás e está no capítulo XXIII. Mais adiante, no capítulo LXXXVII, "Geologia", o narrador retoma a expressão nos seguintes termos:

> Tudo se deve dizer: havia no Lobo Neves certa dignidade fundamental, uma camada de rocha, que resistia ao comércio dos homens. As outras, as camadas de cima, terra solta e areia, levou-lhas a vida, que é um enxurro perpétuo. Se o leitor ainda lembra do capítulo XXIII, observará que é agora a segunda vez que eu comparo a vida a um enxurro; mas também há de reparar que desta vez acrescento-lhe um adjetivo – perpétuo. E Deus sabe a força de um adjetivo, principalmente em países novos e cálidos.
>
> O que é novo neste livro é a geologia moral do Lobo Neves, e provavelmente a do cavalheiro que me está lendo. Sim, essas camadas de caráter, que a vida altera, conserva ou dissolve, conforme a resistência dela, essas camadas mereceriam um capítulo, que eu não escrevo, por não alongar a narração.

A geologia das camadas de Lobo Neves, que seria a novidade do livro, se remete ao "cavalheiro que me está lendo". Uma adulação extremamente irônica. Mas como assim Lobo Neves, como assim o leitor? O livro não trata de Brás Cubas? Vimos como Machado em diversos momentos fez Brás pensar sobre si mesmo através de seu modo de pensar o outro (justo porque ele não consegue encontrar no outro nada além de si mesmo). Aqui o artifício não parece tematizado – Machado deixou muito claro o procedimento nas outras passagens

em que o utiliza. Ainda assim, fica bastante evidente que as *Memórias* procuram estudar literariamente "as camadas de caráter" que a vida alterou, conservou ou dissolveu em Brás Cubas – em que ele permanece passivo diante da vida, apreendendo os movimentos como objetos prontos.

O enxurro da vida é encoberto, imaginariamente, pela fonte original, capaz de organizar as camadas que Brás perdeu, tanto quanto alguns de seus leitores. O enxurro, isto é, a vida social, está completamente recortado de Brás, que vira objeto de si mesmo. A biografia de Brás é uma biografia de retorno, não de avanço – retorno ao renascimento no lugar da infância. A utopia do narrador se revela ser a dominação de outrora transformada em literatura. Nesse caso, a dominação como utopia se refere ao indivíduo elevado à altura infinita das possibilidades de racionalização do mundo, no mesmo momento em que perde as possibilidades de agir sobre ele, razão pela qual seu pensamento se torna mais e mais abstrato.

O fechamento de Brás sobre si próprio não deixa de constituir a condição objetiva para que ele e o leitor de determinadas épocas não possam reconhecer aquilo que determina a individualidade como tal. Os capítulos que vão do XXII até o XXVIII tem um andamento que pode ilustrar as tensões entre o espaço do arbítrio do narrador – bastante circunscrito e muitas vezes nulo – e a determinação do narrador por movimentos externos. A individualidade aparece quando o indivíduo não possui a possibilidade de agir.

O capítulo XXII narra o retorno de Brás ao Rio de Janeiro e à "substância da vida", por ocasião da doença fatal de sua mãe. Nele, o narrador desconversa sobre a vida que levou na Europa, conta a respeito da carta que seu pai escreveu pedindo para que voltasse ao Brasil, lembra de tudo o que deixou para trás no velho Continente e ironiza o leitor "*in-12*". Temos uma ficcionalização dupla, entre o tempo da escrita e da leitura (que, se depender de Brás, nesse caso, deveriam coincidir) – "não alonguemos este capítulo" – e o tempo do narrado, que sumaria uma série de acontecimentos, sem se deter em nenhum deles porque não seriam matéria para memórias, não faziam parte da "substância da vida". A escrita, portanto, nunca ocorre na solidão, mas sempre em tensão com o leitor que se torna um problema interno à forma literária, como demonstrou Helio Seixas Guimarães. O tom de conversa segue no capítulo seguinte em que aparecem expressões como "não nego que", "reparando bem", "passemos", em que o leitor e o narrador como que se mesclam num dialogo amigável – e em que este último procura se explicitar como alguém que coincide com a vontade do leitor. Novamente, o capítulo se ocupa dos pensamentos e reações do Brás personagem, como que flagrados pelo Brás narrador. A morte da mãe o entristece, parece-lhe algo "obscuro,

incongruente, insano". O narrador procura conduzir o leitor a um capítulo mais alegre e considera a si mesmo "um fiel compêndio de trivialidade e presunção"; amigo dos ornamentos, da futilidade, temente ao olhar da opinião, ao contraste de interesses, à luta das cobiças. Contudo, depois da própria morte já se pode estender ao mundo o que se fala a própria consciência, com o "desdém dos finados". Até aqui são três capítulos em que o narrador expressa uma série de reflexões, sempre se fazendo de obediente ao leitor.

Como acontece ao longo de todo o livro, Brás insinua uma desobediência em relação ao pai – ir se meter num sítio, na Tijuca –, que, dias depois se transforma em aceitação dos planos paternos. O jogo entre se afastar do pai e se aproximar do destino logo em seguida tem parecença com o jogo de se afastar e se aproximar do leitor. Novamente, o capítulo se passa, por assim dizer, na mente da personagem: "Uma parte de mim mesmo dizia que sim, que uma esposa formosa e uma posição política eram bens dignos de apreço; outra dizia que não; e a morte de minha mãe me parecia como um exemplo da fragilidade das coisas, das afeições, da família..."

Esse narrador descreve uma personagem incapaz de sair de si mesmo. A custo, Prudêncio consegue tirar o senhor de seu ensimesmamento, em passagem lembrada anteriormente. Da mesma forma, o pai de Brás Cubas como que o puxa para o mundo. As falas, tanto de Prudêncio quanto do pai, são espécies de trampolins que impulsionam Brás para mais longe das águas de sua interioridade ao mesmo tempo que o levarão mais fundo logo em seguida.

No capítulo XXVII, será o leitor inscrito no texto quem se transforma no trampolim, de modo que temos uma espécie de estrutura narrativa desenhada nesses capítulos: as intercalações que o Brás narrador remete ao leitor tem o mesmo papel que as intercalações e falas que afastam, momentaneamente, o Brás personagem do seu abismo interior, de sua ilusão. O capítulo em questão começa assim: "Virgília? Mas então era a mesma senhora que alguns anos depois?... A mesma". Instigante, em seguida, se torna a transformação da própria Virgília em leitora, uma leitora crítica, que procura inquirir Brás a respeito da possibilidade de "discernir a verdade".

O capítulo seguinte começa com a mesma pergunta que o leitor tinha feito, mas dessa vez que a faz é o próprio Brás, para o pai: "- Virgília?".

Está ficcionalizada nesses capítulos a diferença entre o estilo "lesto" para o estilo mais truncado e realista – significando, este, certa insegurança na expressão; se trata de uma

passagem do estilo irônico e arbitrário (superior) para o estilo melancólico (infantilizado). Nesse andamento, o ponto de vista do defunto media o processo, sem percebê-lo efetivamente, mas sempre arrogando direitos de verdade. As contradições do estilo são observadas, pelo narrador, como contradições do próprio Brás – sendo ele quem cansa, sendo ele quem se entedia. Cidadão da cidade familiar, ele não percebe os movimentos sociais que lhe possibilitam falar como fala, de onde fala. Fechou-se em si mesmo e não haverá, doravante, trampolim suficiente para impedir que se afunde.

Brás então passa a desconsiderar a qualidade do leitor e tematizar a fatuidade das interpretações do romance, como nos capítulos "O bibliômano" e "A um crítico". A vontade do outro não deveria escapar à incapacidade de Brás entender aquilo que era diverso de si mesmo.

Acredito que esses procedimentos são uma das amostras que a volubilidade, afinal, não expressa o poder do narrador frente à matéria narrada quando a compreendemos pela esfera do conteúdo – pois ele fica condicionado a uma luta pelo sentido, que não está posto de antemão. Tivemos a oportunidade de ver que as principais rupturas ou mudanças na vida de Brás Cubas não partiram de decisões dele, Brás, pelo contrário, aconteceram à sua revelia, muitas vezes o contrariando. Mesmo assim, toda a contrariedade é vista a partir de dentro – num espaço que não é o espaço de um ego soberano, apesar do que possa parecer. O fechamento de Brás no delírio de poder exercer à vontade seus projetos e desejos faz com que ele fique sensível aos movimentos históricos – sua escrita acaba sendo uma espécie de negativo fotográfico. Aquelas rupturas no nível do enredo – que segmentam o livro – ocorrem nos capítulos descritos acima no nível das orações: a voz do outro constantemente corta a voz do próprio Brás, dando a impressão de que estamos, para usar uma expressão que o narrador usará mais ao fim do romance, num jogo de peteca, em que a peteca é o próprio Brás. É sob esse aspecto que relativizo a idéia de volubilidade como uma volubilidade do narrador. Evidentemente, tudo nas *Memórias* está mediado pelo narrador. Ainda assim, trata-se de uma técnica literária que procura atrair o leitor para o poder de Brás ao mesmo tempo que fornece elementos que desmentem esse poder. Quando a volubilidade é provocada a partir de fora ela fica melhor descrita conforme o próprio Schwarz propõe em diversos momentos: uma volubilidade narrativa, o que é diferente. Sob esse aspecto, cabe ver que não é verdade que "a versatilidade do narrador faz pouco de todos os conteúdos e formas que aparecem nas *Memórias"* (SCHWARZ, 2001, p. 31). Pelo contrário, os objetos dos quais Brás fala, talvez possamos falar deles como conteúdos do pensamento do narrador, contrariam a arrogância de

Brás diante deles, apresentam uma espécie de existência para lá do que Brás pode, quer e deseja. Os "objetos", incluindo aí os dependentes e escravos, transitam para lá dos interesses, caprichos e arbítrios do narrador – que sem prejuízo de ser efetivo e conseqüente – não consegue subsumir sobre si a totalidade dos funcionamentos sociais. Enfim, aquilo que Brás vê como "material para subjugação" (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p. 81) sempre que possível não se deixa subjugar. O silenciamento silencia o outro para Brás, mas não é possível que silencie o outro para ele mesmo e para aqueles que são seus semelhantes. As vozes que puxam Brás para fora de si mesmo apontam para o horizonte social que há décadas vinha se modificando e, doravante, não pode mais ser legítima e realisticamente descrito por um pensamento como o desse descendente de escravistas.

Schwarz aponta que o narrador está sempre em busca de uma superioridade qualquer, em relação ao leitor e aos personagens. Sugiro que enlacemos a busca da superioridade e a volubilidade, insistindo mais na proposta de Schwarz. Ou seja, um dos métodos de Brás Cubas parecer superior, mesmo quando não é, seria a volubilidade – expressão da ideologia senhorial. Com isso, uma instância subjetiva (o sentimento de superioridade), uma instância formal (a volubilidade) e as instâncias históricas se explicam conjuntamente e se desmentem. De modo que a contradição do Brás para com o próprio Brás pode ser lida como uma contradição na realidade. Para levá-la ao extremo é preciso que o leitor e o crítico construam uma contradição, nas palavras de Adorno (2008, p. 141), contra a realidade, isto é, que não aceitem aquilo que normalmente entendemos como realidade: a subjugação total e irrestrita do escravo e do dependente. O fechamento subjetivo do narrador – sempre a remeter os movimentos históricos para os próprios nervos, para o próprio sangue, para a própria escrita – coincide com o recalque da contradição histórica. O resultado, o tédio, abarca a impossibilidade de conceber o outro como centro de desejos e vontade.

Talvez – se trata de uma hipótese interpretativa e nada mais – haja aí uma espécie de crítica à positividade de certos procedimentos irônicos em que a ironia tem um fundo valorativo demarcado por posições de classe privilegiadas. Com isso, o livro seria marcado por passagens entre procedimentos irônicos, do narrador, e movimentos melancólicos, em que fica demarcada – em contrária à visão lukacsiana na *Teoria do romance* – a ironia como técnica de dominação discursiva e não como a mais alta liberdade possível em um mundo sem Deus. O que, se for assim mesmo, não deixa de ser tremendamente irônico, contra a ironia.

Se não estou enganado, tudo isso evidencia um processo que a lógica formal do livro procura contar ao leitor. Uma das técnicas utilizadas por Machado foi que a partir da metade

do livro, mais ou menos a partir do ponto em que começa seu relacionamento adúltero com Virgília, os capítulos que tinham sido em torno de 50, até o final, serão mais de cem, em um número de páginas semelhante ou quase igual àquele utilizado até o início do adultério.

Ou seja, há uma diminuição no tamanho dos capítulos. Além disso, ocorre uma fixação maior de personagens, com as quais Brás começa a se relacionar, Virgília e Quincas Borba, sobretudo. Os sumários abundantes na primeira parte dão lugar a sucessões de cenas, intercaladas, ora e vez, pelas intromissões do narrador – que, então, mais uma vez, tem uma função técnica importante, qual seja, a de conduzir o movimento do livro de um aparente poder ilimitado sobre as pessoas, a vida e o destino, para uma quase completa impossibilidade de ação.

Nesse ponto, o leitor perguntará, com justiça, se não estou invertendo as coisas. Afinal de contas, a impossibilidade de agir seria expressa por sumários extensos e pela interiorização de elementos do real, do que por cenas.

O livro, contudo, instala uma coerência própria. Uma vez que o leitor a sinta, acompanhará os efeitos. É também Roberto Schwarz quem salienta que tudo nas *Memórias* tem resolução imaginária[66]. Ou seja, Brás é um sujeito delirante. Vimos, por outro lado, como isso parece ser uma descrição do sujeito do esclarecimento, tal como Adorno o entendeu. Isto é, bem mais do que a descrição de um funcionamento da elite nacional, a escrita iludida pela volubilidade incorpora um modo de ser das elites mundiais século XX adentro.

Como no caso da superioridade, também é preciso engajar o delírio recorrente e a imaginação que se sobrepõe ao movimento concreto como um aspecto da personagem. Assim, Brás se recolhe para sua imaginação porque concretamente seu poder não se realiza.

Retomando, isso não significa, como Marx já tinha salientado, que a imaginação não tem conseqüências práticas, antes o contrário. A complexidade do livro, talvez, está em trabalhar o enredo no jogo de influências entre imaginação e vida social.

A técnica proposta na segunda parte do romance, uma vez construídas as personagens principais e fixada a vida do narrador, salta de cenas para a imaginação de Brás, com o que o aspecto delirante de seu desejo e de sua personalidade não está em primeiro plano, mas sugere efeitos mais matizados do que poderia sugerir marcar a imaginação com sumários e a realidade com cenas.

---

[66] Estranho imaginário, em que o funcionamento alienado – ao contrário do que Lacan nos ensina – ocorre na órbita do desejo paterno.

É por isso que as interrupções de Brás se parecem com aquelas apontadas por Erich Auerbach quando analisa a *Odisséia.* Não se trata de interromper a narração para aumentar a tensão e criar efeitos no leitor – embora isso faça parte da estratégia, não é o principal. Pelo contrário, nas *Memórias* quase poderíamos dizer que ocorre o inverso, ou seja, que a narração interrompe a imaginação, sendo esta a estrutura da realidade apresentada – e isto fica evidente nos capítulos descritos acima, quando falamos a respeito do "trampolim".

De alguma maneira, a história do Brasil se assemelha com a imaginação de Brás Cubas, e isso em diversos sentidos, desde o apagamento da escravidão e dos escravos, até a crença no poder das elites de cada geração em apenas elas terem consciência suficiente para promover as mudanças necessárias nas estruturas políticas do país.

Em dado momento, Brás acusa que o despropósito o fez perder outro capítulo. O despropósito o fez perder a vida, além do capítulo, e é ele mesmo que organiza sua relação com Dona Plácida, Prudêncio e Eugênia. Com isso, o narrador de Brás Cubas apresenta um poder limitado e delirante, embora, dada sua posição social, com conseqüências. Esse poder limitado é utilizado para convencer o leitor, o tempo inteiro, de que o narrador exerce poder ilimitado, sobre tudo e todos.

A busca da manutenção da estabilidade imaginária conferida pelo delírio de poder é um tema que o narrador aponta recorrentemente nos outros, mas evita quando se trata de apontá-lo para si[67]. Veja-se, a passagem já citada em que, ao falar do Quincas Borba mendigo, afirma que o entristece "encarar o abismo que separa as esperanças de um tempo da realidade de outro tempo". A conclusão a respeito das reflexões sobre o abismo, aparentemente sem um motivo, reabre no peito do narrador a flor da melancolia. A inconsciência da personagem trilhou os caminhos do conhecimento de si – e se abriu em tristeza. Trata-se de uma percepção literária finíssima e que nos apresenta mais uma vez o enjaulamento do exterior pela inconsciência da personagem.

Já Schwarz tinha chamado atenção para a ligação que Brás faz entre uma moeda achada ao acaso e Virgília (no momento em que essa troca de par em uma valsa). "É minha!", diz Brás, a respeito das duas. Para aplacar sua consciência a respeito de ter a mulher que não é sua, Brás procura a polícia para devolver a moeda que não era sua. Assim, contemporiza a consciência do valsista, não em termos práticos, mas em termos inconscientes e imaginários.

[67] Brás é tão incapaz de se identificar que quando está diante de algo estranho em sua interioridade não consegue entender isso como interioridade. Ao mesmo tempo, esse desconhecimento faz com que ele aponte em quem o cerca as análises que faz de si mesmo.

Machado faz questão de construir o episódio de maneira a evidenciar que Brás não percebe a ligação – quando personagem –, mas não explica o procedimento, de maneira que é preciso o leitor conscientizá-lo. A personagem, então, fica apresentada como uma personagem que não alcança autonomia nas decisões mais relevantes de sua vida, sendo guiada por uma espécie de dispositivo patriarcal internalizado.

No episódio a respeito de Quincas Borba, podemos fazer um movimento interpretativo semelhante. Ao encontrar o mendigo e compara-lo ao menino de escola, Brás nota um abismo e se entristece com isso. Sugere ao mendigo que trabalhe, mas, este responde que não quer trabalhar. Ao chegar em casa, Brás continua refletindo a respeito do "abismo" entre a esperança e a realidade. Fica triste com isso. Contudo, a tristeza que sente é tristeza a respeito de si mesmo e, para resolver sua própria tristeza, passa a refletir a respeito de "um projeto" que pudesse regenerar o mendigo, trazê-lo ao trabalho e ao respeito.

Assim, as intromissões do narrador cumprem um papel fundamental na estrutura narrativa, que é a de fazer a realidade entrar na órbita dos problemas de Brás consigo mesmo, estando no centro destes problemas a questão da disparidade quase nunca consciente, e quase sempre recalcada, entre o que Brás se imagina ser e o que ele está se tornando. Vendo por outro lado, as intromissões do narrador organizam o livro e o que ocorre são intromissões do material narrado, intromissões da narração, por onde, se lermos com cuidado, conseguimos reparar uma densa contradição histórica e o aparecimento de modos diversos de compreender e construir a realidade social, modos que, infelizmente, não é prática corrente serem levados em conta.

Mais amplamente, esse é um procedimento que parece explicitar o funcionamento da ideologia no modo de ser de cada sujeito, ao menos na elite. A derrocada das classes abastadas se transforma em literatura – isso tem sido comum no Brasil. Já a miséria das classes pobres permanece em silêncio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi uma preocupação ao longo da escrita dessa dissertação ter sempre em mente a crítica que Pierre Bourdieu faz da leitura de *lector*. Nas *Meditações pascalinas* e em *As regras da arte* o sociólogo argumenta que é muito comum em neófitos a crítica mais ou menos inconsciente e inconsistente de figuras consolidadas. Schwarz é uma figura mais do que consolidada e eu sou um mestrando, portanto, há alguma relação entre minha situação e aquilo que Bourdieu apresenta. O que me permite pensar que não empreendi uma leitura de *lector* da obra de Schwarz é o fato de que desde o início eu procuro apreender com seu caminho de estudos um caminho que eu possa empreender. Em outras palavras, a crítica não precede os estudos, pelo contrário, se tornou uma exigência deles, pois, com o passar do tempo, algumas das posições de Schwarz me pareceram possíveis de ser discutidas. Espero que, mesmo em meu relativo despreparo, eu tenha conseguido manter o debate no nível que as idéias de Schwarz merecem, sem desrespeitá-las nem entendê-las fora do seu complexo contexto de elaboração.

O projeto de pesquisa que este trabalho tentou apresentar não se encerra por aqui. Sua continuidade foi aceita no Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS e deverá persistir ainda por pelo menos quatro anos. Por esse motivo, não se pode falar em conclusões. Contudo, isso não deve servir para esquivar do debate. Espero ter apresentado algumas idéias mais ou menos precisas, que possam ser criticadas, reformuladas e rebatidas. Elas não pretendem ser concepções finais, nem gostariam de ser vistas como um contraponto puro e simples às idéias de Roberto Schwarz. Penso que seriam mais bem descritas como idéias que procuram dar continuidade crítica ao trabalho de Schwarz, fazendo uma releitura de pressupostos.

A primeira dessas idéias é a concepção hipotética de que há uma forma recorrente de se tratar a respeito da escravidão e dos escravos nos trabalhos de alguns dos principais intérpretes do Brasil. Essa forma se apresenta com o que chamei de ambivalência. Em

Gilberto Freyre, por exemplo, pensei reparar uma espécie de abatimento dos antagonismos; em Florestan Fernandes, o escravo reificado passa a figura lateral (enquanto a escravidão ganha o centro) – o que a historiadora Celia Maria de Azevedo Marinho chamou de "tirar o negro de cena"; em Caio Prado Jr. a escravidão é vista como importante e fundamental, o escravo é apresentado como a força motriz essencial para a construção do país, mas o texto contradiz a si próprio, dando pouca importância para a análise dos escravos; em Schwarz, por fim, a relação escravista fica resolvida por adjetivos aos quais seria necessário seguir longas explicações.

Antes de prosseguir, quero chamar atenção para a afirmação de Azevedo Marinho sobre Florestan Fernandes. Quando prestamos atenção na obra de Fernandes como um todo podemos notar grande preocupação com o tema do escravo, durante décadas. O sociólogo se ocupou de debater os problemas colocados por Gilberto Freyre e sua herança, ao passo que Azevedo Marinho o cobra já à luz dos debates que surgiam nos anos 1980, com a história social – quando Fernandes se ocupava com mais afinco da atividade política, participando, inclusive, da assembléia constituinte. É inegável que Fernandes repercute na forma com que escreve algo da postura que nunca cansou de criticar: a de entender que apenas as elites podiam modificar e pensar o país; enquanto a população de um modo geral permanecia sempre inerte, incapaz de se organizar e se fazer representar.

Com isso, vimos que algo de Brás Cubas – o silêncio reticente com que trata a escravidão, o "cala a boca, besta" – vem até os nossos dias e não apenas nos discursos mais preconceituosos e desavisados, mas – se é que tem cabimento o que estou dizendo – justo em alguns dos discursos mais críticos e modernos de que dispomos para entender nosso país. Argumento, assim, que fazemos bem em criticar pressupostos de nossas pesquisas, mas fazemos mal quando supomos que basta enunciar superação para superar de fato aquilo que é um problema efetivo da sociedade como um todo e não apenas da forma científica de enunciar esse ou aquele problema.

Defendi, além disso, que o poder do narrador – aparentemente discricionário, segundo diversas leituras – não é tão grande quanto parece. O enredo nos aponta essa interpretação o tempo inteiro, embora o narrador se ocupe de enganar a si mesmo e, com isso, também o leitor. Propus que tratássemos dessa postura narrativa sob a alcunha de "ilusão de poder" e procurei explicar essa ilusão por meio de uma espécie de "dialética negativa", em que a literatura de Machado ficcionalizou o desaparecimento objetivo de uma relação social, isto é, a relação escravista, e a sua permanência na forma de tabu (na acepção adorniana) – ligado à

ilusão, está o silenciamento ou recalque da alteridade social do narrador, construída justamente nas relações escravistas. Assim, estou de acordo quando Schwarz fala em forma volúvel, mas não me parece adequado derivar dessa forma um narrador poderoso, que mimetiza as elites como tais. Pelo contrário, entendo que se trata de uma estilização às últimas conseqüências – em que não se imita propriamente as elites nacionais, mas se propõe uma personagem literária que vai erodindo a si própria, a sua própria consciência e a possibilidade de se representar.

Ao não trabalhar, não formar família e não participar das decisões políticas (o que é sempre um modo de participar delas, obviamente), Brás não está dizendo que ele seria alguém melhor caso trabalhasse, constituísse família e militasse na política. Nesse caso, estaríamos diante de um Lobo Neves ou um Cotrim. As negativas de Brás agem em dois gumes, contra si mesmas e contra a afirmação que elas supõem. Portanto, as negativas não trazem uma moral escondida em si, remetendo a valores apreciáveis que deveriam ser perseguidos pelo leitor. A escrita de Brás, como conceito, esconde o processo de estreitamento das possibilidades de ação objetiva do próprio Brás. Com isso, sua percepção tem apenas uma direção: a subjetividade enclausurada que, não obstante, se o leitor não permanecer atento, acaba soando como representação adequada da realidade como um todo.

E fica escondido pela escrita de Brás não a verdade, a coisa em si, que, afinal, não pode ter ligação imediata com a palavra a não ser nos piores momentos de autoritarismo e opressão – fica escondida a violência que organiza nosso modo de produzir realidade, excluindo do espectro do expressável e do representável a experiência e o sofrimento da maior parte da população ao longo de séculos. A escrita de Brás – como boa parte da literatura brasileira do século XIX – projeta os eufemismos do poder frente à miséria que ele promove (Adorno sempre dava o exemplo da música que tocava para abafar os gritos de dor nos campos de concentração). Por isso a volubilidade narrativa não pode expressar o livro como um todo: caso o faça, aquilo que o conceito de volubilidade não expressa desaparece, cedendo lugar a uma dominação total, que, afinal das contas, nunca foi possível e, sobretudo, que não está tematizada no livro.

Ao mesmo tempo, a volubilidade corresponde à forma literária e a correspondência na crítica da volubilidade como totalidade social cria efeitos radicais de revelação a respeito das desigualdades sociais. A não-identidade de Brás consigo mesmo, sua constante desidentificação de si guarda uma atitude renovadora. Identificação e desidentificação

desparafusam os batentes e deixam as portas soltas, a casa fechada do conceito aberta à luz e às sombras do futuro, de momento, as luzes e sombras desta dissertação.

Talvez seja esse o exato ponto de contato entre a escrita de Adorno e a escrita de Brás Cubas: ambas são atravessadas pelo sofrimento. Em Adorno, Auschwitz, em Brás, a escravidão. O sofrimento de Adorno, porém, surge da possibilidade de se identificar com o sofrimento nos campos de concentração, enfim, a possibilidade de também ser assassinado. Quanto a Brás, seu sofrimento e sua melancolia aparecem na medida do afastamento do sofrimento do subalterno, com quem é impossível estabelecer identificação. O sofrimento da escravidão não chega aos ouvidos do narrador das *Memórias* e seu tédio é a subjetivação de uma alienação objetiva da classe dominante, preocupada sempre com o próprio nariz.

Terry Eagleton escreveu: "Como o estilo de Benjamin, o seu [de Adorno] também é constelatório; cada frase, uma espécie de enigma cristalizado, da qual a próxima não é dedutível" (EAGLETON, 1993, p. 247).

O estilo de Brás Cubas tem algo desses "enigmas cristalizados", nos quais as frases não aparecem em seqüências dedutíveis, mas em quebras e rupturas. Schwarz, como vimos, tem uma boa explicação de porque a escrita do romance é assim. Acrescente-se que a semelhança do estilo do livro, ainda que remota, com a descrição que Eagleton faz de Adorno e Benjamin talvez remeta a um lampejo ou uma potência de crítica nas posturas de Brás. A escrita das *Memórias* tem algo de libertador na sua postura conservadora. Adorno e Benjamin apontam para a barbárie da razão e da burocracia totalitária e nos ensinam e habilitam a reconhecer os aspectos da barbárie e da burocracia que se realizam na linguagem e na cultura. Não erguem apenas a crítica, que seria mais ou menos inocente se fosse apenas isso, de que o conceito não é capaz de expressar todos os particulares, mas o posicionamento radical de que o particular – apesar do conceito – retém a utopia de uma organização social empenhada na construção e na manutenção de uma democracia efetiva.

As constantes negativas ao longo do romance de Brás em relação aos destinos traçados pelo pai são uma motivação profunda de uma boa quantidade de fugas, resistências e dúvidas expressados pelo estilo volúvel, ou, nesse caso, instável.

As negaceadas de Brás internalizam a escravidão que desaparece, levando junto a segurança de uma identidade que teria atrás de si três séculos de objetivação. Impossível de continuar existindo no momento da escrita das *Memórias*, tal identidade existe como tabu – no sentido adorniano – mas não tem fundamento objetivo, nas relações sociais e de produção.

Brás está morto mesmo quando está vivo. A erosão do escravismo erodiu também certos modos de ser – e o romance trata, a meu ver, dessa lenta erosão.

O breve estudo aqui ventilado sobre como se tem falado a respeito da escravidão mostrou que a não-identidade entre conceito e objeto pode nos ensinar sobre modos de expressar e recalcar (recalcar expressando) constituídos na sociedade escravista e que persistem ainda atualmente. Não se trata, obviamente, de propor conceitos mais adequados, totalidades mais totais. Trata-se de fazer como Machado e refletir nos limites da linguagem do poder, para lá da qual não se encontrará nem verdade, nem salvação, mas se construirá – quem sabe – conhecimentos a respeito das possibilidades de ação e palavra na periferia do capitalismo.

A realidade, tal como ficcionalizada nas *Memórias*, é reflexo de um passado silenciado por Brás, a partir da construção de ilusões. E já não podemos ser confiantes para encerrar esse estudo com a convicção de que os Brás Cubas não colaboraram com seu legado para a nossa miséria, e de que nós mesmos – na concepção de realidade que temos – não funcionamos ainda, em alguma medida, como aquele narrador funcionava.

Talvez seja possível reescrever Brás Cubas a partir do estudo de Marx e Engels entitulado *Feurbach:* oposição das concepções materialista e idealista.

Para começar, os dois não teriam dúvida em dizer que Cubas é um idealista. Em seguida poderiam considerar, quem sabe, que se trata de um homem que pertence a uma classe que não tem mais o domínio irresoluto na esfera da produção. Se tivessem lido Faoro, eles poderiam argumentar que havia uma modificação nas relações sociais e produtivas e que essa modificação colocava na ordem social novas formas de ser, os capitalistas. Brás não era um capitalista, então ele estaria entre os que se retiram da cena, entre aqueles cujas idéias ainda representam o domínio, mas cujo domínio efetivo, o "poder material" já não existe mais.

Como duas classes dominantes – uma ascendente e uma descendente – dividem ainda a esfera política, também as idéias se dividem, da mesma forma que o trabalho passa por uma divisão. Alguns, pode ser que diriam Marx e Engels, passam a se ocupar de pensar (os decadentes como Cubas), enquanto outros "têm menos tempo para criar ilusões e idéias sobre si próprios" (MARX, 1982, p. 39), a exemplo de Cotrim.

A classe ascendente passa a representar seus interesses não como interesses seus, particulares, mas como interesses gerais e não se preocupa em negar as condições sociais até então vigentes, ou seja, não se preocupa em negar a escravidão – se é o que Brás passa a fazer, é porque ele não faz parte da classe ascendente.

Assim, as classes dominantes de cada época constroem um método histórico, que é o de realizar as próprias idéias e ilusões como realidade. Marx e Engels escreveram assim, com a ironia sarcástica que lhes é peculiar:

> Enquanto na vida comum cada *shopkeeper* sabe muito bem distinguir entre aquilo que alguém pretende ser e aquilo que é realmente, a verdade é que a nossa historiografia ainda não atingiu este reconhecimento trivial. Ela acredita que todas as épocas são, literalmente, aquilo que dizem e imaginam ser. (MARX, 1982, p. 42)

Ao falarem da historiografia alemã, talvez Marx e Engels possam ensinar algo a respeito de nós, leitores de Machado de Assis do século XXI, que de modo ainda inseguro, começamos a não acreditar no que Brás Cubas diz e imagina ser.

Mas pode ser que eu esteja transformando a filosofia de Marx e Engels numa filosofia grossa e banal, como aquela que o narrador das últimas crônicas machadianas pensava escrever. Banalíssimas, ele dizia. Menos mal que, no momento de enunciar suas banalidades, o narrador encerrava a crônica. Menos mal que, de minha parte, encerro a dissertação.

Boas noites.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. *Dialetica negativa*. Madri: Akal, 2008.

ADORNO, Theodor W. *Mínima moralia*: reflexões a partir da vida danificada. São Paulo: Ática, 1993.

ADORNO, Theodor W. *Teoria estetica*. Lisboa: Edições 70, 1988.

ADORNO, Theodor W. e HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ANTUNES, Ricardo. *Lukács*: um Galileu no século XX. São Paulo: Boitempo Editorial, 1996.

ARANTES, P. 1997. "Providências de um crítico literário na periferia do capitalismo". In: _____ e ARANTES, Otília. *Sentido da formação.* Rio de Janeiro: Paz e Terra.

ARANTES, P. 1992. *Sentimento de dialética.* Rio de Janeiro: Paz e Terra.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz*: Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

ARENDT, Hannah. Imperialismo. In: *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989 [1949].

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco*: o negro no imaginário das elites, século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BAKHTIN, M. 1997. *Estética da criação verbal.* São Paulo: Martins Fontes.

BOURIDEU, Pierre. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURIDEU, Pierre. *As regras da arte*: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CARVALHO FRANCO, M. S. de. 1976. As idéias estão em seu lugar. *Cadernos de Debate,* n.1, 1976.

CEVASCO, Maria Elisa e OHATA, Milton. *Um crítico na periferia do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1824. República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm. Acessado em: 10/01/2009.

GINZBURG, Carlo. *Relações de força:* história, retórica, prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FAORO, Raymundo. *Estudos Avançados* 6 (14), 1992. A questão nacional: a modernização. Pp. 7-22. Conferência do Mês do IEA feita pelo autor no dia 31 de março de 1992.

FERNANDES, Florestan. Florestan Fernandes: sociologia. São Paulo: Ática, 2008.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*: ensaio de interpretação sociológica. Guanabara: Rio de Janeiro, 1987.

FERNANDES, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil*: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1979.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 2 vol., 1978.

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos.* São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

FIGUEIREDO, Ângela; PINHO, Osmundo de Araújo. Idéias fora do lugar e o lugar do negro nas ciências sociais brasileiras. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 24, nº 1, 2002, pp. 189-210

FREUD, Sigmund. *Volume XXIII das obras psicológicas completas*: Além do princípio do prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1991.

GILROY, Paul. *O Atlântico negro*: modernidade e dupla consciência. São Paulo: Ed. 34., 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

JAMESON, Fredric. *O marxismo tardio:* Adorno ou a persistência da dialética. São Paulo: UNESP-Boitempo, 1997.

JAMESON, Fredric. *O inconsciente político*: a narrativa como ato socialmente simbólico. São Paulo: Ática, 1992.

LOWY, Michael. *A evolução política de Lukács*: 1909-1929. São Paulo: Cortez, 1998.

LUKÁCS, György. *Georg Lukács*: sociologia. 2.ed. São Paulo: Ática, 1992.

LUKÁCS, György. *Ontologia do ser social*: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. Sao Paulo: Ciencias Humanas, 1979.

LUKÁCS, György. *Estética*: La peculiaridad de lo estético. 3. edición Barcelona: Grijalbo, 1974.

LUKÁCS, Georg. *Introdução a uma estética marxista*: sôbre a categoria da particularidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

LUKÁCS, Georg. *Teoria de la novela*. Buenos Aires: Siglo Veinte, 1966.

MAAR, Wolfgang Leo. Materialismo e primado do objeto em Adorno. *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 29, n. 2, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci-_arttext&pid=S0101-31732006000200011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03/01/09.

MANTEGA, Guido & REGO, José Marcio. Entrevista com Francisco Cavalcanti de Oliveira. In: *Conversas com economistas brasileiros II*. São Paulo: Ed. 34, 1999, p. 91-117.

MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

MARX, Karl. *Obras escolhidas.* Vol. 1. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

MARX, Karl. *O capital.* São Paulo: Abril Cultural, vol. 1 e 2, 1982a.

MARX, Karl. Manuscritos econômicos e filosóficos. Disponível em: http://www.marx.org/portugues/marx/1844/08/man_eco_filo/index.htm. Consultado em: 27/05/2007.

PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*: colônia. São Paulo: Brasiliense, 2000a.

PRADO Jr., Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

RICUPERO, Bernardo. *Da formação à forma*: ainda as "idéias fora do lugar". *Lua Nova*, São Paulo, n. 73, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script =sci_arttext&pid=S010264452008000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08/02/2009. doi: 10.1590/S0102-64452008000100003.

SCHWARZ, Roberto. *Seqüências brasileiras.* São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SCHWARZ, Roberto. *Que horas são?* São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SOUZA, Antônio Cândido de Mello e. Formação da literatura brasileira : momentos decisivos 1750-1880. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2007.

SOUZA, Antônio Cândido de Mello e. O discurso e a cidade. São Paulo: Duas Cidades, 1993.

SOUZA, Antônio Cândido de Mello e. Vários escritos. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

TERTULIAN, Nicolas. *As etapas do seu pensamento estético*. São Paulo: UNESP, 2008.

VARADHARAJAN, Asha. *Exotic parodies*: subjectivity in Adorno, Said, and Spivak. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1995.

WAIZBORT, L. 2002. Influências e invenção na sociologia brasileira. In: MICELI, S. (org.). *O que ler na ciência social brasileira.* São Paulo: Sumaré, vol. IV.

Textos sobre a escravidão e o século XIX

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes*: formação do Brasil no Atlântico Sul (séculos XVI e XVII). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo : Companhia das Letras, vol. 2., 1998.

BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano*: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas:* magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BENJAMIN, Walter. *O drama barroco alemão.* São Paulo: Brasiliense, 1984.

BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil*: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos (1807-1869). Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1976.

BROOKSHAW, David. *Race and color in brazilian literature*. Metuchen, NJ & London: The Scarecrow Press, 1986.

CANDIDO, Antonio. The Brazilian family. In: SMITH, T. Lynn & MARCHANT, Alexander (orgs.). *Brazil: portrait of half a continent*. Nova York: The Dryden Press, 1951.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARVALHO FRANCO, M. S. *Homens livres na ordem escravocrata.* São Paulo: Unesp, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*: a elite política imperial; *Teatro de sombras*: política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. A nova historiografia e o imaginário da República. In: *Anos 90*: revista do Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre n.1, p. 11-21, maio de 1993.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio*: os significados da liberdade no sudeste escravista − Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, c1995.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de; RIOS, Ana Lugão. *Memórias do cativeiro*: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Campinas: Unicamp, 2001.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril*: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COSTA, Emilia Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Unesp, 1998.

COSTA, Iraci del Nero da. *Arraia-miúda*: um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil. São Paulo: MGSP, 1992.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar.* Rio de Janeiro: Graal, 1999.

DUARTE, Eduardo de Assis. *Machado de Assis afro-descendente*: escritos de caramujo. 2007.

FANON, Franz. *Peau noire masques blancs.* Paris: Points, 1974.

FLORENTINO, Manolo e GOÉS, José Roberto. *A paz das senzalas*: famílias escravas e tráfico atlântico − Rio de Janeiro, c.1790 − c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras*: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIIIi e XIX). São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FLORENTINO, Manolo e FRAGOSO, João. *O arcaísmo como projeto*: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma econommia colonial tardia − Rio de Janeiro, c.1790 − c.1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FLORENTINO, Manolo (org.). *Tráfico, cativeiro e liberdade*: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade*: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). Salvador: Unicamp, 2006.

FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura*: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRAGOSO, João (org.). *O antigo regime nos trópicos*: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1991.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1988.

GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros*: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, c2002.

GRINBERG, Keila. *Liberata*: a lei da ambigüidade − as ações de liberdade da Corte de Apelações do Rio de Janeiro no século XIX. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

IANNI, Octávio. *As metamorfoses do escravo*: apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

IANNI, Octávio. *Escravidão e racismo*. São Paulo: Hucitec, 1988.

LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência*: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro: 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LOVEJOY, Paul E. *A escravidão na África*: uma história de suas transformações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004 [1986].

MATTOSO, Katia M. de Queiros. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Petrópolis: Vozes, 1988.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil*: a história do levante dos malês em 1835. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

REIS, João José. *Negociação e conflito*: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

REIS, João José (org.). *Liberdade por um fio*: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio*: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850). Campinas: Unicamp, 2000.

RODRIGUES, Jaime. *De costa a costa*: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860). São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SILVA, Eduardo. *Dom Obá II d'África, o príncipe do povo*: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor* − esperanças e recordações na formação da família escrava (Brasil, sudeste, século XIX). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *Retrato em branco e negro*: jornais escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SCHWARCZ, Lília Moritz (org.). *Negras imagens*: ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil. São Paulo: Edusp, 1996.

SCHWARTZ, Stuart B. Escravos, roceiros e rebeldes. Bauru: Edusc, 2001.

SILVA, Alberto da Costa e. *Francisco Félix de Souza, mercador de escravos.* Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

Textos sobre Machado de Assis

BATISTA, Abel Barros. *A formação do nome*. Campinas: Unicamp, 2003.

BOSI, Alfredo. *Brás Cubas em três versões*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

BOSI, Alfredo. *Machado de Assis*: o enigma do olhar. São Paulo: Ática, 1999.

BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil*: 1900. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.

BROCA, Brito. *Machado de Assis e a política*: e outros estudos. Rio de Janeiro: Simões, 1957.

CHAGAS, Wilson. *A fortuna crítica de Machado de Assis*. Porto Alegre: Movimento, 1994.

CHALHOUB, Sidney (org.). *História em cousas miúdas*: capítulos de história social da crônica no Brasil. Campinas: Unicamp, 2005.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

FAORO, Raymundo. *A pirâmide e o trapézio.* São Paulo: Ed. Globo, 2001.

GLEDSON, John. *Por um novo Machado de Assis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GLEDSON, John. *Machado de Assis:* impostura e realismo. Companhia das Letras: São Paulo, 2005.

GLEDSON, John. *Machado de Assis:* ficção e história. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GOMES, Eugênio. *O enigma de Capitu*: ensaio de interpretação. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1967.

GUIMARÃES, Helio Seixas. *Os leitores de Machado de Assis*: o romance machadiano e o público de literatura do século XIX. Tese de doutorado. Campinas: Unicamp, 2001.

MEYER, Augusto. *Machado de Assis.* Porto Alegre: IEL-Corag, 2005.

SÁ REGO, Enylton de. *O calundu e a panacéia:* Machado de Assis, a sátira menipéia e a tradição luciânica. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades, 1988.

SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo*: Machado de Assis. São Paulo: Ed. 34, 2000.

SCHWARZ, Roberto. Machado de Assis: um debate. In: *Novos estudos* n.29, março de 1991, p.59-82.

Edições consultadas das obras de Machado de Assis

ASSIS, Machado. *Obras completas em 4v.* Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008.

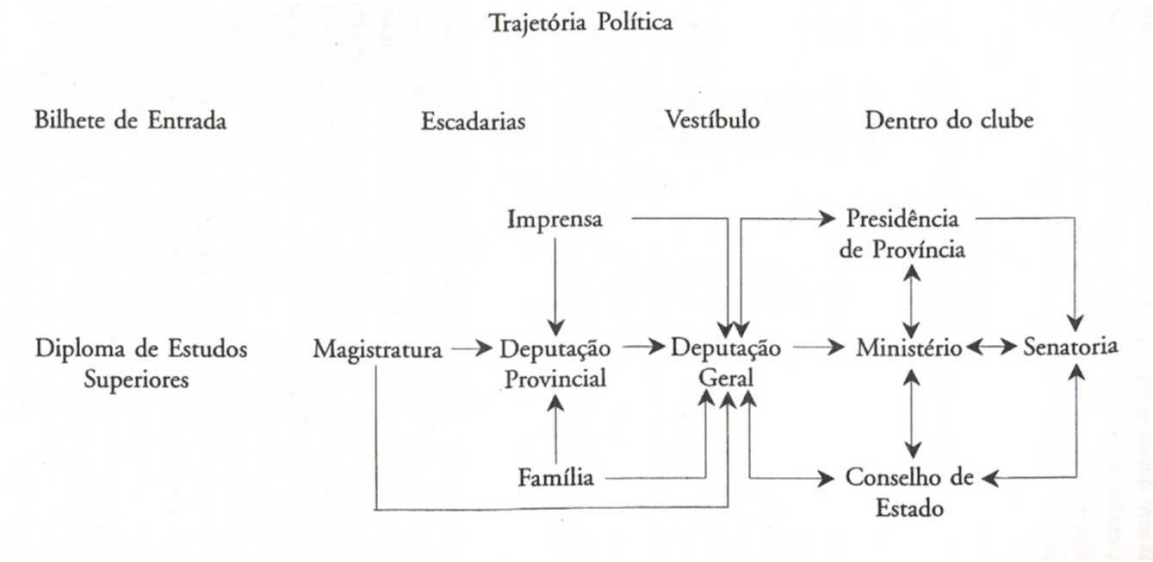
ASSIS, Machado. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Porto Alegre: L&PM, 2008.

ANEXO 1

Cópia da fotografia analisada por Luiz Felipe de Alencastro em *História da vida privada no Brasil.* A escrava Mônica e o sinhozinho Villela. O autor da fotografia é desconhecido.

ANEXO 2

Organograma elaborado por José Murilo de Carvalho na p. 113 de *A construção da ordem*, conforme referências.



Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo